

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

ROBERTO REVELINO SENE

**CASO PAIOL DE TELHA: UMA HISTÓRIA DOS DESCENDENTES DE
NEGROS ESCRAVIZADOS FRENTE À EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM
GUARAPUAVA, PR**

Ponta Grossa

2008

ROBERTO REVELINO SENE

**CASO PAIOL DE TELHA: UMA HISTÓRIA DOS DESCENDENTES DE
NEGROS ESCRAVIZADOS FRENTE À EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM
GUARAPUAVA, PR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Dra. Andrea Paula dos Santos.

Ponta Grossa

2008

ROBERTO REVELINO SENE.

**CASO PAIOL DE TELHA: UMA HISTÓRIA DOS DESCENDENTES DE
NEGROS ESCRAVIZADOS FRENTE À EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM
GUARAPUAVA, PR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Estadual de Ponta Grossa,
como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA.

Professora Dra. Andrea Paula dos Santos

UEPG

Professora Dra. Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros

UEPG

Professor Dr. Cláudio César de Andrade.

UNICENTRO

A Deus, que muito me ajudou nessa fase da minha vida, ao meu pai que já partiu, mas me orientou a estudar pois, segundo ele, é a única coisa que ninguém pode nos roubar.

AGRADECIMENTOS

A Professora Doutora Orientadora, pela sua contribuição e encorajamento.

A minha Família, que muito torceu por mim nesse momento.

A minha esposa Elenize, que sofreu essa provação ao meu lado.

Ao meu filho Nicolas que, com seu sorriso, sempre me deu força para lutar.

Aos meus colegas de mestrado que me auxiliaram em meu crescimento pessoal.

Aos Funcionários do Fórum de Pinhão, que me auxiliaram com muita boa vontade na coleta de material.

Aos Negros do Fundão, que ainda hoje passam dificuldades para serem reconhecidos.

Ao professor Dr. Sergio Gadine, que muito me ajudou com suas idéias.

Ao professor Doutor Claudio Cesar de Andrade, que abrilhantou este trabalho com suas idéias.

E, por fim, a todos que não impediram a realização desse sonho.

*"Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Esses são os imprescindíveis."*

Bertolt Brecht

Sene, Roberto Revelino: Caso Paiol de Telha: uma história dos descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, PR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas); Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, PR.

RESUMO

Esta dissertação apresenta o Caso Paiol de Telha, buscando refletir sobre uma história dos descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, PR. Discutimos alguns dos argumentos levantados durante a pesquisa sobre os processos de construção de identidades e de organização social nas disputas por terras no Estado do Paraná, em Guarapuava, também destacando o papel do negro na sociedade brasileira. Problematicamos as visões históricas sobre o relacionamento existente entre os escravizados e seus senhores, tentando considerar como estas visões passaram a compor as idéias em circulação sobre a formação do povo brasileiro, bem como sua influência em casos específicos como o do Paiol de Telha. Buscamos, a partir deste caso, apresentar uma história das chamadas minorias e como estas são tratadas na dinâmica dos processos sociais, focalizando nosso estudo na forma como esse grupo de descendentes de escravizados do interior paranaense moldou suas estratégias de defesa, sobrevivência e contestação ao sistema, formando uma identidade própria para tentar se inserir na sociedade local. Para essa reconstrução histórica do Caso Paiol de Telha, estudamos principalmente um dossiê elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, analisando os discursos e as abordagens usadas nele para justificar a organização de um movimento com existência civil de reivindicação das terras herdadas e expropriadas, a Associação Heleodoro Paiol de Telha, cujas ações tentamos compreender e problematizar, estudando quais suas fontes inspiradoras relacionadas às demandas dos movimentos negro, sindical e de trabalhadores rurais sem terra. A pesquisa nos levou a compreender que as famílias conservadoras de Guarapuava criaram uma rede de poder para isolar e expropriar os negros descendentes de escravizados que eram herdeiros de terras. Apontou-se o fato de que hoje estas estão ocupadas pela Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, de descendentes de imigrantes europeus, demonstrando que grupos são considerados pela elite da sociedade local como dignos de serem proprietários de terras, num contexto em que a expropriação econômica de afrodescendentes se cruza com questões étnicas e preconceitos raciais enraizados na história regional.

Palavras-Chaves – negros, afrodescendentes, identidade, expropriação, movimentos sociais, luta no campo, Paiol de Telha, Guarapuava.

ABSTRACT

This dissertation presents the Case Storeroom of Tile, looking for to contemplate on a history of the black's descendants of enslaved front to the expropriation of lands in Guarapuava, PR. We discussed some of the arguments during the research on the processes of construction of identities and of social organization in the disputes for lands in the State of Paraná, in Guarapuava, also detaching the black's roll in the Brazilian society. We problematized the historical visions about the relationship existent among slaves and their lord, considering how these visions started composing the main ideas about the formation of the Brazilian people, as well as its influence in specific cases as the one of the Storeroom of Tile. Starting from this case, we tried, to present a history so called "the minorities" and how these minorities are treated in the dynamics of the social processes, focusing our study in the form how that group of descendants of enslaves of the interior of paraná molded their strategies of defense, survival and reply to the system, forming their own identity trying to insert in the local society. For the historical reconstruction of the Case Storeroom of Tile, we studied mainly a dossier prepared by the Pastoral Commission of the Earth, analyzing the speeches and the approaches used in it to justify the organization of a movement with juridical existence in order to claim the inherited and expropriated lands, the 'Association Heleodoro Storeroom of Tile', whose actions we tried to understand and to problematize, studying which are their inspiring sources related to the movements of afro-descendants, syndical and country workers without land demands. This research brings us to understand that the traditional families of Guarapuava created a net of power in order to isolate and expropriate blacks-descendants of having their lands. Today these lands are occupied by the "Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios", descendants of European immigrants, showing that some groups are considered by the elite of the local society as worthy of be landowners, in a context where the economical expropriation of afro-descendants people go trough ethnical questions and racial prejudices are deep-rooted in the regional history.

Word-keys - black, afro-descendants, identity, expropriation, social movements, struggles in the field, Storeroom of Tile, Guarapuava.

HISTÓRIA DOS DESCENDENTES ESCRAVIZADOS FRENTE A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM GUARAPUAVA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

CAPÍTULO I: OS HERDEIROS DO PAIOL DE TELHA: UMA HISTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NO PARANÁ.....18

1. A HISTORICIZAÇÃO DO NEGRO: PÉS E MÃOS?.....	18
--	----

1.1.A ESCRAVIDÃO NO PARANÁ.....	29
---------------------------------	----

1.2 O NEGRO E SUAS PECULIARIDADES NA SOCIEDADE GUARAPUAVANA DO SÉCULO XIX	32
--	----

1.3 CARACTERÍSTICA DA SOCIEDADE GUARAPUAVA: SUA FORMAÇÃO	37
--	----

1.4 OS IMIGRANTES NA TERRA DE GUAIRACÁ.....	44
---	----

1.5. CASO PAIOL DE TELHA: INÍCIO DA SAGA.....	48
---	----

1.6 RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAIOL DE TELHA: OS SENTIDOS DE HOJE.....	56
---	----

1.7. RECORTE TEMPORAL: UMA NECESSIDADE.....	62
---	----

CAPÍTULO II: A HISTÓRIA DO PRESENTE PENSANDO O PASSADO: ALGUNS CONCEITOS PARA A CONSTRUÇÃO DA UMA MEMÓRIA HISTÓRICA DO PAIOL DE TELHA.....64

2. DOCUMENTOS E DISCURSOS DA HISTÓRIA: FONTES ORAIS E ESCRITAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA.....	64
--	----

2.1. REPRESENTAÇÕES EM CONSTRUÇÃO: O DOSSIÊ SOBRE O CASO PAIOL DE TELHA.....	71
---	----

2.2. HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA.....	79
---	----

CAPÍTULO III: NARRATIVAS E DISCURSOS SOBRE O CASO PAIOL DE TELHA: UMA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-DESCENDENTE E A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA.....	86
---	-----------

3. IDENTIDADE E SENTIDO: O ESTATUTO DA HISTÓRIA NO SÉCULO XXI.....	86
--	----

3.1. LIGAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE AFRO-DESCENDENTE E A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA DOS HERDEIROS DO PAIOL DE TELHA	106
---	-----

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
-------------------------------------	------------

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
---	------------

6. ANEXOS.....	137
-----------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende contribuir para as reflexões em torno da construção de uma história de um grupo afro-descendente frente à luta pelas terras do Paiol de Telha no Estado do Paraná, das quais se consideram herdeiros. A proposta é discutir um assunto que move a sociedade em um período em que a construção de história, visa o estabelecimento de identidades, o que parece ser um alicerce seguro para os sujeitos, e que teve, durante o século XX, a afirmação e a negação de discursos que buscavam, de todas as formas, destruir ou (re)construir pontos de ligação com princípios de ancestralidade. Quebrar ou formar cadeias que unem o ser humano a determinadas regiões, etnias, costumes e todo o sentimento de pertencimento era o que desejavam e desejam esses discursos em disputa em uma sociedade globalizada. Uma sociedade que levou o ser humano a promover grandes questionamentos sobre seu local e sua cultura.

No primeiro capítulo, antes de apresentar quem são os negros herdeiros das terras conhecidas como Paiol de Telha, na região de Guarapuava, interior do Paraná, buscou-se fazer uma breve história da expropriação dos negros escravizados nesse estado, como pano de fundo e contexto importante do processo histórico analisado neste trabalho.

Dessa forma, optou-se por uma historicização do negro no Brasil. Em seguida, foi proposta uma interpretação do início da saga do Paiol de Telha, com o objetivo de favorecer a reconstrução histórica da trajetória dos chamados “negros do Fundão”, libertos e herdeiros de terras na região centro-oeste do Paraná, antes mesmo da Abolição da Escravatura, buscando compreender os sentidos de hoje em torno da expropriação e do processo de organização e luta pelas terras protagonizadas por esse grupo.

Ao longo da formação universitária, predominam algumas correntes, historiográficas, correntes estas que ora são defendidas, ora são satanizadas de acordo com a época e o direcionamento social adotado pela academia. Posso afirmar que minha formação foi baseada na idéia de que o negro é uma vítima, apenas mais uma peça do processo de exploração colonial que vigorava no chamado sistema de *plantations*. Os negros apareciam como um grupo homogêneo que passivamente ficava a mercê das sevícias impostas pelos senhores de engenho, visão que causava indignação e muitas vezes, levava um historiador a ser militante, a advogar a causa dos negros, essa visão militante não percebia que, ao mesmo que tentava defender o negro, ajudava, de certa forma, a discriminá-lo, colocando-o como um ser sem personalidade e incapaz de arquitetar resistências e negociações como sujeito de sua própria história.

Cabe aqui uma autocrítica ao meu processo de formação que dificultou meu trabalho como pesquisador. As análises nele promovidas, por vezes ainda trazem percepções elaboradas de que o negro tornou-se um objeto porque foi escravizado – visão esta consolidada no século XIX, que tratava o negro como “coisa” – uma simples vítima na mão dos sagazes escravocratas que buscavam realizar o processo de civilização dos negros, sem contradições, negociações, ambigüidades ou resistências que não fossem os quilombos.

O primeiro capítulo tenta tratar da visão do negro entre ser vitimizado ou, a partir de Gilberto Freire, em seu livro, *Casa Grande e Senzala*, ser considerado como sujeito. Para alguns estudiosos, Freire mostrou que o negro escravizado não era mais como uma “coisa”, mas parte de um processo histórico, social e antropológico, demonstrando que desenvolvia estratégias de resistência, como sujeito de seu próprio destino.

Outros reconhecem os méritos de Freire, mas questionam, até que ponto sua obra não acabou por contribuir com o mito da democracia racial no Brasil.

Como pesquisador, busquei não subestimar, nesse primeiro capítulo a capacidade dos negros escravizados, mas também enxergá-los como autores e atores do processo histórico observado as estratégias usadas pelos negros para sobreviver ao processo de escravidão nas sociedades aristocráticas.

O estudo da história do grupo de negros escravizados, tema deste trabalho, possibilita uma análise dos diferentes movimentos sociais que passaram a formar a sociedade contemporânea, uma vez que os descendentes de tal grupo, antes escravizado, agora se vêem na luta por seus direitos a posse de terras herdadas por seus ancestrais. O caso dos herdeiros do Paiol de Telha já conta com uma trajetória histórica que atravessa três séculos, se forem considerados os meados do século XIX (1886) como o início desse processo. O desdobramento desse conflito atravessou todo o século XX e chegou até o início do século XXI e, não se pode esquecer que esses grupos historicamente discriminados foram e são participantes diretos na formação da sociedade guarapuavana.

O recorte temporal escolhido para o trabalho, aquele circunscrito no documento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra sob o título “Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha”, de 1997, servirá como conjunto principal de documentos em análise para o desenvolvimento deste trabalho. Busquei favorecer o estudo da construção mais recente sobre a história em torno das terras disputadas.

O segundo capítulo procura discutir alguns conceitos necessários para a construção de uma memória histórica do Paiol de Telha. O que preocupa, sobretudo, é definir a relação entre o que é considerado como documento digno de reconhecimento e

análise na sociedade e o papel que ele tem na composição dos discursos da história, tendo como destaque as fontes orais e escritas na construção da memória histórica.

A problematização dessa memória histórica, por vezes, encontrou uma grande dificuldade de ser efetivada, pois durante o processo avaliação desse trabalho, pude reconhecer meus limites para analisar os fatores constantes e construtores das identidades dos negros, e suas estratégias para melhor se inserir junto à sociedade branca.

Na verdade, os processos relacionados à escravidão no Brasil não eram homogêneos. Alguns desses processos eram regionalizados e circunscritos a determinados grupos. Sendo que a escravidão era vivenciada e combatida de diferentes formas. O caso Paiol de Telha nos revelou um processo de intensa expropriação, mas também de negociação com forma de resistência e inserção social e econômica do grupo afrodescendente. Dessa maneira, não devemos absolutamente deixar de analisar as várias formas de resistências adotadas pelos negros escravizados contra este processo. Porém, nosso trabalho possibilita deixar de ver a contestação conflituosa como a dos quilombos como única forma de resistência, assim como alguns trabalhos de outros historiadores e cientistas sociais contemporâneos. Para esses, entre os quais me alinho, os negros escravizados e seus descendentes desenvolveram técnicas, estratégias, relações, em regiões específicas, que possibilitassem a sobrevivência do seu grupo social dentro de uma sociedade escravocrata e aristocrática.

Entender a história das identidades desenvolvidas pela comunidade Paiol de Telha possibilitou-me desenvolver um olhar que tentou perceber porque os negros realizam constantes negociações de sua identidade, ora como herdeiros, ora como quilombolas.

Nesse sentido, importa tentar interpretar as representações em construção e em disputa que ficaram materializadas no referido dossiê sobre o caso Paiol de Telha. Destacou-se, então, a necessidade de compreender o papel crucial do estabelecimento de novos fatos, abordagens e sujeitos da história pela ação dos movimentos sociais junto à sociedade civil organizada no final do século XX.

Por fim, no terceiro capítulo, foram elaboradas algumas considerações sobre as narrativas e os discursos sobre o caso Paiol de Telha, produzidas pela sociedade civil organizada, buscando compreender principalmente como tem ocorrido o processo contraditório de construção de uma identidade afro-descendente como marco de resistência frente à expropriação das terras dos herdeiros do Paiol de Telha. Para tanto, foram necessárias algumas reflexões teóricas sobre o conceito de identidade e os sentidos de pertencimento e coerência histórica em jogo no início deste século. Como se pode verificar nas considerações finais, o embate apresentado nesta dissertação é passível de mais desdobramentos, pois os descendentes deste grupo escravizado construíram historicamente sua identidade como herdeiro de terras. Identidade essa negociada e valorizada na sociedade Guarapuavana, todavia o processo de expropriação revelou a esse grupo que a identidade por eles abraçada não garantiu a posse das terras nem a inserção dentro da sociedade. Com a ascensão dos movimentos sociais, e as novas interpretações sobre a história do negro no Brasil que teve seu processo consolidado no século XX, os descendentes buscam uma nova identidade a de comunidade quilombola pela qual as políticas de reparação vão tratar homogeneamente como remanescentes de grupos escravizados. Por isso, torna-se de fundamental importância estudar como a ligação entre a construção de uma identidade afro-descendente e a recuperação das terras expropriadas tornaram-se, de fato, horizontes

possíveis para os negros que se consideram herdeiros do Paiol de Telha superarem os processos historicamente construídos marginalização e discriminação.

CAPÍTULO I

OS HERDEIROS DO PAIOL DE TELHA: UMA HISTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NO PARANÁ

1. A HISTORICIZAÇÃO DO NEGRO: PÉS E MÃOS?

Estudar a trajetória do sujeito afro-descendente e sua presença contemporânea no Brasil tem sido um grande desafio para autores das ciências humanas em geral, sobretudo das ciências sociais. Nem sempre há consenso entre eles. Afinal de contas, qual é o papel do negro dentro da sociedade brasileira? Não é novidade a afirmação histórica de que os negros foram as mãos e os pés do Brasil Colônia e que contribuíram decisivamente para o conceito de “brasilidade”. Seus legados são incontáveis para a cultura brasileira em vários segmentos, sejam eles culturais, sociais, econômicos ou religiosos.

Fazer conexões dessa presença marcante no contexto brasileiro, além de suas implicações na estrutura social do país e sua constante luta pelo reconhecimento de seus direitos políticos, sociais e culturais, por si só já justificaria o ofício de um pesquisador. Ir além e analisar a relação do envolvimento desses afro-descendentes na luta por seus direitos adquiridos, em forma legítima de doação de terras, e sua organização como grupo quilombola para lutar pelos seus direitos certamente transcende o papel do historiador e avança no estatuto das ciências sociais, requerendo uma perspectiva de estudos interdisciplinares. No entanto, para compreender todo este processo de

construção será importante rever elementos históricos constituintes dessa presença marcante.

Dentro de um contexto expansionista no qual a política do mercantilismo era dominante, a estrutura colonialista sentiu a necessidade de trazer para seu domínio produtos que pudessem gerar riqueza para uma burguesia em formação. Nesse sentido, as companhias estabelecidas contribuíram com grandes somas de valores monetários ao monarca, forçando-o a estabelecer uma aliança interessada nessa mesma burguesia ascendente. Como a política mercantilista visava relegar a colônia em uma segunda instância, enquanto objeto de exploração, não a deixando expandir-se, criou-se todo um aparato colonialista em cuja montagem a presença do negro africano seria fundamental. Quando então ocorre o processo de transferência da Corte portuguesa para o Brasil, se estabelece todo um sistema produtivo visando formas estáveis de uma manutenção produtiva a preços baixos (NOVAIS, 1979).¹

Tal empreendimento se realizaria através do uso de mão-de-obra escrava. Pode-se citar vários fatores que contribuíram para o aliciamento da mão-de-obra escrava em detrimento de outra forma de trabalho compulsório. Um dos motivos justificáveis para a utilização extensiva dessa engenharia seria o discurso e a materialização do comércio triangular, pois o Brasil, na qualidade de colônia, não poderia ter qualquer autonomia de negociação direta com populações africanas, fazendo com que a metrópole dirigisse mais esse bom negócio. Para tanto, iniciou-se uma comercialização com a África. Nesse primeiro momento, travou-se uma verdadeira batalha para a aquisição dessa nova mão-de-obra. Às vezes de forma violenta, ou ainda por comercialização mercenária, os

¹ Essa visão demonstrada por Novais, 1979, trata da construção do sistema econômico brasileiro, e acaba por fim abordando o negro como apenas mais um componente da formação econômica do Brasil. Para aprofundar com uma visão mais específica do negro como ser ativo no processo de formação do Brasil, ver também FLORENTINO, 1990.

portugueses e outros europeus, quase sempre, invadiam as aldeias africanas e barbaramente capturavam os negros e os jogavam em seus navios para trazê-los à Colônia. Azurara, chefe de uma expedição em 1446, dá a dimensão das invasões:

Olharam em direção ao povoado e viram que os negros, com suas mulheres e crianças, já saíam tão rapidamente quanto podiam de suas habitações, porque haviam visto seus inimigos. Mas eles, bradando “São Jaime”, “São Jorge” e “Portugal” atacaram-nos imediatamente. Então se poderiam ver mães abandonando os filhos, e maridos as mulheres, cada qual lutando para escapar como pudesse. (ALENCAR, 1985, p. 26).²

A captura dos negros escravizados apenas pelos portugueses, em contato direto com as populações africanas, não durou muito tempo, uma vez que isso passou a ser escandalosamente praticado por outros países que passaram a participar com intensidade de tal procedimento. Tornando-se uma prática comum no mercantilismo, o comércio negreiro passou rapidamente a se transformar na atividade mais lucrativa do período. Diante desse quadro, os chefes tribais africanos intensificaram confrontos internos no continente africano e, através desse enfrentamento, aceleraram o processo de extorsão e escravidão de outras etnias para o aumento considerável de novos negros escravizados em troca de produtos manufaturados, como ouro, cobre, armas, tabaco, algodão, cachaça e até búzios. Os chefes tribais usavam o inimigo capturado como moeda de troca que, posteriormente, era vendido por um valor bem mais alto nos mercados negreiros. Esse comércio, extremamente lucrativo para Portugal, fez com que houvesse uma mobilização para a proibição da exploração do nativo tupiniquim para a escravidão. O raciocínio era simples. Se o nativo fosse utilizado comumente para a mão-de-obra, o projeto mercantilista português não utilizaria a mão-de-obra negra

² Alencar, 1985, demonstra a forma de captura do negro na África, colocando os Africanos como oprimidos dentro de seu próprio território, os quais ficavam a todo o tempo vigiando o mar para ver se o inimigo se aproximava. Em seu livro o negro na África era como um animal a ser predado. Contrastando essa visão, temos uma África rica em seus costumes e em diversidade tribal. Para tanto existe um grupo de autores que defendem que antes de se estudar a história do Negro se estude a História da África, suas riquezas e seus costumes, para que partir daí tenhamos a habilidade de analisar a escravidão sob outro prisma como nos mostra, Elias, 2004., LOVEJOY, 2002.

escravizada. Conseqüentemente, o tráfico negreiro seria dispensável e prejudicaria enormemente o novo comércio lucrativo que a Coroa Portuguesa havia estruturado. Foram, portanto, motivações tipicamente econômicas (MONTENEGRO, 1988).

O que fica evidenciado era que, o que Portugal tinha de lucro nesse comércio, o negro tinha de sofrimento e dor. Quando os africanos eram retirados de suas terras, seja capturados ou trocados, eram jogados dentro de navios negreiros ou “tumbeiros”, como eram conhecidos (ALENCAR, 1985). Essa dura viagem da África para o Brasil era uma prova de resistência, pois, em média, 40% dos escravizados morriam no trajeto. Ora, os que sobreviviam não agüentavam e, quase sempre, não sobreviviam mais do que dez anos no trabalho forçado, principalmente pela rudeza da rotina no engenho. Na busca pela sobrevivência, alguns escravizados internalizavam a ordem vigente submetendo-se sem resistência, para que seus algozes não tirassem suas vidas. Era um meio de tentar sobreviver, mas não o único. Outra forma era a fuga. A punição para essa resistência, no entanto, era a mutilação ou a morte.

Não bastava somente castigar os negros escravizados. Era necessário fazer com que a sociedade branca estigmatizasse o negro, o que, no século XIX, foi trabalhado de forma incessante, criando as posições do negro em seus quadros sempre diferenciando claramente tanto os papéis quanto os espaços que deveriam ser ocupados pelos negros e pelos brancos.

A demarcação desses espaços promove uma nova forma de configuração social, onde, através dos jornais, SCHWARCZ (1987)³ demonstra que os grupos ficavam separados na sociedade entre “nós” e “eles”, e cada um tinha que ter seus costumes e

³ Schwarcz (1987), é uma autora que promove em seu livro uma abordagem do negro enquanto indivíduo, dotado de razão e entendimento, trata-se de uma autora que escreve destoando da historiografia do século XIX, a qual colocava o negro em um papel ínfimo e manipulado a todo tempo. A autora trabalha demonstrando os vários momentos em que os negros estavam inseridos em nossa sociedade e de que forma os mesmo eram noticiados pelos meios de comunicação.

seus objetos que os identificavam e davam o passaporte para o pertencimento ou não aos grupos.

Como parte integrante dessa prática de discriminação no século XIX, era comum promover denúncia de negros escravizados fugitivos nos jornais. O que também fica claro em SCHWARCZ (1987) é a forma com que os jornais tratavam os negros “fujões”, sempre alegando que eles tinham “bom papo” e eram “de fácil relacionamento”, deixando claro que o objetivo do negro era entrar no grupo dos brancos, que os negros não reconheciam sua raça e se utilizavam de artimanha para agradar aos brancos e, assim, conseguirem teto e alimento. Esse tipo de compreensão do entrosamento dos negros com os brancos pode ajudar a entender a forma com que os negros cativos do Fundão foram lembrados no testamento de sua senhora Dona Balbina Francisca de Siqueira em 1866, onde fica claro que o relacionamento interpessoal entre senhores e escravizados por vezes tinha tratamento diferenciado, por qualidades que eram apreciadas pela sociedade branca do século XIX – atributos, de resto, que eram incorporados na cultura do cativo, que abria mão de elementos culturais próprios.

Existe um ponto a ser observado quando se estuda as relações sociais durante o século XIX. A sociedade brasileira passava por muitas transformações, principalmente transformações culturais. Nesse contexto, deve-se levar em consideração o crescimento de uma mentalidade republicana que serviu como pano de fundo para a onda abolicionista, tendo em vista os calorosos debates em relação à abolição dos negros escravizados. Assim, não se pode analisar com estranheza a atitude de Dona Balbina, mas também não se pode considerar que no Brasil era tudo um mar de rosas e os que os negros escravizados eram tratados com cordialidade.

Existem duas vertentes históricas principais que trabalham a questão dos escravizados no Brasil. Uma primeira defendida pelo sociólogo Gilberto Freyre, que afirmava que o Brasil nunca foi um país extremista, que, abaixo da linha do Equador, tudo se suavizava, pois sempre tinha o “jeitinho”:

O Brasil nunca foi um país do extremismo, tudo aqui tende a amolecer-se em contemporizações, adocicar-se em transigências pelo senhor de engenho em geral gordo, um tanto mole com rompante apenas de crueldade, pela mulher também gorda, às vezes obesa e pelo filho e filha, pelo capelão, pelo coronel do mato e pelo feitor. (FREYRE apud. SCHWARCZ, 1987, p. 19).

Para contrapor essa tese de que a escravidão no Brasil não teve apenas requintes de crueldade, mas também negociação e foi amainada pela característica social do indivíduo do século XIX, surge a contestação, a partir de 1940, por Clovis Moura, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emilia Viotti da Costa e Fernando Novais, entre outros, que entram em um consenso de que a escravidão por si só é uma violência, pelo simples fato de manter pessoas sob um sistema de escravidão e opressão. O que ainda está para ser discutido é o papel do negro diante de sua situação de escravizado, um sujeito oprimido, contudo, também capaz de traçar algumas formas de resistência e de negociação de sua condição de explorado e expropriado.

A figura do negro desenvolveu um papel unificador no cenário mundial, fazendo com que houvesse uma aproximação com os costumes africanos. Essa interação e socialização fez com que a figura do negro ‘estandardizasse’ a moldura de um novo Brasil. Nesse sentido, a brasilidade tem um débito com a forte presença africana no país. O historiador Luiz Felipe Alencastro (2000)⁴ traz uma contribuição singular para o entendimento dessa relação. Ele destrói o mito de uma relação estreita e exclusiva entre Metrópole e Colônia e confere ao país uma dimensão internacional antes mesmo da

⁴ Alencastro 2000, já se enquadra no grupo de historiadores escrevem com um enfoque diferente dos historiadores do século XIX em relação aos negros, ele demonstra uma obra na qual passa a valorizar o negro como um dos articuladores do Brasil, tirando o negro do papel de simples colaborador passando a desenvolver papéis chaves para a formação do povo brasileiro.

formação de um Estado independente no século XIX. Segundo ele, o Brasil formou-se “fora do Brasil”. A colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar ao englobar uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravizados, centrada em Angola. O resultado dessa configuração foi a formação do Brasil contemporâneo. Fica cristalino que os negros foram a base de sustentação da construção do Brasil, consolidando cultural e socialmente a formação do povo brasileiro.

Alencastro (2000) destaca ainda o papel da Igreja Católica no processo do tráfico negreiro. Nesse sentido, ela contribuiu decisivamente no processo de institucionalização colonial e no combate da escravidão de índios, justificando sem nenhum escrúpulo a escravidão negra. Outro fato que não pode passar despercebido foi a estreita relação entre Brasil e Angola, fazendo com que o território tivesse continuidade fora das fronteiras americanas. A “idéia-força” é a de que “Angola alimenta o Brasil, que por sua vez, sustenta Portugal” (ALENCASTRO, 2000, p. 83).

Essa “complementaridade sul-atlântica” baseava-se na articulação de modos de exploração diferentes que, quase sempre, engendravam relações de subordinação e de troca desigual entre as duas colônias, Angola e Brasil. Tal assimetria explicaria, também, as diferentes formas de inserção portuguesa na África e no Brasil.

Nas relações com Portugal, ficava explícito o papel manipulador e dominador deste país sobre o Brasil e a imposição de uma sociedade que buscava uma identidade entre África e Europa. No entanto, a relação de poder no Brasil, decorrente desde a colonização, aconteceu sob a forma de importação de idéias, fazendo com que se criasse no país uma sociedade exógena.

Mudanças ocorridas nas sociedades européias eram transferidas para o Brasil. Nesse processo de transferência eram alterados alguns pontos. Um exemplo claro é que a mesma velha família detentora do poder mascarava-se com novas idéias, o que acabava perdendo o sentido, chegando ao ponto de perder o foco das reivindicações. Sobre isso, escreve Emilia Viotti:

(...) no dia 09 de janeiro de 1822, conhecido como “dia do fico” revela que o ato terminou com uma série de vivas levantado das janelas do Paço pelo presidente do Senado da Câmara e repetidos pelo imenso povo que se aglomerava no Paço: Viva a Religião, Viva a Constituição, Viva as Cortes, Viva El-Rei constitucional, viva o príncipe constitucional, Viva a união Portugal com Brasil”. (VIOTTI, 1969, p. 101).

Tais frases ufanistas foram ditas justamente quando o país estava declarando o início do processo de independência, com continuidade marcante entre aqueles que já detinham o poder, dificultando de algum modo a mobilidade social, sobretudo para os afro-descendentes.

Essa mesma sociedade promovia um processo de exclusão, deixando ao negro uma condição de segunda categoria. O negro passou, então, a ser considerado um bem valioso. Disso pode-se aceitar tranqüilamente a máxima de que o escravo necessitava de “pau”, “pão” e “pano”. Era comum a aceitação, por parte da sociedade colonial, da naturalidade dessa máxima, pois essa mesma sociedade entendia como normais todas as brutalidades envolvidas no processo de dominação.

O negro escravizado ganhava um estereótipo forjado pelos cientistas do século XIX, que o enquadravam como pertencente a uma raça desqualificada, inferior, e que não estava à altura dos brancos. Diante disso, colocavam o homem “de cor” como um infortúnio da humanidade, extirpando, assim, as identidades das comunidades africanas que eram escravizadas em território brasileiro. Certamente, tal conceito estava tão fortemente enraizado nos padrões sociais da época que, por exemplo, os fazendeiros da

região de Guarapuava, no Paraná, não concordaram que um grupo escravizado tivesse direito à posse de terras de tão alta qualidade.

A tentativa de sufocamento da identidade negra foi tão almejada pela sociedade do século XIX que teorias foram criadas justamente para demonizar os negros, usando sempre a cor como fator de exclusão e colocando o negro em uma situação de constante domínio. Afinal, essas teorias eram tão bem fundamentadas que muitos negros passavam a crer nelas. Afirmções da época dão a clara noção disso, como, por exemplo, a citação de Silvio Romero: “O negro não é somente uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto da ciência”. (ROMERO apud. SCHWARCZ, 1987, p. 23).

O negro passa a representar não só um problema social, pois sua herança étnica poderia estar moldando um povo com seus vícios e defeitos, principalmente pela grande campanha abolicionista que estava se desenvolvendo no século XIX. Os cientistas constantemente citavam o Brasil em suas teorias principalmente vindas de Paris, como o grande exemplo de “degeneração em um país tropical”, pois, de acordo com eles, a mistura de raças que acontecia entre os trópicos fatalmente teria um resultado extremamente negativo em consequência da inferioridade negra nas novas gerações de mulatos. Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e vários outros darwinistas sociais eram então muito cotados no Brasil.

Afirmções como essa passaram a dar vazão para uma outra teoria: em face da condição inferior e a todos os defeitos que a raça negra possuía, era necessário desenvolver o branqueamento da nação. Tal projeto serviria para não contaminar o país com negros que, em um futuro próximo, estariam livres, podendo misturar sua raça. O que se tornava uma contradição: de um lado, a mestiçagem das raças poderia acabar com o Brasil ao mesmo tempo em que poderia salvá-lo. O problema, aí, não residia na

mestiçagem, mas sim nas raças que seriam misturadas. Ficava claro um processo de seleção para uma eliminação dos traços da cultura negra nas futuras gerações. Era a “tese do branqueamento”: a miscigenação não produziria inevitavelmente degenerados, mas uma população sadia que poderia estar gradualmente tornando-se mais branca, tanto fisicamente quanto culturalmente.

Essas discussões que estavam sendo travadas no seio da sociedade do século XIX não ficavam restritas a Capital. As notícias e as discussões chegavam ao interior, por meio de jornais e pessoas que iam visitar parentes ou mesmo trabalhar. A caracterização do negro como uma raça inferior, que deveria ser banida da sociedade, deixava clara a visão de exclusão social por que passavam os negros. O que, de certa forma, explica a situação dos negros do Fundão, o motivo pelo qual os fazendeiros da época usavam de todos os artifícios possíveis para expropriar as terras por eles herdadas, pois para eles, pelo pensamento corrente na época, certamente não se tratavam de “cidadãos dotados de direitos”, mas sim de uma raça que deveria ser extinta.⁵

A discussão elaborada em Moura (1990) debate o material produzido por Francisco Adolfo Vernhagen, o autor que construiu as maiores obras historiográficas de todo o período colonial. Já nesse momento se percebia claramente, na visão de Vernhagen, a construção de uma rede de poder, onde o autor colocava que os que estavam na direção da Colônia e seus nobres eram pessoas especiais que tinham como

⁵ Cabe aqui uma ressalva, a visão passada anula o negro e seu papel desenvolvido no processo histórico, por vezes o texto o coloca como um simples objeto, o qual não possui vontade própria e, nem mesmo a manifesta ou luta para a realização dessas. Essa visão que foi criada a partir dos historiadores do século XIX, passa a ser contestada por autores que demonstram claramente que o negro escravizado era possuidor e criador de estratégias e formas de lutar contra o processo de escravidão, ou mesmo estar se inserindo na sociedade branca, formas essas que necessariamente não precisavam passar pelo confronto direto. O que por muitas vezes não consegui perceber dentro do trabalho, todavia algumas bibliografias puderam melhorar minha percepção sobre o assunto, dentre elas FLORENTINO, 1990, REIS, 2003.

intenção tão somente trazer o progresso ao país. Todavia, na sua linha de análise, os índios, negros escravizados e libertos, caboclos e pobres em geral faziam parte de uma “borra desequilibradora”, pois se tratavam de elementos passivos e desqualificados que não agregariam nada à sociedade; apenas desempenhavam o papel de desequilibrar, causar desordem, travar o processo de desenvolvimento. Em sua obra, Vernhagen deixa os atores anônimos na penumbra e, quando são lembrados, são estigmatizados, criticados e condenados como responsáveis por problemas estruturais que nem de longe passam pelas decisões dessas classes (MOURA, 1990, p. 96).

As formas de discriminação e tratamento exclusivo do negro na sociedade contemporânea ainda guardam resquícios dessas imagens elaboradas no século XIX. O fato de os negros, após herdarem suas terras, sofrerem as atrocidades denunciadas não pode ser analisado de forma separada. O conjunto de informações e idéias que os fazendeiros da época tinham sobre o negro dava-lhes tranquilidade; o que estavam fazendo não se tratava em momento algum de algo desumano ou excessivamente cruel: era somente a continuidade da história que há muito tempo fora construída. Essa visão foi transferida para a sociedade guarapuavana, que via o caso com certa normalidade, o que foi mudado com a interferência dos movimentos sociais somente no início de 1980.

Alguns negros eram escolhidos para desempenhar tarefas domésticas, auxiliando diretamente os seus senhores. Estes tinham alguns privilégios, como o de dormirem na casa-grande. Essa posição discriminatória por parte dos dominadores transformou o negro de excluído no processo social como excluído também no processo histórico, passando a ser visto tão somente como uma engrenagem do sistema produtivo local. Historiadores de plantão eram convocados para legitimar esse processo de dominação – muitos deles inseridos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (MOURA, 1990, p. 32).

Depois das teorias lançadas pelos cientistas da época, era necessário partir para a ação, ou seja, promover o branqueamento da raça deixando, assim, a humanidade livre da ameaça dos negros. Teve início, então, o período de imigração, onde de todas as formas passou-se a buscar elementos que promovessem o branqueamento da raça, trocar o negro pelo branco como força de trabalho e presença no território, para tirar as características “maléficas” da raça.

No afã de dar início ao processo de imigração com sucesso, o governo propõe o pagamento de passagens para os imigrantes, além de oito dias de alojamento gratuito para os recém-chegados da Europa. Tal incentivo, segundo o governo, servia para dar cabo do plano de branqueamento e substituição da mão-de-obra escravizada.

Com frequência, eram utilizadas manobras para evitar mudanças estruturais, criando, no país, uma escravidão ‘multifacetada’, com variações em alguns Estados brasileiros. Tal variação respeitava uma série de critérios, como, por exemplo, a distância entre os grandes centros: São Paulo e Rio de Janeiro (MAURO, 1991).

1.1. A ESCRAVIDÃO NO PARANÁ

O escravizado na então província paranaense não teve destino diferente dos demais negros escravizados de outras províncias brasileiras, principalmente pelo fato de que ela estava diretamente ligada à economia externa. Quando a região estava ligada ao abastecimento interno, o uso de mão-de-obra escrava era pouco freqüente, pois o valor agregado dos negros escravizados era significativo para a época, fazendo com que nem todos os proprietários de terras tivessem condição de utilizar mão-de-obra escrava em sua propriedade: “Enquanto a área média das propriedades com negros escravizados era de 3.235 hectares, as áreas que não tinham cativos chegava à medida de 250 ha.”

(GUTIERREZ, 2006, p. 110). Além das atividades ligadas às produções destinadas ao mercado externo, as zonas de criação de gado destacaram-se no Paraná, pois era grande a diferença entre quem usava mão-de-obra escrava e quem não usava. Esse procedimento evidenciava que o escravo tinha um valor agregado muito forte. Todavia, não era somente da mão-de-obra escrava que a economia paranaense se utilizava, pois, na região, havia relatos contundentes de que se dispunha, além da mão-de-obra indígena, a chamada escravidão branca.

No Paraná, conforme narrativas de Thomas P. Bigg Wither, era comum encontrar a escravidão branca. Segundo relatos comuns da época, quando da busca de trabalhadores livres nas vilas, muitos estavam impossibilitados de deixar o local porque deviam aos proprietários de terras somas consideráveis de dinheiro e a dívida, na maioria das vezes, estava atrelada em forma de garantia à sua presença no local. Como os serviços prestados eram pagos com mantimentos e não em espécie, era comum que os homens livres ficassem reféns de seus patrões. O dinheiro era algo difícil de ser adquirido, estando sempre nas mãos dos grandes proprietários que, quando queriam, emprestavam alguns valores aos moradores das vilas próximas e exigiam como queriam a forma e a data de pagamento. Esses proprietários, únicos detentores do capital, emprestavam o dinheiro e marcavam a data para pagamento, à revelia. Era a escravidão branca. (STECA, 2002, p. 57). Como já foi mencionado, aparentemente a escravidão no Paraná não foi diferente dos grandes centros, como defenderam alguns autores. É fato, no entanto, que havia uma peculiaridade regional, mas estavam sob as mesmas regras de tratamento dos escravizados nos grandes centros, como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Os negros escravizados estavam submissos à venda, compra, leilão, empréstimo e até à divisão do lucro.

Com a proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra (lei Bill Aberdeen, de 1845), o Porto de Paranaguá e o litoral catarinense passaram a ser rota comum de navios negreiros, uma vez que a fiscalização das embarcações inglesas era intensiva. O navio de guerra inglês comandado pelo capitão Herbert Schomberg, patrulhava a costa brasileira e já tinha capturado três galeras brasileiras. Todavia, quando entraram em águas da Baía de Paranaguá, ao perseguir navios insurgentes, foram alvejados por canhões brasileiros, que consideraram a atitude uma afronta. Após o bombardeio, o navio de guerra inglês deixou a baía com apenas uma galera a reboque, deixando outras duas em chamas para afundar no litoral de Paranaguá. Esse fato, segundo relata Westfahlen, em “Pequena história do Paraná” levou, em 1850, à aprovação da primeira lei contra o tráfico de negros escravizados: a Lei Eusébio de Queiros (STECA, 2002, p. 60).

A libertação dos escravizados no Paraná fora antecipada, em relação às outras províncias, através do decreto 3.310, de 24 de setembro de 1864. No entanto, os escravizados da província ficavam, ainda, obrigados à prestação de serviços aos seus ex-senhores no período de três anos, a título de indenização.

Eram comuns, no Paraná, libertações dos escravizados em ocasiões especiais, como casamentos, aniversários da família, festas de padroeiros, enfim, datas importantes. Nessas ocasiões, os senhores de negros escravizados marcariam para sempre a memória do liberto e do homenageado, como uma demonstração clara de poder econômico, moral e religioso.

1.2 O NEGRO E SUAS PECULIARIDADES NA SOCIEDADE GUARAPUAVANA DO SÉCULO XIX

O papel que o negro desempenhou em Guarapuava não se diferenciou das atividades servis desenvolvidas em outras regiões campeiras, apresentando algumas características regionais pelo meio físico e pelos fatores histórico-culturais. A região era caracterizada por grandes extensões de florestas e campos nativos, distante dos centros povoados, situada no patamar da Serra da Esperança, o que dificultava enormemente o acesso (ABREU e MARCONDES, 1991). O clima de inverno rigoroso e prolongado fez com que o branco compartilhasse de alguns conhecimentos da cultura africana, além de outros fatores que serão analisados no decorrer do trabalho, para se entender o processo da problemática dos negros da Fazenda Fundão.

Falar sobre a escravidão de Guarapuava é falar também da história das famílias a que pertenciam esses negros escravizados, pois a história de escravidão se confunde com a formação do poder local na cidade. Apesar de Guarapuava não possuir um número grande de negros escravizados, não se pode menosprezar sua importância para a sociedade do século XIX, pois os negros escravizados desenvolveram um papel fundamental no abastecimento interno do Império (NETTO, 2007).

A população de negros escravizados de Guarapuava, logo de início, era de 10%, nunca ultrapassando 20% (MARCONDES, 1998). Os negros escravizados que vieram para trabalhar nos campos de Guarapuava não vieram em número significativo pelo preço elevado, tendo em vista o alto custo de investimento no escravizado. A atividade de criação de gado e agricultura de subsistência que era desenvolvida nos campos de Guarapuava, que não se destinava a mercado externo, mas ao interno, não viabilizava o investimento na compra de negros escravizados.

Grande parte dos negros que vieram para Guarapuava foram trazidos pelos sesmeiros diretamente de São Paulo. Esses negros já eram nascidos no Brasil, poucos foram os negros trazidos do Continente Africano para Guarapuava. Os que aqui chegaram diretamente da África foram adquiridos no Porto de Paranaguá ou mesmo no Porto do Rio de Janeiro.

Os negros escravizados na economia guarapuavana passaram a representar uma peça de valor. Logo, os negros já figuravam em testamentos como bens de grande valor, assim como eram doados em forma de presente de casamento pelos padrinhos. Quanto mais poder financeiro tivesse o padrinho, maior era o número de escravizados que doava ao novo casal.

Outras formas de negociação passaram a envolver o negro como moeda, como compra, venda, aluguel, hipoteca, pagamento de dívida e oferecimento como presente por seus donos. Era comum, na sociedade guarapuavana, o pai agraciar o filho com um presente no dia do batizado. Esse presente era um “escravozinho”, que lhe servia de brinquedo e também de pajem (MARCONDES, 1998).

Quanto ao tratamento destinado a eles, não era nem um pouco diferente do tratamento recebido pelos negros escravizados de São Paulo e Rio de Janeiro, locais onde o número de negros escravizados era maior. Em Guarapuava, como nas demais regiões do Brasil, o negro era discriminado e maltratado pela sociedade branca. Não podia andar com os pés calçados e nem se sentar nos bancos da igreja se não fosse batizado; quando morria, era enterrado fora dos muros do cemitério, junto com os leprosos; não tinha direito sequer a um nome próprio: geralmente, recebia um prenome e um apelido sarcástico; outros ainda usavam o sobrenome de seus senhores, o que demonstrava mais ainda a posse.

Outro fato que merece destaque quanto à situação dos negros escravizados em Guarapuava é a relação de compadrio desenvolvida por parte dos negros com a sociedade branca. Fernando Franco Netto debate em seu livro as estratégias de compadrio desenvolvida pelos negros, que passavam a compor um relacionamento transversalizado com a sociedade branca e com os negros livres. Nos batizados de seus filhos, os negros geralmente chamavam para padrinhos pessoas livres e até mesmo proprietários de escravizados de outras fazendas. Com isso, procuravam aumentar o leque de relacionamento com pessoas livres, convidando para padrinhos muitas vezes parentes do senhor de escravos. Isso pode representar uma estratégia dos negros escravizados para garantir aos seus filhos um melhor tratamento dentro da sociedade branca e livre, pois no compadrio se desenvolvem laços maiores que as relações senhor/escravo. De alguma forma, os negros viam que, com um maior achegamento na sociedade branca, poderiam estar livres das discriminações e rótulos que lhes eram impetrados (FRANCO, 2007). Pode-se considerar que o compadrio era uma forma do negro escravizado estar se sentindo mais perto da liberdade quando passa a criar laços com pessoas livres, demonstrando claramente uma insatisfação com a condição de escravizado, e de estar disposto a mesclar sua identidade com a sociedade branca, para lhe garantir a tão sonhada liberdade.

Segundo Netto (2007, p. 36), o número pequeno de negros escravizados nas terras de Guarapuava era devido à vocação econômica da região, que passava a ser destinada não para o sistema de *plantation* – sistema produtivo que tinha como pilar a monocultura, o escravismo e o latifúndio e era destinado ao mercado externo – mas sim para a criação de gado e também para servir de ponto de invernada para engorda do gado. O retorno financeiro dessa atividade fazia com que os escravizados não fossem tão utilizados.

Se comparada ao que acontecia no Rio de Janeiro e São Paulo, a atividade destinada ao mercado externo produzia lucros que de certa forma compensava o uso da mão-de-obra escravizada, bem como a aquisição de mais negros. Já quando a produção regional visava o abastecimento interno, o lucro produzido não proporcionava a aquisição de escravizados, pois seu rendimento de retorno não compensava o valor imobilizado na mão-de-obra escrava. Tendo em vista esse fator, o maior número de escravizados que um fazendeiro chegou a ter na região foi 36, que pertenciam a Pedro de Siqueira Cortes, e estavam distribuídos em sete fazendas e na casa-grande (MARCONDES, 1998, p. 57). Cumpre destacar que quem tivesse mais de dez escravizados em Guarapuava era considerado um indivíduo de posse e, certamente, com poder político (NETTO, 2007, p. 40). Dona Balbina Francisca de Siqueira era, assim, uma mulher com posses e poder político, pois, antes de seu falecimento, havia libertado em testamento treze negros escravizados, além dos já libertos e agregados. Sua atitude repercutiu na sociedade aristocrática guarapuavana.

As atividades desenvolvidas pelos negros escravizados da Fazenda Capão Grande de propriedade de dona Balbina Francisca de Siqueira, não variavam muito das desenvolvidas na cidade de Guarapuava, como afirma Miriam Furtado Hartung. Os negros escravizados é que eram responsáveis pela produção da existência do grupo nas fazendas, ou seja, era o responsável pelo mantimento do grupo e suas necessidades na fazenda. Dentre outras atividades, os negros escravizados de Dona Balbina trabalhavam de carpinteiro, sapateiro, alfaiate, arrieiro, cozinheiro, campeiro. (HARTUNG, 2004, p. 27).

Marcondes (1998) coloca como fato normal os senhores libertarem seus escravizados em seus testamentos, como forma de livrar-se das atrocidades cometidas em vida.

Também, como uma forma de ganhar o céu, havia o costume do senhor ou senhora declarar em seu testamento que, após sua morte, ficariam livres os escravos de sua confiança e seus filhos. Um exemplo foi o de Dona Balbina Francisca de Siqueira que, em seu testamento, declarou que, após sua morte, treze de seus escravos ficariam livres e receberiam uma grande extensão de terras, conhecida como Paiol de Telha (Capão Grande, Pinhão), sem “nunca dela dispor”, isto é, na forma de usufruto, pois quando o liberto recebia qualquer doação, logo em seguida vendia por qualquer preço. (MARCONDES, 1998, p. 62).

É interessante notar que a própria autora usa o caso Paiol de Telha para fazer referência à libertação dos escravizados através de testamento, e faz questão de frisar que eles receberam as terras para nunca delas dispor.

O fato de Dona Balbina Francisca de Siqueira lembrar dos negros escravizados em seu testamento também pode ser analisado não só como uma tentativa de ganhar o céu, como nos sugere o texto acima, mas também devemos creditar ao relacionamento que dona Balbina Francisca de Siqueira e seu esposo o Sr. Manoel Ferreira dos Santos tinham com seus negros escravizados. Demonstrava certa preocupação e agradecimentos por serviços prestados. O ato de Dona Balbina confirma os estudos correntes sobre a importância das relações entre escravizados e a sociedade branca quando, inclusive, constatou-se que esta permitia o casamento não só entre seus escravizados, como também destes com os de fazenda vizinha, permitindo assim a criação de uma unidade, um grupo. Dessa forma, os negros escravizados não eram somente considerados como peças, forma de tratamento corrente na época. (HARTUNG, 2004, p. 29).

A cor da pele entre a população de Guarapuava, até metade do século XIX, era um restritivo principalmente para os negros, pois tinham seus direitos tolhidos pelos brancos, que não os reconheciam como povo munido de direitos. Mesmo com uma leve mudança na condição dos negros nesse mesmo período – que passam a comprar suas alforrias e ter uma maior atenção pela onda abolicionista que se espalha pelo Brasil –,

não tiveram em seus direitos conquistas significativas, pois os brancos ainda os excluía de vários processos sociais. Para um entendimento atual da sociedade guarapuavana, também é necessário compreender o processo histórico acerca da vinda dos imigrantes alemães para a cidade, no início do século XX.

1.3 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE GUARAPUAVANA: SUA FORMAÇÃO

O negro, com suas características específicas, ajudou a construir a sociedade de Guarapuava, que está localizada na região centro-oeste do Paraná, Sul do Brasil, no chamado terceiro planalto. Seus campos são a continuidade dos Campos Gerais. Tem clima subtropical úmido, mas o inverno é rigoroso, com geadas e ocorrência até mesmo de neve. A temperatura média anual é de 16,8° C.

Por tradição, foi criada em Guarapuava uma sociedade pecuarista, uma vez que sua configuração foi herdada dos paulistas sesmeiros e posseiros que passaram a formar a sociedade guarapuavana. Outro ponto positivo que facilitava a pecuária na região foi quando, posteriormente, no século XIX, Guarapuava encontrava-se inserida na rota do gado que saía do Rio Grande do Sul para ser vendido nas feiras de Sorocaba, em São Paulo. Os tropeiros também usavam Guarapuava como ponto de parada para a engorda do gado em trânsito.

O significado de Guarapuava em tupi-guarani é “lobo bravo”, devido à abundância da espécie lobo-guará pela região (hoje ameaçado de extinção). Os indígenas o caçavam para consumo e também por causa da sua pele, para se protegerem do frio. O lobo-guará aparecia em grande número em toda a região de Guarapuava, mas principalmente na Serra da Esperança.

Entre 1580 e 1640, Guarapuava foi dominada pelos espanhóis⁶, que enviavam para a região padres jesuítas, na intenção de catequizar os indígenas e montar missões. A dominação espanhola na região de Guarapuava é lembrada nos nomes das ruas e de alguns prédios públicos (MARCONDES, 1998).

Após o termino do domínio espanhol, os portugueses voltam a tomar posse do território de Guarapuava e, na intenção de delimitar suas fronteiras, enviaram para os Campos Gerais expedições. Uma delas foi comandada pelo tenente Candido Xavier de Almeida Souza que, com homens e canoas, desceu o rio Iguaçu.

A colonização de Guarapuava, que até então era um território dominado pelos indígenas, como se viu anteriormente, intensificou-se a partir de 1808, com a vinda de Dom João VI ao Brasil, que buscava convalidar o tratado de Madri. Esse tratado ainda era colocado em risco pelos paraguaios, em Guairá, e pelos argentinos, em Iguaçu. Logo, organizaram uma expedição com 300 homens, que fundaram, em 11 de novembro de 1818, a igreja-matriz de Nossa Senhora de Belém. Em 9 de dezembro de 1819, foi fundada a Freguesia de Nossa Senhora de Belém.

O sistema de distribuição de terras, autorizado por Dom João VI, era a doação de sesmarias⁷. Os colonizadores que tivessem interesse em receber as doações deveriam apresentar certas características econômicas, como ter gado vacum e cavalar, ser dono de negros escravizados, ferramentas e dinheiro, além de desenvolver a pecuária e construir melhorias locais, como pontes e estradas. Esse sistema de doação executado em Guarapuava criou uma elite proprietária de terra, que fez da agricultura e da pecuária a economia básica da região – modelo que persiste até hoje. O povo de Guarapuava, por trabalhar diretamente na atividade pecuária, passou, então, chamado de

⁶ Período em que Felipe II, rei da Espanha, toma posse do trono de Portugal. Por fim, com esse fato, tem-se a eliminação do Tratado de Tordesilhas, de 1493, que definia os limites territoriais de Portugal e Espanha. Com isso, as colônias de Portugal passaram a pertencer à Espanha, inclusive o Brasil.

⁷ Grandes lotes de terras com mais de 4.500 alqueires Paulistas, 1 alqueire Paulista equivale a 24.200 metros.

“gaúcho”. Outro motivo foi que também se habituou a tomar o chimarrão. Os indígenas tomavam o “tererê” (mate frio), mas os guarapuavanos começaram a usar água quente nos dias de frio.

Sob a influência de Portugal, a sociedade guarapuavana se moldava em pequenas frações de poder dos proprietários de terras, que criavam a configuração de uma cidade de cunho agrícola e extremamente estamental.

		LIVRES		NEGROS ESCRAVIZADOS	
Ano	População Total	Abs	%	abs.	%
1825	342	307	89,77	35	10,23
1833	465	409	87,96	56	12,04
1835	688	612	88,96	76	11,04
1843	1621	1402	86,43	219	13,57
1853	2771	2370	85,53	401	14,47
1863	3036	2445	80,53	591	19,46
1872	8477	7628	89,99	849	10,01
1884	-----	-----	-----	371	-----
1890	8943	8943	100	-----	-----
1900	13124	12124	100	-----	-----

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CONDIÇÕES NO SÉCULO XIX

Fonte: (Netto, 2007, p. 137)

O quadro acima demonstra que o povoamento de Guarapuava foi acontecendo aos poucos, de forma gradativa, cada vez mais deixando clara sua vocação para a pecuária e a agricultura, pois o número de trabalhadores que necessitam as lavouras de

grãos aqui produzidas, não eram as mesmas necessitadas por regiões industrializadas do país.

A sociedade guarapuavana não conseguiu se eximir dos desmandos políticos levantados pelos proprietários de terra. Ainda hoje, sua economia tem como base a agricultura, e o poder local mostra-se ainda influente e decisivo nos processos de mudanças locais. Uma sociedade que não se mostra apta a mudanças estruturais, mas sim a uma manutenção do poder criado a partir da tradição. Ao se analisar o histórico da política na região, fica clara, portanto, a intervenção de famílias tradicionais no contexto da sociedade guarapuavana, onde há muitos anos elas se alternam no poder.

Para entender o movimento denominado Paiol de Telha será fundamental conhecer o perfil da sociedade de Guarapuava, que tem características únicas, como de resto qualquer outra sociedade. Essa cidade, fundada no século XVII e centrada em uma economia rural, como de praxe tinha o seu sistema produtivo totalmente baseado na monocultura, no escravismo e no latifúndio. Macedo (1995) discute a formação política e econômica da sociedade paranaense e, principalmente, a grande disputa travada para a conquista dos campos de Guarapuava. Cita, ainda, as forças políticas envolvidas nesse processo e destaca a importância dessa região para o Brasil, uma vez que promoveu a conquista de áreas ainda não alcançadas pela Coroa Portuguesa. Segundo relatos, esse empreendimento exigiu coragem dos conquistadores para enfrentar a fúria dos nativos locais.

Falar da história de Guarapuava é promover um recorte específico e geográfico da história do Brasil. Nesse sentido, vários objetivos permeiam este trabalho. Um dos principais é que, ao se criar um contexto histórico para entender o objeto deste estudo, discutindo a problemática dos negros e a relação que tiveram na região, o que alterou a forte sociedade oligárquica (fato explícito pela herança das terras que receberam), isso

fez com que essa região se tornasse um excelente laboratório de análises, tanto da historiografia em si quanto das ciências sociais aplicadas.

Ao se observar a obra de Macedo (1995), que foca seu objeto de estudo na conquista pacífica dos campos de Guarapuava, percebe-se claramente que, na proposta do autor, não existe a intenção de discutir lutas travadas pelos conquistadores para se chegar à região dos campos de Guarapuava. Havia a intenção de relatar o domínio como algo natural e estável.

Algumas batalhas descritas pelos colonizadores demonstraram diferentes estratégias de lutas usadas pelos nativos da região para resistir ao processo de colonização. Mesmo que em alguns discursos os colonizadores entusiasticamente narrassem uma submissão total dos nativos:

Ainda que os índios, como bárbaros, lancem alguma surriada de flechas, deve o capitão ter instruído a sua gente, para não atirarem, nem fazer mal, antes lhes batam as palmas, e procurem fazer aqueles sinais, que for possível, para mostrar-lhes quererem paz, e dos mimos que vão, o capitão mandará pôr alguns em parte, onde eles os vejam; e logo fará retirar a gente, para que eles sem susto os possam vir buscá-los, e se vir que os aceitam, certo é quererem paz. (Sampaio e Souza apud TAKATUZI, 2005, p. 18).

Com a proibição da escravidão indígena no Brasil⁸, inicia-se o processo de introdução no interior do Paraná. Através dessa lei, criou-se uma expedição específica para o povoamento dos campos de Guarapuava. As primeiras medidas foram tomadas pelo tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, oriundo da província de São Paulo, designado para cuidar da Vila de Paranaguá e do sistema de mineração de toda a região. Foi também o organizador de diversas missões de povoamento dos Campos Gerais até o rio Paraná. Em 1770, por exemplo, na expedição de Candido Xavier de Almeida, houve “conhecimento” dos campos de Guarapuava. Nas inúmeras cartas analisadas por estudiosos e historiadores memorialistas percebe-se uma visão romântica

⁸ Os padres jesuítas apelam a Metrópole de Portugal, que proibisse a caça ao índio, todavia em 1570 admitiu a possibilidades de escravidão pela guerra justa. (SCHMIDT, 1997, p. 95)

e entusiasta e, de forma velada, a falta de importância dada pela Coroa Portuguesa ao ‘descobrimento’ dessas novas terras. A organização de expedições demorava anos para receber autorização por parte da Coroa Portuguesa para que de fato acontecessem.

Fato curioso é que, apesar dessa situação, é interessante reconhecer que Guarapuava era alvo de vários colonizadores, em que pese toda a dificuldade imposta pela própria Coroa e a notícia da periculosidade dos nativos da região. Ficava explícito que a violência com que os indígenas normalmente atacavam os membros da expedição os inibia, mas não os assustavam a ponto de desistirem do empreendimento. Na tentativa de uma eventual aproximação amistosa, davam aos nativos “presentes e agrados, porém, de nada valeram. Mas a proteção divina valeu, para morrerem apenas sete expedicionários, isto é, para não morrerem todos, trucidados pelos índios.” (MACEDO, 1995, p. 97). A derrota da expedição, segundo o autor, era pelo fato de não possuírem força militar suficiente para evitar qualquer tipo de agressão. Os “bugres”, como eram conhecidos os nativos dos campos de Guarapuava, eram ferozes. Eram comuns comentários nos arredores das aldeias de que os presentes cedidos pelos colonizadores eram “iscas” para capturar indígenas que valiam peso de ouro. Disso resultaria, inclusive, uma guerra travada com os indígenas quando dos primeiros contatos. Takatuzi (2005) relata a forma com que os colonizadores foram recebidos pelos indígenas da região quando formaram o primeiro acampamento nas terras denominadas “Porto do Pinhão”. Os soldados da expedição entravam na mata à procura de vestígios dos indígenas da região e o que encontravam eram pequenas cabanas abandonadas. Lá, foram encontrados artefatos como louças e panelas que passaram a ser usados pelas tropas invasoras. Houve muitas tentativas de contatos e, quando isso acontecia, os nativos, estranhamente, ofereciam suas armas aos membros da expedição. Mas, em contrapartida, esperavam o mesmo comportamento dos brancos, porém sem

reciprocidade alguma. Takatuzi (2005) relata, ainda, que, quando os indígenas convidaram Afonso Botelho para uma visita amistosa na aldeia, levaram suas mulheres e crianças para um lugar seguro, demonstrando nitidamente que, mesmo estando em um clima amigável, não tinham confiança e segurança alguma nos homens brancos. A visita foi retribuída a Afonso Botelho repentinamente. Os nativos chegaram ao acampamento com cerca de 150 pessoas. Esse episódio provocou certo receio por parte dos soldados, que ficaram em posição de ataque. Sem levantar quaisquer suspeitas, os indígenas levaram bolo de milho e confraternizaram-se com os soldados presentes. Em alguns casos, tentaram seduzi-los para fora do acampamento. Alguns homens da tropa seguiram os nativos por, aproximadamente, “meia légua” e foram executados. Essa emboscada deixou claras as reais intenções dos indígenas: inimigos são inimigos. Os campos de Guarapuava não seriam conquistados pacificamente (TAKATUZI, 2005). Mesmo assim, desejosos de conquistar os campos de Guarapuava a qualquer custo, iniciava-se o povoamento massivo, ignorando riscos inerentes. Através da Carta Régia, de 1º de dezembro de 1808, fica clara a intenção de intensificar o processo de domínio. Para aumentar o número de pessoas na vila, a correspondência oficial destacava: “(...) fazeis remeter para os Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados a degredo.” (MACEDO, 1995, p. 109). A Carta Régia mostra que a sociedade guarapuavana, também fora objeto de discriminação na sociedade em que viviam. Todavia, após seu estabelecimento como classe dominante, passa a exercer o mesmo processo de que fora vítima algum tempo antes.

Obviamente, não havia dúvida alguma de que desde o princípio a conquista dos campos de Guarapuava seria feita com sangue. Para ilustrar essa passagem, deve-se registrar que, na ocasião, foram adquiridos dois morteiros, incorporados no acervo bélico da Real Expedição da Conquista de Guarapuava. Relatório do livro dessa

expedição levantou questionamentos acerca da euforia demonstrada pelos viajantes quando estavam entregues às piores condições. Andavam três ou quatro horas por dia e, muitas vezes, percebia-se a tentativa de amenizar o conflito descrevendo a situação de forma poética, “harmonizando o tropel dos cavalos e as vozes na mata com o canto dos pássaros.” (MACEDO, 1995, p. 137).

A entrada triunfal nos campos de Guarapuava ocorreu no dia 17 de junho de 1810, às 10 horas da manhã. Para a ocasião, foram construídas algumas palhoças e a estrutura de defesa, onde era comum avistar os nativos que se encontravam nas proximidades. Mas isso não acalmava a fúria dos nativos. Lutas constantes aconteciam entre desbravadores e indígenas, fazendo com que houvesse, inclusive, a mudança do ponto de povoamento. Por fim, houve o início das brigas entre indígenas e desbravadores, que levaram à mudança do ponto de povoamento para campos próximos, que estavam livres dos ataques dos nativos. Tudo isso demonstra que os campos de Guarapuava foram conquistados com sangue dos indígenas e dos colonizadores, e a luta esteve sempre presente na região, o que não foi diferente com a chegada dos negros escravizados, que passaram a integrar o quadro dessa sociedade em formação.

1.4 OS IMIGRANTES NA TERRA DE GUAIRACÁ.

Com as pressões recebidas da Inglaterra para libertação dos escravizados, foi necessário providenciar no Brasil a substituição desse tipo de mão-de-obra pela do trabalhador livre, isso no final do século XIX. Além da promoção da substituição da mão-de-obra, também não podemos descartar a tentativa de branqueamento da raça como já discutido acima. No Paraná a imigração também teve o propósito de ocupar espaços vazios, promovendo um povoamento no estado, atraídos pelas propagandas feitas pelo governo brasileiro na Europa, a qual demonstrava o Brasil como um

verdadeiro paraíso, onde a chance de iniciar uma vida com fartura era absolutamente possível.

A partir da segunda metade do século XVIII, o governo brasileiro passa a adotar uma política de incentivo à imigração de populações estrangeiras para as terras brasileiras. O incentivo à imigração desses povos apresentou dois objetivos principais: sanar o problema da falta de mão de obra na agricultura, que se agravou a partir de 1888 com a lei Áurea (que previa a extinção do trabalho escravo), e promover o branqueamento da população brasileira, cuja as raízes se assentavam nos povos de origem africana, portuguesa e indígena. Diante dessa conjuntura, “abriram-se espaços para imigrantes estrangeiros e o sul do País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram as províncias elegidas dentre outras para receber os projetos de colonização com os imigrantes estrangeiros.” (SCHIMANSKI, 2007, pg 106 apud Barros, 2003, pg. 142)

Essa notícia chegou num momento em que a Europa estava sofrendo uma crise populacional devido ao aumento da massa humana, o que gerava crises econômicas e inflacionárias.

Esses imigrantes vieram trabalhar nas lavouras de café em São Paulo e Rio de Janeiro como empregados. No Sul do Paraná eles vinham como colonos.

Esses imigrantes, vinham do Rio de Janeiro e aportavam em Paranaguá de onde eram levados para Antonina. Desta cidade, eram levados pela Estrada da Graciosa em carroças até Curitiba. Tão logo as famílias chegavam, eram alojadas em uma sede onde aguardavam que os homens partissem para floresta, abrissem uma picada, desmatassem para realizar o plantio, e erguesse um rancho provisório. Isto feito, levavam eles suas famílias para ali morarem, até a venda da primeira colheita, quando, mais seguros economicamente, tratavam de erguer a casa definitiva em suas pequenas propriedades. (HARTUNG, 2004, p. 27).

A vinda dos imigrantes se acentuou no século XX, quando vieram para trabalhar nas fazendas de café e também na policultura, justamente em seguida ao momento que a Província do Paraná passou por uma crise de abastecimento (1850). A crise foi tão grave que faltou alimentos para os moradores da Província, estendendo-se a crise para o resto do Brasil.

A imigração surgiu na esteira da busca de uma solução para essa crise, que estava ligada diretamente a falta de mão-de-obra e incentivos ao cultivo de alimentos, principalmente porque as regiões produtoras no Paraná estavam sendo ocupadas com a criação de gado e também usadas como pasto para estadia. Diante desta situação o governo cria mecanismos para a facilitação da fixação do imigrante no Paraná:⁹

O agravamento das condições de abastecimento e alta dos preços verificada nos gêneros de primeira necessidade, levariam a adoção do Decreto N.º 1.318, de 30 de Janeiro de 1854 que favorecia a imigração pelos estímulos concedidos à posse da terra, possibilitando o seu acesso a qualquer indivíduo, independente de nacionalidade, e concedendo auxílios em favor da imigração. O Decreto facilitava o processo migratório delegando as províncias fazê-lo de acordo com suas particularidades e com ajuda do governo imperial. (WESTPHALEN e BALHAMA apud STECA e FLORES, 2002, p. 28).

Um século após, inicio-se em Guarapuava o esforço para facilitar a fixação de imigrantes em Guarapuava, e criada uma Lei 1951, por parte de Lacerda Werneck, então secretário da Agricultura, para a vinda de imigrantes para Guarapuava. O pedido de Lacerda Werneck era que os Suábios do Danúbio estivessem se instalando em Guarapuava. A vinda destes imigrantes para Guarapuava causava grande discussão entre os fazendeiros quanto às terras que os imigrantes iriam ocupar.

Lacerda Werneck fazia pressão para que os fazendeiros estivessem negociando suas terras na localidade de Entre Rios, com a Cooperativa Agrária Central¹⁰, alegando que caso essas terras não fossem vendidas, as mesmas não continuariam em posse de

⁹ Neste trabalho demonstrei de forma superficial o processo de imigração, tendo em vista que os imigrantes foram inseridos no processo histórico posteriormente, quando já havia ocorrido o processo de expropriação das terras dos Negros do Paiol de telha. Cabe aqui menção aos imigrantes, pelo fato dos mesmos adquirirem as terras que outrora pertenciam aos negros, cabe ressaltar que as terras já não se encontravam em posse do Negros. Para uma discussão mais profunda sobre a imigração e seu papel no Estado do Paraná, ver a Dissertação de Mestrado de Elisabete Shimanski, a qual faz uma abordagem detalhada deste processo, elaborando uma análise crítica dos povos que se instalaram e os motivos que levaram os mesmos a escolherem esses locais (Shimanski, 2007)

¹⁰ Hoje conhecida pelo nome de Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, a mesma cooperativa que entrou com processo de usucapião nas terras requeridas como herança pela Associação Heleodoro Paiol de Telha.

seus proprietários, pois o governo do estado já tinha requisitado a área para promover a desapropriação.

Para não ter prejuízo financeiro, perdendo suas terras para o estado – o qual passaria para as mãos da Cooperativa Agrária Central que, posteriormente, estaria dividindo com os imigrantes que estavam para chegar em Guarapuava – os fazendeiros venderam suas terras. As fazendas que tinham e que deveriam ser negociadas com a Cooperativa eram: Águas Belas, Bracatinga, Boa Vista, Jordãozinho, Samambaia e Combrão, além das Fazendas Cachoeira e Quebra Joelho, perfazendo assim uma área de 10,000 alqueires (MARTINS, 1992, p. 71).

Não tendo outra alternativa, os fazendeiros efetuaram a venda de suas fazendas da seguinte forma:

“(...) o preço exato de Cr\$ 2.000,00 por alqueire, e mais Cr\$ 100,00 por unidade de pinheiro e imbuia existentes em cada fazenda, sendo que, Cr\$ 1.300,00 por alqueire, seriam pagos pela Cooperativa Agrária Ltda, e os restantes setecentos (sic) cruzeiros e o montante da quantia correspondente as arvores mencionadas, seriam indenizados pelo Estado, em terras devolutas, a escolha dos fazendeiros, mediante o pagamento de Cr\$ 200,00 por hectare e mais despesas de mediação de tantos quantos alqueires forem necessários para cobrir o crédito de cada fazendeiro.” (MACEDO apud MARTINS, 1992, p. 72)

Após esse processo, os imigrantes já estavam em Guarapuava quando nem mesmo os fazendeiros haviam retirado seus gados e ferramentas das fazendas vendidas. Sebastião Meira Martins, ressalta em seu livro que 40 famílias de descendentes de ex-escravos ficaram desabrigadas “pois viviam estas sob a proteção e amparo dos proprietários das fazendas, que cediam alguns alqueires de terra para aqueles cultivarem (MACEDO, 1992, p. 72, grifo nosso).

O autor não cita a questão que envolvia as famílias de escravizados, todavia podemos observar que as terras foram vendidas pelos fazendeiros aos imigrantes e não foram tomadas pelos imigrantes.

Imediatamente 500 famílias de alemães receberam ajuda suíça para se instalar nas fazendas adquiridas, famílias estas que com a ajuda recebida, compraram equipamentos agrícolas modernos que propiciaram uma grande produção agrícola, colhendo arroz, trigo, batatas, feijão, milho e outros cereais. (MACEDO, 1992, p. 77).

Atualmente, a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, é a maior empresa de Malte da América Latina, e a colônia de Entre Rios em Guarapuava é responsável por grande parte da produção de grãos da região.

1.5. CASO PAIOL DE TELHA: INÍCIO DA SAGA

Guarapuava recebeu, a partir do século XVIII, famílias oriundas da província de São Paulo. Dentre elas, a família do colonizador Manoel Ferreira dos Santos, que veio para tomar posse de uma sesmaria que havia recebido do governo imperial brasileiro: “Uma sesmaria era de 4.500 alqueires paulistas se fosse mata e 4.050 alqueires se fosse campo, não era raro uma pessoa ser dona de mais de uma sesmaria.” (ABREU, 1986, p. 51).

Manoel Ferreira dos Santos era casado com Dona Balbina Francisca Siqueira. O casal não teve filhos. Tratava-se de uma família tradicional, uma vez que o pai de Dona Balbina chamava-se Pedro Lustoza de Siqueira, proveniente da cidade de Palmeira. Fazendeiro abastado, passou a ter controle de grande quantidade de terras e a tomar posse de grandes fazendas, como Taguá, Cambará, Pinhal Ralo, Limeira, Capão Grande e Jordão.

A história se desenrolou na fazenda Capão Grande. O casal possuía, como qualquer família de grandes fazendeiros da época, vários negros escravizados que os ajudavam nas tarefas do dia-a-dia. Manoel e Dona Balbina mantinham um razoável relacionamento com alguns nativos. Era comum, às vezes, a presença deles com os

escravizados ou agregados. Em razão disso, Dona Balbina criou, também, uma indígena que os escravizados trouxeram da mata quando ainda era criança. Conforme narrativa de Domingos Gonçalves Guimarães, um dos descendentes dos ex-escravizados da fazenda Paiol de Telha, no documento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra havia o seguinte relato:

Os negros saíram para caçar catetos, e os índios correram, deixando uma indiazinha numa toca, e os cachorros acuaram, e os negros trouxeram a indiazinha para a fazenda e foi colocado o nome dela de Ana Faria, aí eles criaram e a fizeram casar com Pedro Lustosa. (Dossiê, 1997, p. 1).

Dona Balbina estava bastante idosa quando isso ocorreu. Segundo Domingos Gonçalves Guimarães, ela estava decepcionada e sentia-se traída pelo enteado que, de forma deliberada, começou a expropriar as terras dos próprios parentes de Dona Balbina. Segundo relatos dos próprios negros, ela teria feito uma trança de fios que desfiava dos sacos que trazia os mantimentos e o sal para o gado até a fazenda e “enrolou os fios e se enforcou na perna do ‘catre’”.

O fato de Dona Balbina ter deixado terras para os negros chamou muita atenção dos moradores da região. Isso soava estranho para alguns, pois prevalecia em Guarapuava uma cultura anti-abolicionista. Todavia, para justificar a doação das terras aos ex-escravizados, fora narrada a seguinte história: segundo os negros, havia várias panelas cheias de moedas de ouro enterradas pelos padres jesuítas espanhóis na região centro-oeste do Paraná. Esse procedimento de enterrar ouro era uma maneira de guardar as riquezas, pois inexistiam casas de penhor seguras ou qualquer outro sistema que garantisse a segurança do bem. Diante disso, o conveniente era enterrá-las. Quando os padres jesuítas foram expulsos da região, devido ao do desentendimento entre as Coroas portuguesa e espanhola por disputas territoriais, eles não levaram as tais panelas. Para a felicidade de Dona Balbina, os negros que estavam trabalhando no plantio da terra

teriam encontrado uma dessas panelas. Como a descoberta se deu dentro da propriedade de Dona Balbina, entenderam ser correto entregá-la para ela. Na tentativa de retribuir a lealdade dos negros, Dona Balbina foi aconselhada pelo cônego Braga a ceder-lhes um fragmento de terra aos negros escravizados e seus descendentes, por causa do seu comprometimento e dedicação.

O episódio não terminou aí. Após a posse, pelos negros, das terras doadas por sua benfeitora, iniciou-se, por parte de Pedro Lustosa, a mudança de marco das terras para diminuir a área doada por Dona Balbina aos escravizados, num lento processo de expropriação. Maria Luiza Abibe, também filha de escravizados, disse em depoimento declarado em cartório que teve contato com a história aos 15 anos de idade, e que ouviu de seu bisavô (um escravizado não-herdeiro das terras), quinze dias antes de sua morte, que “a mando do Coronel Pedro Lustosa” haviam tirado os marcos que faziam divisas da fazenda de Torres com a invernada Paiol de Telhas (antiga fazenda Capão Grande). Segundo Maria Luiza, quando seu avô estava para morrer, pediu para chamar o representante da família Lustosa (Joaquim Lustosa Danguí) e disse-lhe que era para entregar as terras aos “morenos”, pois havia confusão na identificação do local exato dos marcos:

(...) pois ali onde ele entregou não era portão, era invernada de pau-a-pique, que os marcos foram tirados, um deles era no Capão do Pereira, e outro era na Cachoeira, onde esta denominado a antiga fazenda das Torres, após a Mangueira de Pedra, e o outro fica situado na reserva Monjolo Velho da reserva de cima”. (*apud* Dossiê, 1997)

O pai de Maria Luiza Abibe também interveio para que chamasse Joaquim Lustosa Danguí para entregar a terra dos “morenos”. Os negros não ocuparam o terreno que deveriam ocupar por direito. Ficaram assentados num recorte de área e produziam nas terras herdadas o necessário para a subsistência das famílias. Quase sempre, o excedente era comercializado, demonstrando, com isso, um bom senso de organização e

um sentido de espírito comunitário. Havia auxílio entre os membros do assentamento para que a alimentação fosse estendida a todos. Para uma melhor organização das atividades e uma diversificação dos produtos de consumo interno, a tarefa de cultivar as hortas ficou a cargo das mulheres. As hortas ficavam nos fundos das casas, o que significava que cada herdeiro havia determinado a área que podia usufruir. As terras eram plantadas coletivamente, mas o poder de decisão da quantidade de terra a ser cultivada cabia ao chefe de cada família. Havia, também, criação de animais, geralmente de pequeno porte, pois um dos problemas enfrentados pelos negros escravizados era a diminuição de suas terras, dificultando, assim, a criação de animais de grande porte. Os pequenos animais, como galinhas e porcos, eram a garantia de subsistência para as famílias, pois podiam ser vendidos quando houvesse necessidade.

O que se pode observar nesse tipo de organização social é uma grande preocupação com o bem-estar do grupo. Os negros organizavam grupos de trabalho para ajudar o vizinho que ainda não havia conseguido organizar sua roça, denominando tal tarefa de “puxirão” (HARTUNG, 2004, p. 37). Esse procedimento consistia em formar um grupo de trabalhadores que executariam o trabalho que o vizinho ainda não havia terminado. Em troca disso, o dono da roça matava um porco e servia um almoço aos participantes do puxirão:

Muitas vezes, o puxirão era organizado sem o conhecimento do dono da roça, chamando-se, então, “surpresa”. Conhecedores das dificuldades enfrentadas por algumas famílias na execução de suas tarefas agrícolas, um grupo de parentes combinava um puxirão. Algumas vezes anunciavam suas intenções, informando a algum membro da família que receberiam ajuda, o que significava que este deveria oferecer alimentos aos participantes da surpresa. Tal dia, contam os informantes, nós vamos ajudar fulano, ele que faça quirela (sic) com frango, mate um porco pra comer. (HARTUNG, 2004, p. 38).

Segundo os relatos de Domingos Gonçalves Guimarães, as famílias dos negros ficaram morando no local até 1967. A partir desse ano, ocorreu uma mudança estrutural. João Trinco Ribeiro interveio no processo fazendo uma proposta aos negros de dividir

as terras entre as famílias que moravam coletivamente. Segundo Domingos Gonçalves Guimarães, os negros almejavam ter os documentos da terra, pois até então não existia nada que comprovasse a sua posse. Entre os negros, era consenso de que o conhecimento jurídico de Trinco Ribeiro poderia ser muito útil para resolver essa pendência. Os herdeiros acreditaram na boa intenção do visitante, mas o que aconteceu em seguida foi muito diferente do que eles pensavam. De acordo com Domingos, de posse dos nomes de cada um deles, conseguidos em um cartório de Guarapuava, João Trinco Ribeiro forjou uma escritura de cessão de direitos hereditários, alegando ter autorização e assinatura dos negros herdeiros, e justificava que eles tinham vendido suas terras a ele e à sua esposa por um preço justo.

Ainda conforme o testemunho de Domingos Gonçalves Guimarães, depois de ‘compradas’ as terras, João Trinco Ribeiro contou com a ajuda do filho, Amoriti Trinco Ribeiro, que era juiz criminal da comarca, para dar prosseguimento ao projeto inicial. A partir daí, João vendeu 400 alqueires para o delegado Oscar Pacheco dos Santos. Começaram a ocorrer, então, ameaças para que os negros escravizados deixassem as terras (Dossiê, 1997).

Em 1972, Oscar Pacheco dos Santos, então delegado da época, alegou ter comprado a área, e iniciou uma série de ações para tirar as famílias da terra, inclusive utilizando força física e tráfico de influência. Segundo testemunho de Domingos Gonçalves (um dos últimos a sair da terra), os negros buscavam contestar a forma com que fora feita a negociação com Oscar Pacheco, mas sempre ficavam de ‘mãos atadas’, pois, quando recorreriam ao Poder Judiciário ou à polícia, deparavam com pessoas envolvidas no processo, em especial, o Sr. Amoriti Trinco Ribeiro que era juiz de direito:

(...) quando pertencia denúncias na delegacia, que passaria pela vara do crime, era ele, José Amoriti, e aí não funcionava, porque o Dr. Pacheco era o delegado regional, mandava no Pinhão, então chegava lá o delegado dizia: eu não posso, o delegado não tá, (...) nós não tinha a quem recorrer”. (*apud* Dossiê, 1997).

Com o intuito de forçar a saída das famílias do terreno, os ‘novos proprietários’ queimaram uma máquina colhedeira, um trator Massey Ferguson/85, sete mil latas de insumo agrícola e, por fim, 18 tambores de óleo diesel. Grande parte desse capital era de arrendatários da área, principalmente de um co-herdeiro de Pedro “Coxo”, que ainda permaneceu no local até 1977.

Oscar Pacheco transferiu o direito de posse sobre a terra para a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios. Para tanto, repassou documentos forjados para os representantes da cooperativa. Entre os negros, era comum a idéia de que “(...) a Cooperativa percebeu a confusão que envolvia a negociação e não efetivou o pagamento, requerendo o usucapião, em 1981.” (Dossiê, 1997).

Em 1975, Domingos Guimarães, último morador que resistiu à expulsão, sobreviveu a um atentado, que, segundo ele, foi desencadeado por jagunços da cooperativa. Domingos sobreviveu, mas foi obrigado a sair da área em função de constantes ameaças. Os descendentes procuraram apoio judicial. Contrataram o advogado Jacinto Simões para defendê-los. No entanto, Jacinto teve de abandonar a ação sob a alegação de que sofreu pressões e ameaças, tendo, inclusive, de vender o próprio escritório de advocacia. Envolver-se no assunto implicaria em perseguições de naturezas distintas.

Em 1981, a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios ingressou na 1ª Vara Cível de Guarapuava com “ação de usucapião”, mas foi imediatamente contestada pelo governo do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado, sob a alegação de serem “terras devolutas”. Essas terras estão devidamente registradas no Instituto de Terras,

Cartografias e Geociências (ITC) em nome de Eugênio Soares Guimarães, sob a inscrição nº 2748181-6, o qual pagava impostos como proprietário (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1997).

Com a emancipação política do distrito de Pinhão (14 de março de 1965), Amoriti Trinco Ribeiro foi designado juiz da nova comarca e, em face do poder constituído, julgou procedente o pedido da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, homologando-lhe a posse definitiva das terras. Houve várias tentativas judiciais, por parte dos herdeiros, em muitas instâncias sem, contudo, obter êxito. Com o passar dos anos, o processo estava cada vez mais consolidado. A opinião pública corrente já admitia o fato como concluído em favor da cooperativa. Hoje, parte do terreno está em seu poder; outra com os bisnetos de Pedro Lustosa, João Ranhoff, Claro Yung, Pedro Wolff e Francisco Furter; e outra em poder da empresa Fiat Lux.

Os descendentes dos escravizados, inconformados com o resultado de seus pedidos, buscaram ajuda de instituições sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Guarapuava, que, imediatamente, propôs a formação de uma associação formal, com o objetivo maior de manter a unidade entre os membros e reivindicar seus direitos legalmente. Nascia, então, a “Associação Pró-Reintegração da Invernada Paiol de Telha”, comunidade dos descendentes de negros escravizados, definida formalmente como associação civil sem fins lucrativos¹¹.

Além desse objetivo, estava clara a idéia de congregar as pessoas envolvidas no movimento, organizando ações e avançando na solução do problema, assim como conseguir apoio de outros segmentos da sociedade no sentido de legitimar o projeto. Em 7 de março de 1997, a associação encaminhou ao presidente da República um relatório histórico da situação da terra e um pedido para que fossem tomadas “as providências

¹¹ Registrada sob a inscrição nº 01.194.255/001-03, com endereço à rua XV de Novembro, 3.466, 4º andar, sala 404, Guarapuava, Paraná.

necessárias para garantir o retorno à terra que lhes é de direito e justiça dos descendentes de ex-negros escravizados, bem como pelo reconhecimento do Paiol de Telha como patrimônio cultural brasileiro” (Dossiê, 1997). Esse documento também foi assinado pelos advogados do movimento. Uma cópia foi enviada ao presidente da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, em 15 de junho de 1997, na tentativa de uma mobilização maior, tendo em vista a ocupação e o assentamento pelos membros do movimento.

Imediatamente, após ocupação e assentamento em 18 de junho de 1997, a cooperativa Entre Rios entrou na Justiça civil com pedido de reintegração de posse e conseguiu uma liminar. Segundo relatos, a operação de retirada, que foi comandada pela Polícia Militar, aconteceu de forma pacífica. Após a saída das famílias das terras, os herdeiros ficaram acampados à beira da estrada, ao lado da propriedade, mas, mesmo assim, a sua presença incomodava os cooperados. Após anos de litígio, o processo foi arquivado em 2002, com garantia de posse da cooperativa Entre Rios, mesmo com a presença de algumas famílias em acampamentos e barracas de lona ao lado da propriedade.

Em 28 de setembro de 2006, aconteceu um ato solene na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), reconhecendo a comunidade quilombola como “Invernada Comunidade Paiol de Telha”, com o aval da Fundação Cultural Palmares. Dessa forma, os negros garantiriam a remarcação de suas terras, assim como o regresso da comunidade quilombola. Ficava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de então, responsável pela organização das famílias, formalizando a comunidade de descendentes de negros libertos.

1.6. RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAIOL DE TELHA: OS SENTIDOS DE HOJE

Com o objetivo de incrementar uma abordagem não-convencional e discutir elementos da historiografia tradicional acerca dos afro-descendentes no Brasil, este trabalho utiliza referenciais teóricos da análise do pensador francês Michel Foucault:

A história em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos. Em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, (...) uma massa de elementos que devem ser isolados, inter-relacionados. (...) A história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento”. (FOUCAULT, 1976, p. 08).

A principal proposta, portanto, foi elaborar uma reconstrução histórica, além de promover uma análise crítica, através dos documentos produzidos na Comarca de Guarapuava pela Comissão Pastoral da Terra e pela Associação Heleodoro Paiol de Telha. A intenção é analisar ‘discursos’ construídos no rito processual e a abordagem engendrada pelas autoridades legalmente constituídas e também pelas entidades envolvidas diretamente na disputa pela posse da fazenda Fundão; discorrer acerca das posições dos agentes envolvidos, dos propósitos e como isso foi traduzido para a opinião pública; e compreender pontualmente o sentido da construção desse fato histórico pelas entidades envolvidas no processo e que esforços foram utilizados para que a história conhecida fosse dessa e não de outra maneira. Por fim, o que se pretendeu foi compreender quais eram as possíveis contradições existentes nos processos de construção do *Dossiê da Associação Acampamento Heleodoro Paiol de Telha*.

É bom lembrar que jornais e documentos sempre participaram da construção do cotidiano e do “instantâneo”. E não raro cometeram erros crassos ao compreender distâncias, lacunas e silêncios, que certamente permitiriam os esclarecimentos de

contradições e de fossos que separam a teoria da prática. Os mesmos jornais e documentos têm o mérito de narrar e traduzir em palavras os acontecimentos e fatos históricos praticamente ao mesmo tempo em que eles se desenrolam. No entanto, narram a partir do ponto de vista de determinados grupos e por vezes, as análises desses acontecimentos por meio dessas fontes nem sempre responderam com clareza aos códigos e sutilezas engendradas pelo poder e pelo discurso oficial. Daí a necessidade de uma análise que busque matrizes distintas para elucidar o fenômeno histórico, interpretando-os de outras maneiras.

Os jornais e outros documentos, validados e popularizados pela vertente historiográfica francesa conhecida como Escola dos *Annales*, tiveram seu uso metodológico legitimado na década de 1960, em uma sociedade ainda afetada por um então incipiente processo democrático e pela mobilização do movimento estudantil em nível mundial – resultado de mais uma discussão dos *Annales*, que em vários momentos anteriores já haviam enfrentado a história considerada tradicional (dessa vez, como das anteriores, para acompanhar novos contextos e novas problemáticas no campo da cultura, da economia, da política e das questões sociais). No entanto, isso se deu com novos olhares. Os novos tempos conferiram um papel diferenciado para os novos historiadores. Sendo assim, para atender ao seu então “novo estatuto”, a história associa-se a novas disciplinas, como a psicanálise, a antropologia, a lingüística e a literatura, além de uma maior aproximação com a mídia. Além do uso de novas técnicas, notadamente a informática, o historiador torna-se mais sensível às interrogações do presente, interessando-se sobremaneira por aspectos simbólicos e culturais.

É evidente que a interpretação do historiador retoma um espaço maior e mais complexo. Há uma super dimensão de elementos culturais, quase sempre sobrepondo-

se a aspectos meramente quantitativos e sistêmicos. Dessa forma, a história é escrita no plural. O historiador agiganta-se, podendo, inclusive, tematizar uma variedade de questões sob qualquer perspectiva. São muitos os teóricos que darão balizamento a essa nova forma de pensar a história, como Jacques Le Goff; Michel Foucault e Pierre Nora, entre outros. Talvez Foucault(1976) tenha sido o teórico que melhor traduziu esse projeto, fazendo com que a história não visasse apenas uma síntese, mas análises mais interessantes, produzindo múltiplas abordagens de uma sociedade sem centro, sem sujeito e sem futuro previamente definido. Para Foucault(1976), o que marca a *nouvelle histoire* enquanto “*nouvelle*” é sua atitude diante do documento, que teria consequência revolucionária para o conhecimento histórico. A história, para Foucault (1976), existe para usar documentos, interrogá-los, com a finalidade de reconstituir, a partir deles, o passado escondido e indecifrável. “Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar – histórias com suave declive“. (FOUCAULT, 1976, p. 3).

Todavia, um dos aspectos relevantes que merece ser registrado é o diálogo deste trabalho com as ciências sociais. Segundo o novo prisma, o ‘todo’ é inacessível e só pode abordar a realidade social por partes. Nessa fase, os historiadores tomaram consciência do caráter relativo do conhecimento histórico e procuram interrogar-se sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina, em sua relação com a história viva e presente. Fica claro que a orientação principal, em caráter de destaque, é ‘fazer a história que o presente exige’. Le Goff (1992), confirmará, em uma obra que pretendia ser de referência para novos estudos:

O leitor perceberá que, se todos os autores deste dicionário tem em comum a preocupação em fazer progredir a história em caminhos novos, eles não tem um denominador ideológico comum. A história nova, se ela põe a necessidade de uma reflexão teórica, não se liga a nenhuma ortodoxia ideológica. Ela afirma a fecundidade das abordagens múltiplas, a pluralidade dos sistemas de explicação. (LE GOFF, 1992, p. 30)

Em 1977, o medievalista Le Goff diagnosticava os começos de uma mutação importante no jogo de alianças da história com as ciências sociais: “Após um divórcio de mais de dois séculos, historiadores e etnólogos mostram tendência para se aproximar” (LE GOFF, 1992, p. 42). Analisar os documentos que foram confeccionados pelas entidades de classe, que auxiliaram os afro-descendentes a afirmarem uma identidade quilombola na luta pela terra, é promover a aproximação da história com a ciência social e uma reconstrução histórica de um problema social, analisando diretamente as forças sociais e políticas envolvidas e catalisando a idéia implícita no documento quando de sua formulação.

Trata-se de um tipo de escrita da história que Veyne (1988) chamaria de “não-acontecimental”, ou seja, menos uma crônica dos episódios de superfície do que uma análise das estruturas profundas; numa palavra, uma história estrutural. De fato, como se sabe, os *Annales* promoveram e praticaram, sob o signo da interdisciplinaridade, um tipo de história que não se orientava por um referencial cronológico e acontecimental, mas *lógico* sociológico, psicológico e antropológico. Expressões como “sujeito”, “evento”, “narração”, “nações” e “história política” voltaram a serem festejadas. Há limites para a história nova, mas são exatamente os novos problemas, abordagens, objetos, nomes e instituições.

É necessário um esforço sistemático para que melhor se compreendam, avaliem e reformulem a dimensão e o sentido profundo das mudanças históricas do século XX e início do século XXI, tornando tais evidências menos aleatórias em relação às opções no tempo presente e futuro. É preciso potencializar os elementos da discussão em um sentido positivo e legitimar as opções de cidadania.

Entende-se o material produzido pelas entidades lideradas pela Comissão Pastoral da Terra como ‘produto social’, isto é, como resultado de um ofício exercido e

socialmente reconhecido. Seus fatos devem ser analisados como situações plenas de significação, adquirindo sentido através do modo como são representados, produzidos e repercutidos. O trabalho sobre os documentos permite analisar como se constrói um acontecimento em meio a posições e interesses em jogo, além de se estudar a forma como foram construídos tais fatos, pois a releitura desses documentos tem o poder de colocar em evidência determinados fatos, que, por outras razões, remeteram à história reconhecida ou não.

O *Dossiê...* retrata a construção de uma imagem histórica. Veyne (1998) traz importantes contribuições para o entendimento da construção da imagem histórica. Utilizando sua categoria historiográfica no caso Paiol de Telha, tem-se, através dos documentos, um relato de como se materializava a história e as lutas sociais nas entidades de classe, os sentimentos imediatos aos acontecimentos, os discursos e suas mensagens:

A história interessa-se por acontecimentos individualizados, dos quais nenhum apresenta dupla função, mas não é sua própria individualidade que interessa, ela procura compreendê-los, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade ou, mais precisamente, de especificidade”. (VEYNE, 1998, p. 56).

Nesse trecho, é importante destacar a singularidade dos fatos históricos e como utilizar os elementos contidos no *Dossiê...*, usando-os para buscar generalidades ou especificidades, a fim de que sejam um alicerce para a reconstrução de uma história em disputa. Desde a Nova História, tem-se uma dimensão que não engessa a história, mas mostra a necessidade de estar constantemente fazendo uma releitura dos fatos históricos.

Ora, essa releitura faz com que se seja melhor intérprete, como afirma Foucault:

O problema da pluralidade das interpretações, do confronto das interpretações, tornou-se, segundo penso, estruturalmente possível pela mesma definição de interpretação que se prolonga até o infinito sem que haja um ponto absoluto a partir do qual se julgue e se decida. De tal forma que isto, o fato de que estejamos condenados a ser intérpretes ao mesmo tempo que interpretamos, é algo que todo o intérprete deve saber”. (FOUCAULT, 1997, p.30).

Foucault (1997) demonstra que a história deve ser reinterpretada e uma das armas para promover essa reinterpretação são os documentos produzidos através de uma pesquisa qualitativa. Trata-se de uma comunicação concebida dentro de um clima de relações sociais, de tensões das quais os homens estabelecem alguns pontos como verdades. Os documentos são sempre traduções dessas relações (FOUCAULT, 1997). A leitura do *Dossiê...*, dependendo das construções discursivas, traz demonstrações de antagonismos, alianças ou dissimulações, pois o sentido se dá através da construção de seus enunciados da forma que eles foram construídos. Berger e Luckman reforçam a idéia de construção social da realidade pelos grupos sociais:

(...) alguns papéis (ou vozes) representam simbolicamente a ordem institucional mais do que outros. Tais papéis têm grande importância estratégica na sociedade, uma vez que representa não somente esta ou aquela instituição, mas a integração de todas em um mundo dotado de sentido. (BERGER; LUCKMAN, 1998, p. 106).

A importância da linguagem é algo claro dentro dos processos históricos, tendo em vista a possibilidade de criar situações diferenciadas e de instituir um imaginário social que, posteriormente, venha tornar-se realidade, criada pela leitura dos documentos do *Dossiê...* O discurso tem, no seu bojo, a capacidade de, pela sua força, criar conceitos e formar o mundo social. No entanto, não se pode esquecer que o mundo social foi quem criou o mesmo discurso. Analisar os documentos processuais é transcender à sua escrita e perceber que neles não existe uma isenção, mas levar em consideração que eles traduzem uma vontade, um pensamento, um julgamento. Os processos trazem a construção discursiva e histórica da época, utilizando fontes históricas do próprio período.

Os documentos, há muito tempo, fazem parte da história. Todavia, os *Annales* buscaram não somente a história narrativa, mas também a “história-problema”; não apenas a história política, mas também a história de todas as atividades humanas

(BURKE, 1997, p. 12). Deve-se, nessa nova conjuntura, analisar, não somente as atividades, mas todos os movimentos que podem ser observados através de um estudo nas entrelinhas. Pois todos os documentos são dotados de sentidos e códigos e são interpretados e entendidos socialmente, como descreve Burke (1992):

Um escritor passa um sentido sem torná-lo explícito. Ele introduz um significado em sua história pela maneira como a relata. E, quanto mais comum essa maneira, menos idiossincrática é a sua mensagem. Se ele adota um sentido demasiado oracular, não será entendido, pois a inteligibilidade depende de um sistema comum de sentidos, e os sentidos são compartilhados socialmente. (BURKE, 1992, p. 213).

É com a perspectiva de Burke que se pretende analisar os processos, dar sentidos, criar relações, apontar incoerências, criando, assim, uma nova perspectiva de análise, reconstruindo, dessa forma, uma história sobre a posse da fazenda Fundão.

1.7. RECORTE TEMPORAL: UMA NECESSIDADE

O fato histórico que é objeto deste estudo – o caso Paiol de Telha – aconteceu em 1866, a partir do falecimento de Dona Balbina Francisca de Siqueira. Desse período em diante, ocorreram inúmeros fatos que envolveram a sociedade da época, assim como processos ajuizados nas varas cíveis e todo tipo de uso de máquina estatal e uma demonstração de poder sobre os negros. O primeiro processo ajuizado destaca o ano de 1983, quando a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios entrou na Justiça civil de Guarapuava com pedido de usucapião. A partir daí, são ajuizados vários processos de reintegração de posse impetrados pela cooperativa contra os negros, com a justificativa de que eles teriam “invadido” as terras.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi tomado como base a organização do movimento em março de 1996, com a criação da Associação Heleodoro Paiol de Telha,

na qual se percebe o envolvimento das classes representativas no processo de devolução das terras ocupadas pela cooperativa Entre Rios aos negros do Fundão.

Tem-se, a partir desse acontecimento, a criação de um dossiê, no qual as entidades pretendiam divulgar o fato à sociedade em geral e direcionar a discussão aos poderes estabelecidos, dando visibilidade aos negros do Fundão, como eram denominados os herdeiros. Em 2006, após a solenidade no auditório da Unicentro, com a presença de vários movimentos sociais, ocorreu a assinatura de um importante documento por parte do Ministério da Cultura que reconheceu os remanescentes da escravidão (os negros do Fundão) como integrantes de uma comunidade quilombola. O Incra passou, a partir de então, a gerenciar novas situações.

Esse recorte é necessário para estabelecer uma delimitação do tema e do marco histórico, uma vez que são muitos os acontecimentos e fatos envolvidos, além de cobrir grande extensão temporal que o alcance deste trabalho, certamente, não teria condições de traduzir e analisar.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DO PRESENTE PENSANDO O PASSADO: ALGUNS CONCEITOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA DO PAIOL DE TELHA

2. DOCUMENTOS E DISCURSOS DA HISTÓRIA: FONTES ORAIS E ESCRITAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA

Promover um recorte usando novas ferramentas para produzir um enfoque diferenciado sob pontos de vista já estudados e quase conclusos foi a grande proposta do filósofo francês Michel Foucault e que, certamente, norteará as páginas a seguir. Expressões próprias do autor, como buscar compreender as relações de poder, analisar discursos explícitos ou não, questionando as representações do passado, são também objetivos deste trabalho.

O uso de documentos nos processos de pesquisa faz com que se incorra no risco de estudar algo dirigido, criado. Mas não se pode deixar de lado o fato de que os documentos sempre foram produzidos por sujeitos, que tinham suas convicções e suas tendências e que, por vezes, podiam ocultar ou ressaltar determinados assuntos, ainda que sob seus pontos de vista. Este estudo fundamenta-se na história baseada em registros, que podem se constituir em cenários que venham a desprezar as fontes orais, pelo fato de pressuporém que nestas não existe consistência. Todavia, deve-se ressaltar que tanto as fontes escritas quanto as orais têm suas peculiaridades e seus próprios problemas.

Encontra-se, dentro dos documentos escritos, não somente objetividade, informações conclusivas, mas também temos tentativas de falseamento, acobertamentos, blindagens, engessamentos, desvios de informação, focos específicos que, após análises apuradas, e fazendo-se diagnósticos apropriados, interpretam-se segredos que, na maioria das vezes, o próprio autor não tinha ciência de estar revelando. Registra-se um grande avanço a partir do século XX nas fontes documentais, que passaram a não ser somente os documentos oficiais, mas uma gama de provas produzidas intencionalmente ou não, como diários, revistas, propagandas e inúmeras letras de música.

Promover uma abordagem interpretativa faz com que a análise documental ganhe outros olhares sobre os textos documentais, inserindo-os em um contexto de informações que produzam novas evidências. Evidências essas que, como já foi dito, não foram percebidas nem mesmo pelo seu autor, o que torna o estudo do discurso mais fascinante ainda. Nesse sentido, é mister levar em conta que, muitas vezes, o autor da obra nem sempre a compreende sob um outro ponto de vista, e o qual de forma alguma imaginava que fosse possível analisar.

A formação de um discurso impresso pode ser de cunho informativo, militante e tendencioso. A riqueza de informações sugere que um texto é um bólido de sentidos¹². Todo texto, quando criado, seja ele destinado a qualquer fim (informativo ou

¹² ANDRADE, Cláudio César de. **O teórico político: uma contribuição da hermenêutica**. Disponível em: <<http://mestreclaudio.pro.br/artigos.php?id=29>>. Acesso em: 25 nov. 2007. Vide também: ORLANDI, Eni. 'O texto é sempre um 'bólido de sentidos', 'sintoma de um sítio significante', é sempre uma multiplicidade (1996a, p. 14); SILVA, Luiza Helena Oliveira da. **Silenciamento dos sentidos**: relatos de observação de aulas de leitura. **Revista Querubim**. Local, n. 1, 2007 Disponível em: <<http://www.revistaquerubim.com/Silenciamento%20dos%20sentidos%20nas%20aulas%20de%20leitura.doc>>. Acesso em: 25 nov. 2007. Ambos os autores trabalham a partir das idéias de Eni P. Orlandi, sobretudo em: ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996. Quanto à invocação dessas idéias no trabalho do historiador, vide, por exemplo: KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um programa histórico. **Revista de História Regional**. v. 10 (2), p 47-70, inverno, 2005. Disponível em: <[http://www.uepg.br/rhr/v10n1/03KarvatRHR10\(2\).pdf](http://www.uepg.br/rhr/v10n1/03KarvatRHR10(2).pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2007.

comunicativo), possui sempre a intenção do seu autor, e que sempre estará inserida no texto. Isso faz com que, na análise do contexto em que aconteceu o evento ou o acontecimento, tenha-se o livre arbítrio de conferir sentido ou não, pois, se for analisado com os conceitos atuais, certamente terá alterado seu sentido primeiro.

Nesse caso, se estaria usando um contexto diferente do original para a análise do texto, além de conceitos modernos que certamente não eram correntes na época, proporcionando outras interpretações. Por exemplo, uma notícia sobre uma mulher flagrada em adultério, no início do século XX, se analisada com os conceitos do século XXI, certamente será interpretada de forma diferenciada, uma vez que esse tipo de intolerância já não é mais condizente com a realidade atual.

Todo texto envolve uma sociedade, crenças, costumes e indivíduos que têm posições e opiniões conflitantes. Nenhum texto, mesmo que totalmente descritivo, consegue uma isenção total. Nesse sentido, o autor estará elegendo, mesmo que não intencionalmente, pontos que chamaram mais a atenção ou que evidenciaram sua atenção no momento, uma circunstância que inclui o seu próprio processo de criação, as influências da sociedade em que vive e as suas crenças.

Além disso, deve-se lembrar que também o receptor influencia o texto, mesmo que não diretamente. O autor sabe para qual público vai escrever, quem vai ler seu material, e, de forma não dirigida, molda seu material de acordo com o receptor, pois todo texto tem uma intenção.

A formulação dos textos obedece sempre a um destino, um receptor e/ou interlocutor. Existem alguns textos que servem apenas como registro, como, por exemplo, documentos paroquiais e cartoriais. Nesses casos, eles obedecem ao contexto da época ao serem confeccionados. Quase sempre, os textos seguem vértices de comunicação como “(...) um lugar de produção, um conteúdo (intenção, mensagem), um

lugar de recepção ou de destino” (BARROS, 2004, p. 138). Cabe ao pesquisador questionar, analisar, extrair do texto informações que não estão explícitas e garimpar o descobrimento de novos rumos de pesquisa em documentos que por vezes foram analisados. O documento só responderá ao pesquisador se ele fizer as perguntas corretas (BARROS, 2004, p. 140). Cabe ao investigador estruturar seu conjunto de questionamentos a fim de não induzir o documento a apenas comprovar suas afirmações.

O estudo historiográfico através de documentos tomou corpo no século XX com Foucault (1997), que sugere uma releitura sobre os documentos, sobre o questionamento das fontes que produziram o referido documento. Nesse caso, o que pode acontecer é o pesquisador dirigir seu foco naquilo que o autor do documento queria que fosse propagado e, de fato, pode ocorrer que isso não venha a causar interesse ao pesquisador.

Dentro desse contexto, buscar redes de poderes que nem sempre estão claras na confecção de documentos oficiais, mas sim subtendidas, evidencia uma forte tendência de calar, confundir e desabastecer de informação a história. Esses poderes encontram-se nos mais diversos setores da sociedade; por isso, buscar nos textos a relação e a influência dessa rede de poder é um desafio do qual o pesquisador não pode se eximir.

Uma outra fonte que tem sido muita utilizada pelos historiadores é a oral. Longe de ser uma unanimidade, a história oral vem oferecendo aos pesquisadores novos paradigmas de análise, pois passou a incorporar as memórias pessoais para a construção de um quadro mais amplo. Nesse caso, grande parte dos estudos historiográficos passou a ser revista. Assim, pode-se utilizar abordagens que outrora não eram conhecidas por não serem oficiais ou documentadas. A história oral fez com que o trabalho do pesquisador passasse a ter um caráter completo e bem mais amplo, pois, com o uso dessa ferramenta, pode-se inverter o eixo de pesquisa os que historicamente foram

considerados como atores principais para os atores secundários, surgindo, a partir daí, trabalhos que costumam valorizar as pessoas que viveram em grupos e épocas distintas para construir, assim, um novo enfoque de análise.

Uma consequência desse tipo de análise a partir de fontes orais é uma nova visão sobre os excluídos da história considerada oficial. Assim, num novo contexto, face às transformações sociais, eles podem ser considerados como incluídos. Tradicionalmente, os que detinham o poder confeccionavam documentos, construía conhecimentos, forjavam o cotidiano de forma sistematizada, e somente esse conjunto de fontes era considerado válido para a pesquisa histórica. Agora, diferente de outros tempos, é possível que a voz das camadas mais populares possa ser ouvida e, principalmente, analisada. Nessa abordagem, estudar o objeto de pesquisa ou seu recorte através dos documentos orais induz o pesquisador a transcender e criar situações criativas da aplicação de determinadas leis e regras. Um exemplo dos novos caminhos que a história oral possibilitou ao pesquisador é conhecer como as camadas populares fazem uso das informações oficiais ou governamentais. Analisando tais informações sob um olhar crítico, tem-se uma versão singular, onde se pode mensurar ou, no mínimo, tentar compreender a reação e a receptividade de pessoas comuns, assim como o comportamento das camadas populares no recebimento e apropriação das informações. Com o instrumento da história oral, pode-se saber como as versões de determinados fatos históricos chegaram a essas pessoas; quais foram as circunstâncias e quais as novas formas de apropriação ou adaptação às leis e a esse ou aquele momento histórico. Nessa vertente, a história oral surge como uma resposta às pessoas comuns e aos pesquisadores, pois abre a possibilidade de se escrever sobre povos, classes, nações etc. que, de outra forma, jamais conheceriam suas próprias histórias escritas (SANTOS, 2007).

Ao pensar a história regional, surge sempre uma pergunta: os atores envolvidos têm memória? A partir desse questionamento, a história deve ser observada em todos os seus pontos, pois a memória e a história caminham juntas. A história é a ferramenta certa para abrir caminho para a memória. O historiador Nora (1993) cita o exemplo da construção da memória e da história dos judeus:

(...) pensemos nos Judeus, confinados na fidelidade cotidiana ao ritual da tradição. Sua constituição em “povo da memória” excluía sua preocupação com a história até que sua abertura para o mundo moderno lhes impôs a necessidade de historiadores. (NORA, 1993, p. 19).

Manter uma memória viva nunca foi tão importante para determinados povos, pois significa manter viva uma tradição, suas raízes, construir identidades. Se for analisado o período atual, em que informações navegam em alta velocidade nas chamadas infovias da tecnologia, manter uma cultura intacta torna-se uma tarefa extremamente difícil. É de supor, portanto, que determinados povos percebam a necessidade de valorizar e escrever suas memórias a fim de não verem perdidas suas raízes, ressignificando-as e interpretando-as de acordo com seus interesses.

O memorialista, portanto, é aquele que faz lembrar para além dos documentos. Oferece uma perspectiva diferente, uma visão além das praças e monumentos, que são criados para que haja uma lembrança de períodos e datas históricas e que são considerados dignos disso segundo as versões oficiais. Mas a questão é: quem decide o que é ou não digno de ser lembrado? Afinal, existem manipulações das lembranças? Essas perguntas devem ser feitas constantemente pelos pesquisadores. Afinal, quando se escolhe somente trabalhar com documentos escritos, corre-se o risco de estudar os fatos orquestrados somente por quem os produziu.

O fato é que se pode usar essa memória para construir um novo conceito em história, trabalhar nas entrelinhas da história documental e usar a história oral para

questionar a história oficial. Tudo isso dá a possibilidade de reescrever a história sob uma outra ótica, sob uma outra análise. E, para que a história seja reescrita sob diferentes pontos de vista, é preciso levar em conta a alteridade, ou seja. Exemplo disso é a história oficial contada acerca da Segunda Guerra Mundial, pois fica evidenciado que o ponto de vista dos alemães é diferente do ponto de vista dos judeus (FOUCAULT, 1997).

Essa diversidade é compreendida pela história oral, captada pelo pesquisador e transformada em conhecimento.

Não se pode definir ou mensurar o valor de cada memória ou se há aquela considerada mais importante, pois se tratam de construções vividas ou não, de experiências únicas e exclusivas de cada indivíduo. Cabe ao pesquisador inserir a memória dentro do contexto histórico, fazer as perguntas que considera certas, associar e buscar sentido em frases, em opiniões construídas por ideologias ou em uma idéia original.

Deve-se entender, portanto, o valor individual de cada uma dessas memórias. Com o uso da memória nas pesquisas, passa-se a ter um quadro diferente, pois a memória faz de cada indivíduo um historiador de si mesmo. Com isso, percebe-se que o que se tem, na verdade, não são simples relatos de memória, mas sim narrativas históricas que constantemente dialogam com outras fontes como, por exemplo, jornais e revistas, e que servem de objeto de construções históricas.

Tem-se, nas fontes orais, um novo tipo de objeto de pesquisa. Não algo imóvel, estático, mas vivo, com sentimentos, emoções, imaginações, pré-conceitos e, principalmente, vida. É claro que não se pode descartar definitivamente o uso de documentos escritos, ou até mesmo, de certa forma, ‘demonizá-los’, durante as

pesquisas. Mas, com o incremento do uso testemunhal, é possível chegar a uma nova visão sobre o documento, que o convalida e mostra novas possibilidades de pesquisa.

Nos testemunhos orais, os entrevistados, sob a ótica do pesquisador, conseguem passar, além da informação, emoção. Não que isso não possa ser passado pelos documentos escritos, mas, no caso das fontes orais, a imaginação é instigada a partir do momento em que se começa a ouvir os relatos. Um exemplo disso são as histórias contadas pelas pessoas mais velhas, que povoam o imaginário das mais novas, principalmente crianças. Pela forma de narrar, é possível imaginar detalhes, cheiros, sons. Os depoimentos orais conseguem dar vida aos documentos escritos. Como num passe de mágica, os documentos ganham cheiro, calor, empolgação, lágrima e revolta.

Está, assim, superada a idéia positivista de que apenas com os documentos escritos se faz história, como retrata Thompson (1992), ao citar aqueles historiadores que tiveram suas práticas questionadas:

(...) Ranke, C.V. Langlois e Charles Seignobos da Sorbone iniciaram seu Manual Clássico Introdução ao Estudo da História (1889), com esta afirmação sem reservas: “O historiador trabalha com documentos (...) Não há substitutos para os documentos: se não há documentos não há história.” (THOMPSON, 1992, p. 131).

2.1 REPRESENTAÇÕES EM CONSTRUÇÃO: O DOSSIÊ SOBRE O CASO PAIOL DE TELHA

A execução deste trabalho recorreu a dezenas de referências bibliográficas e preferencialmente a uma densa leitura do *Dossiê da Associação Acampamento Heleodoro Paiol de Telha* produzido pelas entidades representativas de classe na cidade de Guarapuava sobre a luta pela posse da fazenda Fundão. Uma grande quantidade de documentos (alguns aqui anexados) foi analisada sob prismas analíticos e exploratórios

de forma explicativa. Tal procedimento contribuiu enormemente para uma tentativa de reconstrução histórica da disputa da posse da fazenda Fundão.

A história dos negros do Fundão passou por várias fases e ganhou inúmeras dimensões, dialogando às vezes com o estado de direito, outras com a força econômica, e ainda, com o simples uso da força da violência. Nesse processo, percebe-se nitidamente o enfrentamento de entidades antagônicas. De um lado, a Comissão Pastoral da Terra, e de outro a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios. Utilizar a discriminação racial e, dessa forma, proceder à construção e reivindicação de uma identidade afro-descendente foi uma das estratégias na argumentação da defesa da Associação Heleodoro Paiol de Telha.

Quando se mencionou, aqui, que para os negros da invernada Paiol de Telha a liberdade não chegou, o que se quer enfatizar é toda opressão e todos os desmandos que lhes foram impostos. Não foi possível a esses descendentes de escravizados usufruírem da generosidade de Dona Balbina, e parece mesmo que isso ainda é algo incerto para o futuro, seja pela cor, seja pela condição social. O *Dossiê...* mostra que “são seres humanos hoje expostos ao frio e a fome...” (Dossiê, 1997). O fato é que há uma forte predisposição das autoridades envolvidas no caso de estancar qualquer possibilidade de reversão da situação. No *Dossiê...*, existe, por parte dos seus elaboradores, um discurso comprometido e militante, tentando demonstrar as atrocidades cometidas no processo contra os negros do Fundão. Há relatos detalhados evidenciando o momento em que os negros agiram judicialmente para promover a mediação do objeto em questão do julgamento. Há também a constatação das dificuldades que os negros enfrentaram diante da rede de poder, uma ocorrência típica das sociedades coronelistas. A constituição da Associação Heleodoro Paiol de Telha foi uma resposta aos crimes, diretos e indiretos, que, no entendimento dos integrantes da

associação, foram cometidos contra os herdeiros de Dona Balbina Francisca de Siqueira.

Uma espécie de força-tarefa foi estrategicamente elaborada para promover a retirada dos herdeiros das terras. Segundo o depoimento de um dos remanescentes dos negros escravizados, Domingos Gonçalves Guimarães, Pedro Lustosa, enteado de Dona Balbina, mudou o marco das terras, ainda mais a área que pertence aos negros. Depois disso, Oscar Pacheco e João Trinco Ribeiro chegaram a adulterar documentos, atitude flagrante quando se leva em conta que muitos dos remanescentes dos negros são analfabetos. Posteriormente, passaram a sessão de posse à Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, que, como já foi mencionado, fez um pedido de usucapião em seu favor, com o aval de membros do Poder Judiciário, como o advogado Amoriti Trinco Ribeiro. Orientados por entidades representativas engajadas no processo de emancipação, os membros da associação, na tentativa dar visibilidade à causa, promoveram um abaixo-assinado para que a Justiça interviesse a seu favor.

Sobre isso, Bourdieu (1998) demonstra que a organização social não consegue ser a solução para os excessos do poder central das classes dominantes. O problema, ao que parece, está na aceitação de que existe uma clara distinção social entre dominantes e dominados (ORTIZ, 1994). Os remanescentes buscaram criar uma identidade social para o movimento, coletando, em vários outros movimentos sociais envolvidos, muitas assinaturas de militantes que representavam várias regiões do Estado do Paraná. Ora, com essa atitude, o movimento Paiol de Telha passou a ter características regionais e nacionais, não se restringindo a uma questão local, resolvida nos bastidores de uma cidade onde, ao que parece, a política ‘clientelista’ tem prevalecido durante décadas, contando com um aparato construído para reconhecer em parte, ou não reconhecer, os direitos dos herdeiros das terras.

A organização do movimento compreendeu que a divulgação do *Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha* em proporções nacionais, além de corroborar a sua causa, agregaria identidade ao movimento. Os herdeiros investiram em duas situações distintas, mas fundamentais. A primeira é uma busca constante pela identidade étnica, colocando os negros como herdeiros de negros ex-escravizados, associando-os aos seus antepassados, e a segunda, a busca de adesão de outros movimentos representativos.

Do seu lado, a cooperativa Entre Rios contra-atacou. Utilizou de forma competente o discurso social, enfatizando sua responsabilidade social, investimento, capacidade produtora e seu caráter de “utilidade pública” para a cidade e a região, contando com seus cooperados e funcionários e a opinião pública a seu favor.

A questão da ênfase da ‘localidade’ para a criação da identidade não se resume apenas ao espaço físico em que grupos se relacionam, mas ultrapassa fronteiras. Até porque os espaços podem ser forjados, criados e concebidos a partir de conceitos sociais. A identidade é forjada dentro da interação social, no cotidiano, no relacionamento, nos embates sociais. Não cabe ao pesquisador analisar as classes sociais como se essas tivessem um desenho claro, definido e imutável, mas sim perceber dentro dos campos de relacionamento como elas se formam e se transformam. O movimento, hoje, com certeza, não quer apenas seu terreno devolvido. Quer algo mais: quer seu espaço, sua honra, sua identidade reconhecida como construtor de uma sociedade. Nesse sentido, o movimento quer alterar a agenda social. Quer ser sujeito da história, e não permanecer numa situação de passividade numa sociedade ainda sob um poder hegemonicamente branco.

Bourdieu (1998), em seu estudo sobre representações sociais, mostra que as lutas sociais promovem representações sociais. Por isso, os integrantes do movimento

querem lutar para criar uma identidade social e fazer com que um grupo seja visto como ele quer ser (ORTIZ, 1994). O capital cultural e intelectual, hoje, é um diferencial eficaz de reconhecimento e valorização e um grande unificador de grupos sociais, e que os levam a lutar pelo seu espaço dentro da sociedade. Foi pensando assim que a associação se movimentou na direção de ter como elemento justificador o fato de ser um grupo cultural constituído por negros e, claro, de consciência negra. A constituição do grupo contou com a ajuda da Fundação Cultural Palmares. Embora isso ainda não tenha surtido efeito no processo de retomada das terras, sem dúvida foi determinante para o resgate da auto-estima e do significado da identidade do movimento. A idéia principal é que a entidade auxilie no processo de reconhecimento da Associação Heleodoro Paiol de Telha como patrimônio cultural brasileiro.

Em uma época definida por Bobbio (1996) como a “era dos direitos”, as minorias gradualmente vêm colhendo frutos de um legado de lutas e resistências, e é comum a solidariedade com as reivindicações de classes, grupos e categorias sociais, como homossexuais, mulheres e etnias excluídas de maneira geral. A palavra inclusão passou a ser freqüentemente utilizada por vários segmentos sociais. Houve uma democratização dos direitos e, conseqüentemente, uma maior consciência ética.

Tomando as raízes sociais da demanda pela ética: nós a queremos porque ela é que nos permitirá uma convivência minimamente decente. Não temos mais base social para viver segundo valores da desigualdade e da discriminação. Os valores da igualdade, do respeito ao outro, tornam-se o requisito mínimo para nossa sociedade sobreviver. O clamor por ética está ligado a isso. Disso, que é um fator social altamente positivo, decorre algo que nos deixa, porém, cétricos. Muitas pessoas pensam que estão clamando por ética como se isso fosse algo puro, a busca do certo, quando as coisas são mais complexas. Esses sujeitos estão articulando com grupos maiores. Esses grupos a

cada dia buscam estratégias de pressão com novas táticas e estratégias para que sejam atendidas suas reivindicações. É esse tratamento igualitário perante a lei que os negros alegam que não tiveram, e, para reivindicar sua igualdade passam a se organizar.

O caminho usado pelos herdeiros foi a organização com outras entidades para aumentar sua representatividade. Ao fazê-lo, conseguiram aumentar sua atuação, promovendo um revigoramento dos membros das comunidades representadas. Isso, inevitavelmente, está associado ao sentimento de pertencimento e ao comprometimento com uma etnia, uma religião, uma ideologia. Ao se associar essas reflexões ao conceito de cidadania, visualiza-se um campo de possibilidades que o movimento, como poucos, acabou adquirindo.

Constata-se que a cidadania e a sociedade civil são noções diferentes: a primeira é reforçada pelo Estado, mas a segunda abrange grupos em harmonia ou em conflito. Ambas, porém, são empiricamente contingentes. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Além disso, a sociedade civil consiste primordialmente na esfera pública, onde associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania são realizadas em seu âmbito por meio dos interesses dos grupos sociais, embora – cabe a ressalva – a sociedade civil não possa constituir o lócus dos direitos de cidadania, por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.

Na comunidade afro-descendente, também denominada como quilombola, essa discussão traduzia-se, na prática, em ações. Segundo relatos, os negros sofreram, historicamente, um processo de espoliação material e moral. Mesmo com todos os

avanços sociais, é preciso ter serenidade para admitir que a sociedade ainda é extremamente volátil, e somente uma identidade definida com princípios verdadeiramente democráticos e socializados garantirá, principalmente aos integrantes de minorias sociais, um espaço próprio.

Vários são os conceitos utilizados para definir “movimento social”. Teoricamente, é fácil conceber um movimento, mas é a combinação perfeita entre qualificação e ação que faz, de fato, um movimento social ser essencialmente um agente capaz de ‘definir’ agendas sociais. O fato de ter sido criada uma associação em defesa da causa dos herdeiros fez com que eles estivessem recriando a sua identidade. Segundo Carvalho (apud PACHECO, 2001) o estabelecimento dos direitos no Brasil não se deu de forma sucessiva, mas de forma intercalada. Enquanto alguns grupos sociais no Brasil tiveram seus direitos reconhecidos e passaram a ter seu *status* de cidadãos reconhecidos, outros grupos não tiveram o reconhecimento na mesma proporção. A questão da cidadania está mais atrelada a uma identidade, promovendo um significado mais amplo desse conceito.

Dessa forma, os herdeiros das terras foram acolhidos pelos movimentos sociais em Guarapuava, passando a organizar os processos reivindicatórios do movimento ao mesmo tempo em que conferem aos seus membros o *status* de cidadãos. O “Estado mínimo”, pregado por parte da sociedade da década de 1980, não conseguiu se realizar, pois a necessidade de atuação do Estado para manter a unidade social, sua função foi ampliada para que a unidade fosse mantida, sendo que ele passa a ser o mediador das novas tensões sociais. (ANDRADE, 2007, p. 33). Como afirma Cláudio César de Andrade, em seu livro *Estratégias Políticas de Instâncias Sociais*, o Estado terá que criar uma mediação para promover respostas coletivas que satisfaçam esses movimentos.

Para preservar as falas do processo histórico do movimento, passou-se a registrar em cartório os depoimentos dos seus membros. O primeiro foi o de Domingos Gonçalves Guimarães, um dos mais velhos descendentes do grupo de escravizados, que nasceu em 1934, nas próprias terras herdadas. Neto de um herdeiro direto de Dona Balbina, Domingos, que foi expulso das terras, tem uma concepção muito clara da trajetória dos sujeitos históricos do movimento. Oficialmente, os documentos buscam legitimar a história dos descendentes de escravizados, narrando com certa dose de saudosismo e heroísmo a saga dos herdeiros verdadeiros, mencionado, com ênfase, a crueldade do tratamento dado pelos então “senhores” das terras.

Na declaração de Domingos,

(...) Sr. João Pinto Ribeiro, em 1960, começou a expulsar de suas propriedades os verdadeiros herdeiros dos negros escravizados do testamento de Balbina Francisca de Siqueira, dizendo aos mesmos que iria fazer uma divisão entre os herdeiros; pegou o nome de cada um deles e em um dos cartórios da comarca de Guarapuava estado do Paraná, consegui uma escritura de cessão de direitos sendo que os ditos herdeiros não sabiam ler nem escrever. (Dossiê, 1997).

Em seu depoimento, Domingos descreve como foi o processo de luta pela terra, dando pistas sobre a sua construção histórica. Em algumas situações, faz uso de memórias e lembranças dos antepassados. Segundo ele, João Trinco Ribeiro tinha um filho que cursava direito, que era um sujeito “acostumado tomar terrenos de pessoas de menos poderes assim como nós” (Dossiê, 1997). O relato chega a ser pitoresco quando menciona que João Trinco colocava os papéis no interior de um jipe para coletar assinatura dos herdeiros. Em sua simplicidade, os herdeiros acreditavam piamente que se tratava de documentação para legitimar o assentamento e sua posterior posse. Havia, ainda, na observação de Domingos, uma estreita troca de favores entre João Trinco Ribeiro e o delegado Pacheco para que este, de alguma forma, beneficiasse seu filho.

Anos mais tarde, o jovem Amoriti Trinco Ribeiro iria se tornar juiz criminal do Fórum de Guarapuava.

2.2 HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Entre vários autores que abordaram o tema dos movimentos sociais, ou a construção e recuperação de grupos em sociedades complexas ou semicomplexas, Melucci (2001) ajuda a entender a engenharia dos movimentos sociais na transição do século XX para o século XXI.

Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta como uma unidade externa, mas que, no seu interior, tem significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e, freqüentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças. Assim, tende-se, muitas vezes, a representar os movimentos como ‘personagens’ com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande maioria dos casos, tratam-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui:

Um outro modo habitual de referir-se aos movimentos é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura, sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis “estruturais”. (MELUCCI, 2001, p. 29).

Quando se utiliza a expressão “sociedades complexas”, remete-se a análise imediatamente para o tema da atual sociedade contemporânea e seus novos valores, como a individualidade, o efêmero, os sentimentos individuais. O sujeito, que vivencia uma temporalidade difícil de ser medida ou acompanhada, torna-se um ‘vivente do

efêmero’: “As sensações, tão frágeis e efêmeras, tão voláteis quanto as situações que as desencadearam” (BAUMAN, 2005, p. 59). É nesse sentido que, na chamada “sociedade da informação” (CASTELLS, 1999), as transformações das práticas sociais acabam por gerar um indivíduo adaptado ao passageiro, ao rápido, em constante mudança.

Bauman (2005), aliás, denomina o momento atual de “época líquido-moderna”, uma expressão que sugere que as estruturas sólidas, tanto na questão do sujeito, como da identidade ou dos valores, dissolveram-se em inúmeros fragmentos. “Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2005, p. 18).

Pode-se, também, entender por sociedade complexa a trama de grupos sociais do século XXI: uma teia de grupos sociais divididos e desarticulados lutando por seus direitos sem, no entanto, se nortearem pela importância da coletividade, importando mais os seus direitos individuais do que os coletivos. Tal paradoxo cria, na sociedade, uma tentativa de fuga, onde o indivíduo busca um sistema de quitação de suas obrigações sociais vinculando-se a movimentos representativos, sem um comprometimento com os ideais de uma civilização planetária.

Essa volatilidade mostra que o ser humano pode, muitas vezes, ter uma filosofia coletiva, mas uma prática individual. É fácil posicionar-se favorável aos direitos dos oprimidos; o que é difícil é assumir uma prática e uma ação que possam ferir a própria individualidade. Verifica-se, hoje, que ‘pseudomovimentos’ sociais assumem discursos emancipatórios. “Todavia, é preciso destacar que um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica ruptura dos limites da compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (MELUCCI, 2001, p. 35).

Todo e qualquer movimento de organização social, em sua essência, trata de uma reação, de um processo de resposta a alguma atuação discriminatória ou excludente. Nesse sentido, “os herdeiros do Fundão” traduziram em realidade uma ação empírica incomum para os novos tempos. Sem dúvida alguma, rompendo com elementos tradicionais e conservadores, buscaram espaço e legitimidade dentro da sociedade. Está sendo, de fato, uma disputa por espaços sociais, quando as regras que conduziram a sociedade, até hoje, ainda não deram conta das expectativas de grupos emergentes. É nesse contexto que alguns movimentos ganham maior visibilidade, na busca por se estabelecerem à margem de uma ordem estabelecida:

Esta nova modalidade de movimentos sociais passa a lutar pela ampliação da participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros. (MELUCCI, 2001, p. 42).

Segundo Melucci (2001), são esses processos de exclusão que promovem os movimentos de reivindicação. Trata-se de um processo de estranhamento em relação a um sistema que, de resto, favorece a existência de tais movimentos. No caso dos herdeiros do Paiol de Telha, o movimento, de fato, foi organizado nos princípios discutidos anteriormente. Os negros, de certa forma, foram excluídos das leis do Estado, mesmo tendo recebido uma expressiva quantidade de terras como herança legítima, e, em um segundo momento, de acordo com um dossiê construído para dar caráter público à sua causa, tiveram seus direitos negados. Para fazer oposição a esses fatos, os herdeiros criaram uma organização que buscou, não somente divulgar o que estava ocorrendo, mas também intervir diretamente nas diretrizes que foram aplicadas para o julgamento do processo:

Os indivíduos têm a possibilidade abstrata de participar da formação da sua identidade, como processo social de produção e de aprendizagem. O sistema oferece chances individuais para intervir na produção da capacidade da ação do indivíduo e da sociedade no seu conjunto. Mas, ao mesmo tempo, essa possibilidade é diminuída, de fato, pelos vastos e capilares processos de manipulação da identidade que os aparatos colocam em ação para assegurar a gestão e o controle dos sistemas complexos. (MELUCCI, 2001, p. 90).

Movimentos formados para contestar ou mesmo para denunciar estados de direito podem ser analisados sob duas formas de expressão: ou utilizando a violência e a agitação para demonstrar que ambas são frutos do antagonismo e de conflitos sociais e, dessa forma, exercem uma ação mais direta e, no entendimento desta abordagem, com mais consistência; ou dentro de um processo civilizatório, em uma versão mais ordenada, com características reivindicatórias, não passando de manifestações esporádicas e anômicas.

O estado de direito e seu discurso legitimador tenta, de todas as formas, esvaziar os movimentos sociais autônomos e espontâneos. O caso dos herdeiros da fazenda Fundão, organizados em uma associação legítima, é um bom exemplo desse processo de desestruturação dos órgãos oficiais. O apoio recebido por integrantes dos herdeiros, por parte de alguns órgãos representativos da sociedade civil organizada – alguns deles engajados diretamente nas lutas sociais –, traduzem uma realidade de enfrentamento de posições entre a sociedade política e a sociedade civil, propriamente dita.

Percebe-se, então, que o reconhecimento da reivindicação dos herdeiros da fazenda Fundão transita em um processo de aceitação e legitimidade por parte da sociedade civil, mas não da sociedade política oficial. Existe, nessa linha de raciocínio, um aspecto que contribui para uma unidade identitária e de ideologia coerente: o fato dos atores sociais desse movimento serem negros e pobres.

Nitidamente, essa situação representa a totalidade das divergências sociais, tornando-os agentes duplamente excluídos do processo social. Um estudo realizado

entre outubro de 2006 e setembro de 2007 pela Fundação Seade, na região da Grande São Paulo, aponta que negros e pardos ainda enfrentam dificuldades para ocupar os melhores postos do mercado de trabalho, quando comparados com os chamados “não-negros”, que incluem brancos e descendentes de asiáticos: "Atualmente, a universalização do ensino fundamental e o maior acesso aos níveis médio e superior de ensino por toda a população permitem supor que as diferenças, ainda importantes entre as oportunidades para negros e não-negros ingressarem e progredirem em sua vida profissional, possam ser superadas". (BRANCOS.2007)

Uma outra forma que fez com que houvesse certa solidariedade de setores da sociedade civil organizada, no apoio dos propósitos dos herdeiros, foi o fato de que eles, além de desprovidos de dinheiro, também o eram do saber técnico mais apurado e, portanto, dependentes de uma forma de operacionalização mais eficaz. Como se verá mais adiante, o discurso legitimador e autoritário do Estado, nessa questão, caminhou na direção de rotular patologicamente o movimento como um “desvio social”. Esta pesquisa tem como objetivo, além de tentar conferir um caráter histórico à causa, justamente contribuir para um esclarecimento que discorda radicalmente da afirmação de que o movimento é tão somente um “desvio social” e, ao mesmo tempo, assumir uma posição de que os negros do Fundão tiveram sua identidade valorizada na semelhança de sua luta com outros movimentos sociais.

Evidentemente que os novos movimentos sociais têm uma dívida com os movimentos mais tradicionais, pois, no início, tiveram de se espelhar nas experiências anteriores. Há movimentos que são facilmente cooptados, outros flertam com o Estado, e há, ainda, aqueles que transcendem todo e qualquer antagonismo, assumindo posições incorruptíveis. O movimento dos negros do Fundão encontrou guarida em movimentos

de representação, principalmente pela sua característica ligada à questão racial ou étnica.

É preciso deixar claro que o movimento, num primeiro momento, não foi unanimidade na sociedade Guarapuavana, que não se empenhou na defesa de seus direitos, fazendo com que ele praticamente passasse despercebido pela opinião pública local, contribuindo, inclusive, para o seu esvaziamento. Uma análise da cultura política dos Campos Gerais e da região de Guarapuava passa, necessariamente, pelas conclusões de algumas pesquisas que apontaram para uma vocação de matiz integralista e conservador. O Integralismo teve grande aceitação no Sul do Brasil, onde se encontravam muitas colônias alemãs e italianas. No Paraná, o Integralismo alcançou grande repercussão, não só pela presença das colônias estrangeiras, mas pela tradição política do Estado. Há trabalhos, na historiografia paranaense, que confirmam a formação da sociedade e dos mecanismos de poder no Paraná e procuram compreender os vínculos existentes entre as elites econômicas e a política paranaense.

A posição da sociedade local ante o movimento passa por um discurso de marginalização, onde os participantes do movimento são geralmente estigmatizados como “vândalos” e “desordeiros”. Os integrantes do movimento, até então, pareciam estar conformados com a sua situação. Todavia, com a aceleração dos movimentos de representação social, passou a existir uma reivindicação mais articulada e racional, inclusive para que o caso fosse retomado. No entanto, mesmo com a adesão de vários movimentos sociais em caráter de solidariedade e apoio logístico, o movimento ainda é considerado por muitos como inexpressivo.

As entidades representativas que organizaram a Associação Heleodoro Paiol de Telha estão empenhadas numa proposta maior de criar uma consciência coletiva, mas encontram grandes obstáculos na apatia da sociedade, na sua despreocupação com

questões de interesse coletivo. Os aparatos dominantes (MELUCCI, 2001, p. 86) fazem com que a sociedade, de maneira geral, tenha uma visão míope e descomprometida, e passe a ver os problemas do movimento no plano apenas individual. Ou seja, para a sociedade, os negros estão lutando por suas terras e esse, segundo a mesma sociedade, é um problema específico dos negros, sem implicações coletivas.

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS E DISCURSOS SOBRE O CASO PAIOL DE TELHA: UMA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE AFRO-DESCENDENTE E A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA

3. IDENTIDADE E SENTIDO: O ESTATUTO DA HISTÓRIA NO SÉCULO XXI

A memória não é algo deslocado ou exógeno em relação ao ser humano. Ela cria um sincretismo de sentimentos, crenças, desejos e convivência em grupo na busca por uma identidade. De forma alguma se consegue total isenção de suas raízes, havendo sempre elementos que fogem ao controle efetivo da racionalidade. Os herdeiros conviveram com a sociedade branca (HARTUNG, 2004), todavia suas raízes não foram esquecidas ou mesmo suplementadas totalmente pela cultura branca, conforme se observa na narração de seus depoimentos no dossiê (Dossiê, 1997).

Diante disso, é importante identificar o complemento memorial, a identidade, que, quase sempre, vem promovendo calorosos debates em busca de uma definição final, mas que parece estar ainda longe de acontecer. Evidentemente que ‘bandeiras’ a respeito dessa causa são constantemente hasteadas em defesa ou em oposição a tal proposição. O que antes se tratava com frequência e era considerado convencional esconder, hoje tenta-se provar que tem relação com a realidade e é fundamental para compreender o momento atual, onde grupos sociais se organizam demonstrando a diversidade cultural que formam as sociedades.

Há expressões, no atual contexto, que evidenciam uma grande batalha historiográfica. No debate acerca do verbete “cosmopolitismo” e da sua visão de

‘globalidade’, percebe-se, por um lado, o discurso de liberdade, informação ilimitada, desenvolvimento a qualquer custo e, por outro lado, o excesso desses posicionamentos, acarretando sérios problemas psíquicos e grande perda de sensibilidade. A globalização ofereceu aos sujeitos liberdade, audácia, rompimento com o trivial, sugerindo um novo ser humano no contexto da civilização planetária. Todavia, verificaram-se alguns fantasmas que passaram a perseguir o ser humano, a partir desse posicionamento: o esvaziamento do sujeito, a nulidade, a gratuidade e o individualismo exacerbado.

Verificou-se, então, um processo antagônico, onde o homem, por necessidade, se viu compelido a buscar um sentido para as questões relevantes de sua existência. Expressões como “solidariedade”, “alteridade” e “comprometimento” passaram a fazer parte da nova agenda do século XXI. E de certa forma podemos presenciar essas expressões na formação da Associação Heleodoro Paiol de Telha.

A tecnologia e o poder de aumentar a independência e auto-suficiência vieram como categorias do capitalismo: a promessa de grande satisfação, sem a devida correspondência, ou seja, criando expectativas que muitas vezes não se traduzem em realidade, gerando um sentimento de frustração e desencantamento, culminando em uma solidão incontrolável além de uma tentativa de sucesso solitário, onde o indivíduo rompe seus vínculos sociais, transformando-se em um anônimo.

Percebe-se que os descendentes dos negros escravizados de Dona Balbina de Siqueira, estavam sentindo-se discriminados em uma sociedade capitalista que defende com unhas e dentes a propriedade privada e não vê com bons olhos os movimentos reivindicatórios. Um sentimento de frustração passa a perseguir os herdeiros que não encontram-se nem no grupo do capitalismo tão pouco no grupo de origem.

O sentimento que os negros foram acometidos, também significava uma forma de defesa da sociedade branca, que mantendo essa postura evitava discutir os temas como posse e direitos. Na discussão do artigo proposto por Marta Diniz e Ana Canen, conseguimos argumentos que reforçam essa afirmação:

Guimarães (1999), defendem seu uso e incorporação pelas Ciências Sociais, a partir da compreensão do conceito como categoria socialmente construída e não biologicamente predeterminada. Nesse sentido, similarmente aos pressupostos multiculturais, a idéia da categoria racial como construção remete a um outro patamar: ser negro, ainda que possa ter componentes biológicos, não se esgota nesses componentes, mas é parte de uma construção identitária, em que a identificação racial é também social e culturalmente construída. A partir dessas considerações, o referido autor entende o racismo como um modo específico de "naturalização" da vida social, que explica diferenças construídas como "naturais". (DINIZ, CANEN, 2004)

Ao mesmo tempo em que o homem pode aspirar por uma virtualidade que o coloca instantaneamente com todas as notícias do mundo em tempo recorde, tendo, inclusive a informação por satélite com uma velocidade jamais imaginada até então, vê-se desprovido de elementos nostálgicos e saudosistas de tempos anteriores. (GUATTARI, 1991), afirma que se assiste a um comportamento que privilegia a digitalidade de uma quinta sinfonia de Beethoven, com a perfeição do áudio do século XXI, mas ao mesmo tempo constata-se o declínio de elementos naturais e saudáveis como a ausência do canto dos pássaros e a suavidade da relva natural. Trata-se de uma profunda dicotomia: produz-se elementos tecnológicos em excesso, mas atrofia-se a natureza em sua maior instância.

Bauman (2005, p. 18) debate como a modernidade promoveu um distanciamento entre os seres humanos em vários níveis, inclusive de natureza física. Ao se observar os grandes centros e suas metrópoles, percebe-se um comportamento que sugere uma individualidade e uma aspereza, próprias de uma postura isolacionista. Embora todos pertençam ao mesmo grupo, comportam-se de maneira fragmentária e segregacionista. Precipitadamente, alguns pensadores tratam de acusar a modernidade e suas seqüelas.

Por outro lado, sob uma ótica racionalizada, verifica-se que há benefícios e malefícios acerca dos riscos que se incorre nessa temporalidade. Essa transição do estruturalismo para o pós-estruturalismo, em alguns países com velocidade maior que em outros, diagnosticou sérios problemas que afligem estruturalmente o comportamento humano, trazendo, inclusive, doenças invisíveis, próprias do final do século XX.

As mudanças verificadas no fim do século passado avolumaram-se de tal maneira que podem fazer-se sentir em vários campos, como na alimentação, tecnologia, comunicação e até mesmo nos relacionamentos sociais, quase sempre sem o aval e o consentimento de todos. Em nome do progresso da humanidade, constata-se que é bem mais fácil promover mudanças em situações particulares que de cunho universal, assim como introduzir novas idéias em indivíduos que em grandes sociedades complexas.

Os descendentes dos herdeiros também demonstram uma falta de entrosamento e distanciamento, quando percebemos que os processos eram isolados, e somente passaram a ser em conjunto representando um grupo, quando estes são reunidos pela sociedade civil para reivindicar. Parece que não queriam assumir a identidade de grupo, pois se caso assumissem, estaria no arcabouço desta identidade toda a história de um grupo discriminado e execrado pela sociedade branca.

Quando abordamos o problema da identidade, ela logo é associada ao sentimento de pertencimento e suas vinculações com os laços sociais e elementos ligado às raízes culturais e religiosas. Esses questionamentos passam a fazer parte do cotidiano e da matriz de grupos sociais, culturais, políticos e religiosos, onde, ao mesmo tempo, o ser humano se vê dividido entre o comprometimento com seus elos anteriores e, ao mesmo tempo, com o esvaziamento dos elementos tradicionais.

Ao se analisar um grupo minoritário, pode-se associá-lo perfeitamente à idéia de identidade e de representação na difícil tentativa de construir um certo pertencimento,

conferindo sentido à sua trajetória no processo de luta por seus direitos e legitimações. Dar luminosidade a esse processo, através de um trabalho acadêmico, ganha maior dimensão à medida que se percebe que tanto o Estado quanto a sociedade foram negligentes com a real significação do projeto emancipatório.

Acompanhando *in loco* as ações desses sujeitos históricos, compreende-se que a valorização e a significação de suas lutas era verificável tão somente pelos membros internos do movimento Paiol de Telha. Ficou evidenciado que seus atores sociais têm plena consciência de seus sofrimentos, discriminações e experiências de sucessivos descasos. É justamente isso que o presente trabalho pretende priorizar: a recuperação e a dimensão históricas com o sentido da contemporaneidade:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm solidez de uma rocha, não são garantidas para toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. (BAUMAN, 2005, p. 17).

Essa busca pela identidade às vezes opaca a tentativa de reavivamento dos sentidos originários, pode ser provocada pelo questionamento e pelo olhar clínico do pesquisador com o enfoque de entender o estatuto primeiro do grupo e seu processo de socialização com outros grupos sociais discriminados. Durante o curso do movimento, percebem-se momentos em que os seus remanescentes tentaram à sua maneira um conagraçamento amistoso com outros grupos sociais, mas que, sem a devida receptividade, preferiram uma hipervalorização de seus elementos culturais, étnicos, sociais e um profundo enraizamento da própria maneira de pensar e de agir, criando, para tanto, quilombos e grupos de luta por seus direitos.

É uma necessidade social um sentimento de sobrevivência da própria identidade em grupos minoritários. Trata-se de um sentimento de resistência muito semelhante a um mecanismo de defesa. Fazendo menção à citação de Bauman (2005), na questão da negociação da identidade, pode-se utilizar múltiplos parâmetros, como, por exemplo, o ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial com o próprio autor: ele foi deportado de

seu país de origem a Polônia e forçado ao exílio, mas lutou para negociar a sua identidade. Em um novo cenário, Bauman esforçou-se para mudar seus costumes e buscar uma forma de integração que o socializasse dentro de um novo grupo. Apesar de estar provisoriamente distante de seu reduto original, o autor não perdeu suas raízes. Essa nova situação permitiu-lhe algumas ambigüidades, uma vez que ele tem para com a nova comunidade um sentimento de afeição, consideração e agradecimento, mas sem uma desvinculação estrutural com a comunidade original.

Os grupos sociais estabelecidos passam a criar auto-imagens de superioridades, uma dotação diferenciada de inteligência e habilidade, como mostra Norbert Elias (ELIAS, 2000, p. 19), quando nos explica que aristocracia significava o grupo dominante, aqueles que tinham privilégios sobre os outros, mas também significava “dominação dos melhores”. Essa posição dos dominadores, promove um sentimento de inferioridade nos dominados, e os mesmos passam a acreditar que não são dignos de respeito e, de fato, são pessoas humanamente inferiores.

No caso dos negros do Fundão temos que somar séculos de discriminação racial concumitaneamente a discriminação econômica que fez com que houvesse um desinteresse na luta por suas terras, o que se percebe pela distância temporal entre os processos judiciais¹³, denotando que os mesmos pareciam ter desistido de lutar por suas terras, talvez por não se acharem merecedores de tal direito.

O sociólogo francês Jacques Derrida também pode servir como exemplo para se entender o sentimento de pertencimento, ou a busca por uma identidade.

¹³ Os negros são expulsos de suas terras definitivamente na década de 1970, todavia os processos de expropriação das terras herdadas iniciam-se em 1886. Somente na década de 1980 uns poucos herdeiros buscam a justiça para lutar por suas terras, passando a acreditar nessa possibilidade, a partir de 1996, com a criação da Associação Heleodoro Paol de Telha.

Derrida problematizou questões como hospitalidade, diferença, ética e responsabilidade sobre o outro. O desejo de ser aceito num ambiente não-judeu, que era, segundo ele, o seu próprio ambiente, é, sem dúvida alguma, consequência de sua expulsão na escola primária aos doze anos de idade justamente por ser judeu (BAUMAN, 2005).

Talvez Derrida tenha sido o maior defensor do sentido de hospitalidade. Em seus escritos, distingue as expressões “preocupação com o outro” e “obsessão pelo outro”. O primeiro sentido fornece uma dimensão ética porque universaliza o outro. Deve-se ser hospitaleiro com qualquer outro, mesmo que não tenha nome. Já o segundo sentido denota a necessidade de saber o nome do outro, de cada outro, de conhecer especificamente o seu rosto, cada rosto e, então, a partir daí, estabelecer um discurso de responsabilidade. É dessa forma que Jacques Derrida vem ao encontro de um sentido de identidade que ultrapassa fronteiras. Ser hospedeiro sem impor nenhuma condição e hospedar sem que o outro solicite, sem que peça hospedagem.

É gritante, no ser humano, o sentimento de constante busca de pertencimento a um grupo, de dar visibilidade à sua identidade e não ser apenas mais um indivíduo multifacetado e fragmentado no caldeirão étnico e social. A discussão do conceito de identidade obriga a questionar as formações de identidades individuais, quais são as verdadeiras intenções que possibilitam uma sólida identidade, mesmo que, muitas vezes, ela seja circunstancial, negociada e alterada. O fundamental é que ela aconteça e dê dignidade aos grupos historicamente identificados com esse contexto. Assim, o movimento Paiol de Telha busca ter consciência como grupo e, com isso, pensa obter organização e mobilização, inclusive reivindicando seus direitos e buscando sua emancipação.

Os remanescentes dos escravos herdeiros de dona Balbina Francisca de Siqueira, buscavam através da Associação Heleodoro Paiol de Telha recriar o grupo que havia ocupado as terras logo que dona Balbina as doou, pois trabalhavam como um grupo de ex-escravizados, contudo, mantendo seus vínculos com suas raízes, suas culturas e seu dialeto.

O sistema produtivo desse grupo – que era a minoria social da época (1886), também visto por alguns fazendeiros como um grupo que não podia ter direito a posse de terra – não via outra forma de concretizar-se além de voltar sua produção para o consumo interno. Um sistema produtivo coletivo, onde as plantações eram da comunidade e isso demonstra a união do grupo por sua condição.

Esse vínculo com o passado que os remanescentes buscam reavivar, vínculo comunitário que se perdeu em algum lugar no tempo do trabalho capitalista, que expropria e exclui aqueles que não se adequam ao sistema produtivo vigente. O momento histórico de meados dos anos de 1990, marcado pelo auge dos movimentos sociais do campo, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como opositor direto ao governo de Fernando Henrique Cardoso e o modelo econômico neoliberal em curso, a causa em comum e também a sociedade civil organizada através de vários grupos reivindicatórios, promovem esse reconciliar com a identidade dos negros, através da organização do grupo Associação Heleodoro Paiol de Telha.

Construir uma identidade no século XXI corresponde a estar analisando quais eram os fatores que diferenciavam estes grupos minoritários, que lutavam para manter viva sua tradição, mesmo quando esta era vista como abominação pela ordem vigente. De acordo com Hartung (2004), podemos perceber que a manutenção desta identidade era constantemente reforçada pelos ex-escravizados de Dona Balbina, após sua morte. Buscavam integrar tanto a religião quanto a produção. Não bastava apenas estar junto na

produção, mas também em todos os outros planos possíveis de relacionamento social.

Como podemos observar no relato de Miriam Hartung:

No relato sobre essa religiosidade doméstica os mesmos valores manifestos na prática de trabalho comunal aparecem dando sentido e organizando a vida social: a unidade familiar é elemento crucial na continuidade do grupo enquanto tal. Era através das festas dos Santos domésticos, quando as unidades familiares partilhavam rezas e alimentos, que as relações entre eles se fortaleciam, pois estavam ligados no mundo dos homens e também o estavam em outra esfera, aquela onde localizavam Deus, os santos, as almas, os espíritos. (HARTUNG, 2004, p. 41, grifo meu).

Podemos levantar como ponto de análise, segundo essa afirmação sobre a unidade familiar dos negros do Paiol de Telha, que foi a desagregação do grupo, através do processo de expropriação de suas terras, que promoveu a desarticulação e a perda de identidade, que vem sendo pleiteada pelo movimento Paiol de Telha.

Na chamada “modernidade tardia” (GIDDENS, 1997), é comum visualizar e conceber uma negociação de identidade. E o que se vê são algumas culturas subjugando outras, com os processos de resistência e recriação de novas culturas híbridas em processos interculturais, como afirma Canclini (1996). Geertz (1973) destaca que toda comunidade possui um *ethos* próprio, independente e autônomo, em que não há culturas de ordem superior ou inferior, mas sim culturas distintas e particulares. Todas as culturas têm o seu valor e importância. Às vezes amordaçadas e anuladas, mas sempre com possibilidade de uma real manifestação cultural (GEERTZ, 1973). Canclini, em tempos de globalização, afirma que as culturas distintas e particulares cada vez mais se relacionam, se misturam, se hibridizam e criam novas culturas, num riquíssimo processo de interculturalidade em que a resistência se dá nem tanto pela rejeição de elementos externos à própria cultura, mas especialmente pela apropriação desses elementos em outros termos. (CANCLINI, 1996).

No Brasil, pode-se enumerar vários grupos étnicos que tiveram sua identidade forjada. Negros escravizados e nativos, cada um à sua maneira, não assumiam por

completo seu *ethos* e concepção de mundo originários, pois seriam rotulados e marcados com o estigma de inferioridade e de não-civilizados. Em seus guetos, assumiam-se como negros ou nativos, mas, em contato com os “civilizados e superiores”, anulavam essa identidade em prol daquela que favorece maior inserção na sociedade vigente. Felizmente, algumas exceções ocorreram e foram motivo de revisitações por parte de alguns historiadores, inclusive em alguns antigos documentos localizados em acervos fora do Brasil. Nesse sentido, houve uma interpretação historiográfica diferente nos últimos anos. O historiador baiano João José Reis atreveu-se a mexer em conceitos estandarizados e defendeu que os negros baianos de Salvador, diferente de outros, tinham uma estratégia política de resistência articulada e racional, sendo, inclusive, os mentores das primeiras greves no Brasil. É preciso, no entanto, não deixar de lado a participação dos nativos brasileiros, que inicialmente eram considerados “selvagens”, “bravos” e pouco amistosos, mas logo depois passaram a ser denominados de “indolentes” e pouco afeitos ao trabalho. Numa forma de amenizar tais discursos, os ‘arautos da modernidade’, em nome de um discurso ‘politicamente correto’, passaram a considerar uma nova identidade desses nativos, em complexos processos de negociação e reconhecimento de lutas sociais históricas.

Outro fato relacionado à sobreposição de culturas e que teria provocado uma crise de identidade está na análise dos efeitos da cultura exógena em determinado meio. A cultura estadunidense, chamada de “americana”, que, historicamente, tem sobrepujado culturas regionais e particulares, talvez seja um bom exemplo a ser analisado. Evidentemente que as próprias idéias de imperialismo e processo civilizatório fizeram com que se internalizasse um imaginário de inferioridade cultural, passando a identificar as outras culturas como inferiores ou superiores. Nesse sentido, discursos foram criados pela influência da indústria cultural para legitimar o processo de

“endoculturação”, fazendo acreditar, de alguma forma, na invenção de empréstimos culturais como expressão positiva. A partir desse domínio cultural, culturas particulares e específicas passam a incorporar o discurso legitimador. Ao considerar outras culturas como inferiores, passa-se a estabelecer um argumento autoritário e imperativo. Alguns defendem que, a partir daí, os membros denominados integrantes da cultura inferior passam a conviver com a “cultura oficial” e, aos poucos, internalizam configurações culturais que não são suas, mas sim dos outros, ou exógenas. No entanto, outros estudiosos como Canclini (1996) defendem a idéia de que, na modernidade, as culturas são híbridas, sempre realizando trocas assimétricas, mediações, que levam à construção de interculturalidades e, por conseguinte, de novas identidades em permanente construção, em que o dito dominado subverte aspectos da dita cultura dominante e, assim, recria sua própria cultura.

Os ex-escravos de dona Balbina Francisca de Siqueira, são o exemplo do que foi discutido acima, com relação à negociação de identidade. Conforme nos mostra Miriam Hartug, os afro-descendentes dos herdeiros da invernada Paiol de Telha, contavam que seus antepassados falavam uma língua que provavelmente haviam trazido da África. Todavia, essa língua era falada escondida, não na frente de outras pessoas e, certamente, essa ocultação se dava pelo medo de serem taxados, rotulados e discriminados pelo uso de sua língua mátria. Diante disso, era prudente a ocultação, sendo que era usada apenas em momentos de descontração (HARTUNG, 2004, p. 43).

O elemento linguístico, reforça mais ainda a tese de um grupo coeso, com uma identidade original que passa a ser negociada nos processos de dominação e expropriação relativos à escravidão e sua herança. Resta nos perguntar quais foram os momentos mais críticos do rompimento desses laços com os herdeiros e em que circunstância os motivos que os mesmos enfatizaram no processo de reinvidação de

suas terras passaram da mera alegação de herdeiros para a defesa e construção de uma identidade afro-descendente.

Assim, surgem novas formas de compreender o mundo e nele agir, conforme as demandas do contexto histórico em permanente transformação. A idéia de razão ocidental e moderna passa a ser valorizada em detrimento da religião, e os sujeitos sociais passam a se entender e a conduzir suas vidas como indivíduos e não mais como membros de linhagens, de famílias ou clãs. A urbanização e a produtividade passam a ser o correto e definidores de uma nova identidade, alicerçada na modernidade, na ciência, na técnica e na idéia de cosmopolitismo.

A propósito, Schaff (1995) destaca um capítulo especial sobre a mudança cultural na sociedade. Ao identificar que a aceleração da informática pode, por um lado, intensificar as relações e o processo de comunicação, reconhece que há sempre o perigo da imposição de uma cultura sobre a outra. O problema não seria tão agudo se todas as culturas do mundo tivessem as mesmas oportunidades de afirmação: só neste caso poderiam competir no “livre mercado” das idéias, confrontar-se com as outras e igualar sua influência nas mentes humanas. Mas isso não acontece assim. Não há um livre mercado nesse sentido. Pelo contrário. O mercado está fechado e dominado pelos que dispõem dos meios técnicos para a difusão das informações e que são mais fortes graças à sua riqueza e aos melhores conhecimentos tecnológicos (SCHAFF, 1995, p. 47).

Não obstante as dificuldades de defender, atualmente, uma cultura “pura”, é preciso deixar claro que existem estratégias para o enfrentamento desse processo de “colonização”. Habermas (2002) concebe a cultura espontânea como “mundo vivido”. Segundo ele, é na esfera social da cultura (o mundo vivido) que devem ser fixados os destinos da sociedade, através do questionamento e da revalidação dos valores e das normas vigentes desse mundo vivido. O sistema, com todas as suas complexidades,

impõe sua lógica (razão instrumental) às outras esferas da sociedade, passando, dessa forma, a “colonizá-las”. Essas outras esferas, até então preservadas, constituem a outra dimensão da sociedade: o mundo vivido. Mas, de fato, segundo Habermas (2002), o que é o mundo vivido? Para ele, tratam-se de vivências subjetivas, experiências compartilhadas, memória e sua história coletiva. Dessa forma, o ideal seria descolonizar o “mundo vivido” pelo sistema, defendendo a capacidade do agir comunicativo para todos os atores e recuperar, através das ciências humanas, momentos da racionalidade soterrados, esquecidos ou não explorados (HABERMAS, 2002). Diante disso, pode-se perceber com maior clareza todas as dificuldades que os remanescentes do movimento Paiol de Telha tiveram e estão tendo para a defesa e a preservação de seu maior legado: a terra e a cultura afro-descendente.

Um fator importante da identidade é reconhecer que ela não é fixa ou engessada, mas pode ser, dependendo do ambiente e da circunstância, movida por um processo de negociação e construção. Seria possível encontrar o elo ideal para a preservação da identidade de um grupo? Seria possível uma dosagem de equilíbrio com a negociação e a minimização dos conflitos nela existentes? Ao tentar encontrar condições ideais para salvaguardar sua identidade, o ser humano imagina que tem todas as condições de proporcionar a si uma maior satisfação psicológica, social e afetiva que viria ao encontro da dignidade humana e social. Um exemplo claro de tentativa de forjar a criação de identidade nacional é a construção do conceito de nação. Geralmente, os governos buscam de todas as formas a invenção de uma identidade dentro da nação, procurando fazer com que todos os membros desenvolvam o sentimento de pertencer a ela e a usem como bandeira de co-responsabilidade e de ufanismo. Há exemplos claros, neste início de século, de nações que lutam para desenvolver uma identidade nacional e, conseqüentemente, unificar elementos multifacetados e fragmentados. Não tem sido

tarefa fácil, pois, dentro da estrutura estatal de países com essas prerrogativas, existem várias identidades que não querem ser suprimidas, por defenderem o objeto maior de suas particularidades.

O sentimento de pertencimento a uma etnia, a uma culinária, a uma religião, a uma língua, a um *ethos* específico traz à tona a sensação do retorno do velho nacionalismo romântico. Expressões como “aqui sei como as coisas funcionam, aqui é o meu lugar”, “os cheiros são familiares”, “os objetos são familiares” denotam uma identidade familiar. Ou, então, a defesa da possessão da pátria, da nação, da família, traz a sensação de segurança, de uma verdadeira interação social, de um tipo comum, de histórias de vida, de um enraizamento com profundas construções simbólicas e míticas. Essa cultura se aproxima intimamente do conceito de comunidade e não de sociedade. Aos poucos, a modernidade rompeu com isso, liberando as pessoas dessas relações estáveis, por meio de mecanismos que Giddens (1991) classifica como produto do “desencaixe”.

De alguma maneira, a proposta deste trabalho é fazer uma tentativa de “reencaixe” com os remanescentes do grupo denominado Paiol de Telha, considerando que, para Giddens (1991), “reencaixe” é a: “reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições locais de tempo e lugar” (GIDDENS, 1991, p. 83). A reconstrução histórica pode contribuir com esse empreendimento.

Em trechos do livro de Bauman (2005), fica caracterizado o fosso existente entre os entrevistadores do censo e seus entrevistados. Alguns funcionários foram treinados para coletar informações sobre o conceito de nação e de pertencimento.

Sob prismas e concepções diferentes, houve pouca aderência para o estudo que se propunha. Nesse sentido, os funcionários falharam, o projeto falhou, o sistema

falhou. Aos poucos, os funcionários perceberam que os entrevistados não tinham idéia do conceito de nação que lhes estava sendo imposto. Para eles, não significava ter uma nacionalidade; apenas insistiam em responder “somos daqui”, “somos deste lugar”, “pertencemos a este lugar”. “Em face desta situação, houve a necessidade de mudança na denominação, com a alteração no cartão de resposta do censo oficial para ‘pessoa do lugar’, ao invés de ‘lista de nacionalidade’” (BAUMAN, 2005, p. 23).

Fica claro que o Estado mínimo e neoliberal, apesar de várias tentativas, não superou a identidade com o local, ou seja, a criação legal do Estado moderno não foi capaz de criar uma identidade homogênea, com competência apurada para romper com os vínculos, com as raízes de identificação com o local e o mundo vivido e o seu sentimento de pertencimento.

O fato denominado por Bauman também se vê claramente nos remanescentes dos escravizados da Fazenda Fundão, quando estes passam a falar do local em que moravam, das terras as quais não podem mais usar. Percebe-se através de suas falas que a ligação com a terra transcende a questão da posse:

Eu nasci pra cá, num rancho de um tio meu. O Sr. lembra do rancho do Dodô? Então daqui, quando fiquei, quando ainda era bem pequeno, eles mudaram para cá, nessa parte de cá. E tem um sinal da casa ainda, até agora... Minha vó morava lá. (E. ? anos) (sic) (HARTUNG, 2004, p. 90).

A prova lá onde eu morava, eu e meu pai, daqui uns 4,5 km, lá ainda acha os cacos da panela, os pedaços de prato velho, que eles quebraram, a fornalha véia que a gente fazia. (O., 74 anos) (sic). (HARTUNG, 2004, p. 90).

Percebe-se que as terras dão sustentação e legitimação a identidade dos remanescentes, como se as últimas peças do quebra-cabeça estivessem sendo montadas e, com elas, esclarecendo e dando entendimento ao todo. É como se tudo o que foi falado ficasse comprovado e legitimado ao passar da oralidade para o documento escrito. Nas narrativas, cria-se uma mistura entre terras e pessoas, como se um longe do

outro nada significasse. Todavia, quando esses dois elementos se encontram, os remanescentes e suas terras, e como se uma paisagem, um sentido de pertencimento, enfim, uma identidade fosse criada, demonstrando assim sua estreita ligação:

(...) a gente nasceu e se criou lá, e uma outra coisa que a gente sente muito lá é que nossos antepassados, a gente, deixou a vida, o sangue e o espírito lá. Temos o cemitério, temos diversas coisas que serve como arrelique, aquelas cercas de pedra que tem lá. Então, para nós, é muito importante relembrar o nosso passado. (sic) (HARTUNG, 2004, p. 91).

A luta pela identidade está diretamente ligada à posse da terra. Pois, para os remanescentes de fato conquistarem sua identidade os mesmos tem que estar em suas terras, pois assim sua história de vida estará completa, sem a ruptura imposta pelo processo de expropriação.

O problema da identidade, sobretudo da identidade nacional, está também inserido na identidade ideológica, criada através de mecanismos de identificação, possuindo flexibilidade e voluntarismo e não exigindo um empenho comprometido e obrigatório de seus membros. O objetivo dessa criação é delimitar as fronteiras que separam “nós” dos “outros”, o endógeno do exógeno. Quando isso ocorre, inevitavelmente situações de conflito surgem, criando barreiras, obstáculos e distinções. Nesse sentido, ao criar uma identidade, qualquer que seja ela, fatalmente ocorrerá um processo de confrontos, cisões, rompimentos e separações.

Contribuição relevante nessa matéria é propiciada por Elias (2000), que mostra que, dentro de uma sociedade, existe a criação de diversos sistemas de separação. O autor destaca, ainda, que os grupos, mesmo tendo uma identidade criada e forjada em cima de normas e leis, desenvolvem características que os separam da totalidade, buscando uma identidade dentro da outra, geralmente específica e restrita. Ele descreve um episódio na localidade de Winston Parva, um povoado inglês com nome fictício, separado em zonas, assim descritas: zona 1, zona 2 e zona 3. Nelas, existiam leis e

normas orais próprias, que tornavam seus membros únicos e exclusivos, mesmo residindo na mesma localidade. Ora, os grupos desenvolveram necessidades de regras específicas para uma correta identificação. Cada zona tinha um *status* dentro da comunidade, e este *status* era apenas regional. A perplexidade do fato é que os membros das zonas inferiores, considerados forasteiros, mesmo com maiores condições sociais e com maior nível de estudo, reconheciam sua inferioridade no sistema criado pelos moradores antigos (ELIAS, 2000, p. 30).

Fica, então, evidente que criar sistemas com o propósito de dar exclusividade também pode ser considerado uma autodefesa contra um sistema que busca se homogeneizar. Partindo desse pressuposto, e associando-o ao contexto brasileiro, verifica-se que os moradores de favelas, os excluídos e as chamadas “minorias” estão todos reunidos sob uma mesma identidade nacional, ou seja, sob uma mesma configuração estrutural, mas seus sistemas, linguagens e atitudes podem ser facilmente identificados e reconhecidos, criando, assim, uma identidade híbrida. O “estar junto” e o “conviver no mesmo mundo vivido”, mesmo em setores periféricos, lhes confere uma solidariedade com competência suficiente para enfrentar os códigos oficiais e sistêmicos. E, como se viu, a identidade é negociável, não é estática. Ocorrem transformações e mutações no interior de determinadas identidades.

O capitalismo, em sua dimensão neoliberal, pode corroer elementos essenciais da ação social e da vida comunitária. A força do dinheiro tem poder para transformar agentes sociais em seres passivos, determinados pelo poder e pela lógica da circulação das mercadorias e do acúmulo do capital. O ser humano corre o risco de se converter em mero agente da lei do valor.

Essa racionalização coloca em risco a relação direta entre os indivíduos: o contato direto é o das mercadorias, mediado pelo ser humano, muitas vezes transformado e reduzido a “estatuto da coisa”. A facilidade do capitalismo em produzir novas necessidades tem um *status* de ‘engodo’, mas evidencia uma posição paradoxal.

Ao se acreditar que, com o uso da tecnologia, em especial a informática, sobalaria ao ser humano um tempo livre para dedicar-se à qualidade de vida, na verdade ele é levado a uma busca desenfreada pelas necessidades criadas pelo mesmo capitalismo que sugere liberdade e autonomia, mas por vezes pode acabar não as realizando, num caminho quase sempre espinhoso. Essas manifestações se fazem perceber diretamente no mundo do trabalho. Tudo é muito rápido, fragmentado e portátil. O esquema de curto prazo coloca em cheque a confiança, os laços de lealdade e compromisso e produzindo trabalhadores cada vez mais acuados em meio à instabilidade.

A nova realidade econômica e social traz termos excitantes como agilidade, flexibilidade e mudança, porém não propicia a realização ambicionada por esses mesmos trabalhadores, ao mesmo tempo em que obscurece no indivíduo as qualidades que criam os laços entre os seres humanos e lhes confere uma identidade sustentável (SENNETT, 1998). Essa identidade da economia globalizada se choca com as identidades tradicionais em construção por grupos como os negros do Paiol de Telha, um conjunto de pessoas com raízes comunitárias e ligadas ao meio rural brasileiro organizado antes dos processos de modernização conservadora.

Nesse sentido, é importante promover um debate sobre a pluralidade das identidades dos negros no Brasil. O que leva ao reconhecimento das comunidades afro-descendentes como quilombolas? Temos o início do reconhecimento das comunidades dos remanescentes quilombolas a partir de 1988 com a Constituição Federal que reza: **“Art 68.** Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas

terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (Constituição da República Federativa do Brasil).

O fato dos remanescentes herdeiros de Dona Balbina Francisca de Siqueira, não estar ocupando suas terras, pode-se inicialmente ser um fator de não reconhecimento de sua cultura? Devemos lembrar também que o fato dos mesmos não permanecerem nela foi única e exclusivamente, como aponta os documentos do Dossiê, por força física e coercitivas, muitas vezes usando o artifício da violência explícita. Todavia, é somente o local que pode comprovar a identidade de um povo? Além disso, a definição como quilombola não se referia aos negros que tinham fugido da escravidão e se organizado em comunidades independentes. Então, no caso dos negros do Paiol de Telha, o termo quilombola não seria apropriado, pois o grupo conquistou sua liberdade por meio da negociação de sua identidade com a sociedade branca então vigente.

Schmitt; Turatti e Carvalho (2002) trazem à tona um questionamento interessante quando fazem uma reflexão sobre os artigos 215¹⁴ e 216¹⁵ da Constituição Federal. Os remanescentes das comunidades quilombolas teriam conquistado um reconhecimento propriamente étnico, no sentido de assegurar um espaço na diferença? Seria como um acerto de contas, como um direito ao consumidor lesado? O fato é que as comunidades quilombolas passam a ter que demonstrar sua cultura através de laudos

¹⁴ **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

¹⁵ **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (1996)

antropológicos, para assim se habilitarem a conquistar suas áreas de direito. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Os remanescentes afro-descendentes, por diferentes motivos, não ficaram ocupando apenas um lugar isolado, escondido, como era a visão estereotipada que se desenvolveu de quilombo. Como já foi problematizado, o termo quilombo estava relacionado diretamente com quebra de leis, fugas, malfeitorias, imagem esta fruto de resistências às relações de poder estabelecidas por séculos.

O fato dos remanescentes serem herdeiros e não ocuparem diretamente ao seu chão, refere-se também aos arranjos diferenciados existentes na intensa rede de relacionamento e partilha com a sociedade local. Portanto, não pode ser apenas o local o padrão definidor de uma identidade afro-descendente ou quilombola ou não, já que existe todo o patrimônio imaterial decorrente das relações sociais e econômicas estabelecidas pelo grupo em processos interculturais. Quais seriam os objetos de análise para a formulação desta identidade? A forma de plantar, as culturas cultivadas na terra, a religiosidade, a organização familiar, o reconhecimento da origem afro-descendente ligada aos processos de escravização?

Assim, aspectos de identidade também pode ser observados pelo deslocamento das terras e a interação com a sociedade local, mas não deixando de lado os relacionamentos étnicos e culturais. No caso do grupo de negros do Paiol de Telha, constatou-se que estes mudavam-se em grupo para determinados bairros, nunca deixando totalmente de cultivar os laços familiares e comunitários. (HARTUNG, 2004, p. 76).

O que sugerem Schmitt; Turatti e Carvalho (2002) é que não se pode levar em consideração somente o aspecto da resistência:

Nesta direção, o atributo de resistência, que até então tem deixado as comunidades excessivamente reféns do Modelo Palmarino, pode ser acessado por outros canais como a religiosidade, o parentesco e o trabalho familiar na

terra, considerados igualmente formas contundentes de lutar por um lugar social no horizonte da liberdade. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

A Constituição Federal busca dar conta, mesmo que tardiamente, corrigir arestas deixadas pelo tempo em relação às discriminações sofridas pelos negros. Trata-se de uma identidade em busca de reconhecimento, de ser “legalizada” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, para se definir junto a uma sociedade globalizada e formal.

Trata-se de reivindicar a diferença, demonstrada através de laudos antropológicos para que se consiga a justiça social e a reparação das perdas sofridas.

3.1. LIGAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE AFRO-DESCENDENTE E A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA DOS HERDEIROS DO PAIOL DE TELHA

As disputas de terras envolvendo comunidades afro-descendentes e quilombolas é uma luta constante no cenário brasileiro. No caso Paiol de Telha, verifica-se, além de uma complexidade especial, um envolvimento de vários poderes distintos. De um lado, os negros ex-escravizados reivindicando suas terras como herança; de outro, os compradores, alegando a legitimidade do usucapião, dentro do Estado de direito. E, ainda, um terceiro elemento, o Estado, que, estranhamente negligencia sua função maior, que é mediar legítima e constitucionalmente, do ponto de vista dos negros, uma alternativa sensata e coerente.

Essa disputa não é externalizada para a sociedade, e sim travada em silêncio, nos bastidores: em tribunais e em órgãos competentes. Numa tentativa de criar um processo

de fortalecimento e divulgação de seus reais objetivos, várias entidades representativas criaram a Associação Heleodoro Paiol de Telha, organizada por várias entidades. São elas a APP/Sindicato, a Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Bancários e o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná. Com a finalidade de dar visibilidade à sua mobilização, elaboraram um acervo próprio de documentos e testemunhos, denominado Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha.

A forma com que foi feita a publicização e o significado que foi dado ao acontecimento levam a algumas reflexões. De que forma surge uma organização com órgãos representativos em uma sociedade considerada conservadora? É incomum um movimento emancipatório como esse ter êxito em uma sociedade essencialmente oligárquica e ainda lutar por terra onde a economia é rural e latifundiária? É possível lutar, não somente contra o direito de posse alegado pela cooperativa, mas também contra o poder econômico desenvolvido pelos seus representantes junto à comunidade? A tentativa de romper o silêncio e somar força para combater os grandes proprietários de terra significa a invocação da representatividade social. Como se pode abordar a questão da representatividade entre essas entidades? Qual é o sentido da representação social? Tirar o movimento de uma situação de clandestinidade, dar sentido, engajamento e, principalmente, reconhecimento à causa pode ser um dos motivos substanciais de um movimento inteligente, atuante em pleno século XXI.

Muitos movimentos sociais recebem rótulos da sociedade que, por vezes, não condizem com a sua reivindicação, gerando uma estigmatização social. O problema é não somente o movimento ser, de certa forma, maculado, como também seus membros, principalmente se esse mesmo movimento é criado para defender a terra e a identidade. Os rótulos mais comuns são “baderneiros” e “desordeiros”, ou, ainda, “promotores da alteração da ordem social”, como no caso dos movimentos sociais dos trabalhadores

rurais sem terra. A aproximação de algumas entidades já consagradas junto à causa do movimento pode ser vista como uma tentativa de legitimar o estatuto dessa luta, criando uma representação social coesa, em que não só o interesse dos negros esteja em jogo, mas também a luta constante que colocam em risco todas as classes menos favorecidas.

Buscar o elo que mostra a representatividade entre os negros e as entidades de classe é lembrar que a representação social perpassa diretamente pela união de causas e lutas pelos espaços sociais.

Os negros, ao que parece, tiveram seus direitos tolhidos pelo simples fato de serem negros, conforme sugere o dossiê. Trata-se de uma classe discriminada, que teve seus direitos espoliados e que sofre, ainda hoje, com o analfabetismo e uma quase total ausência do Estado.

A entidades de representação social, principalmente os sindicatos envolvidos e a Pastoral da Terra, resolveram apadrinhar essa luta para demonstrar a uma sociedade de matiz conservador que trabalhadores que sofrem as mesmas misérias sociais que os negros podem, com união e estratégia, mudar essa situação. Os negros da fazenda Fundão não encontram semelhança entre a sua causa e a dos professores ou bancários. Porém, encontram semelhança com a luta dos sem terra, embora se considerem historicamente “com terra”, como herdeiros. O apoio dado por outros movimentos de representatividade abrangente, e que se propuseram a organizar o dossiê, demonstra que o fizeram para um enfrentamento maior, contra todo tipo de discriminação e segregação social. Mostrar uma combatividade reivindicatória para os membros do movimento Paiol de Telha foi importante para as outras entidades, principalmente quando se colocam em posição antagônica à globalização e ao seu instrumento direto: o neoliberalismo. Ambos, aliás, têm, historicamente, tolhido as ações de sindicatos e

órgãos de representação, num processo onde a política do individualismo fica exacerbada e a democracia, desfocada.

Os descendentes dos herdeiros encontraram nas entidades a possibilidade de organização. Não se trata somente de união de movimentos, ou de semelhança de causa, mas também de como os trabalhadores se organizaram e perceberam que unidos na figura dos sindicatos e dos movimentos sociais conseguiriam ser mais fortes. Também os herdeiros perceberam que era necessário a construção de alguma entidade para promover essa união. Uma busca organizada primeiramente pela sua identidade e por suas raízes e, posteriormente, pelos seus direitos e conquistas.

Buscar essa união pode ser visto como uma forma de resistência tendo em vista fazer com que o poder público e a sociedade assumissem a parcela de responsabilidade na criação e expansão de um Estado que favorece o capital e oferece uma justiça paliativa.

Qual é o fator unificador dessas entidades? Seria uma questão de organização para uma batalha de poder? O que se apresenta no dossiê é uma tentativa de unir força contra um poder estabelecido, e também a denúncia de um processo de descaso histórico com a situação dos negros. No caso do movimento Paiol de Telha, as entidades de representação de Guarapuava perceberam que existia e existe uma grande mobilização contra os negros do Fundão e que eles têm direitos legítimos, tendo assumido uma posição emancipatória em solidariedade ao projeto.

O que se verifica é uma atitude de reparação de uma parcela da sociedade, de retomar o tempo perdido, pois, quando da ocorrência dos fatos, houve uma tímida manifestação e paralisação e, até mesmo, uma não-reação por parte da sociedade. As entidades de representação buscaram pagar uma dívida que lhes era cobrada pela história.

Na abertura do Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha, há uma explicação sobre o caso, que não foi escrita pelos herdeiros e pelas pessoas envolvidas na entidade, mas por advogados que fizeram questão de explicitar seus títulos pessoais, como forma de legitimar a defesa da causa e se estabelecer relações de poder alternativas àquelas historicamente vigentes. Colocaram em referência o nome de Dimas Salustiano da Silva, advogado da Associação Heleodoro Paiol de Telha, e uma nota explicativa contendo a seguinte descrição: “Advogado. Professor de Direito Constitucional da UFMA, Mestre em Direito do Estado pela UFPR e Doutorando em Direito Constitucional pela PUC/SPA” (Dossiê, 1997). Mais uma vez, percebe-se a tentativa de dar visibilidade aos fatos, dessa vez usando os meios que o Estado vê como ideais, usando pessoas que possuem qualidades e respeitabilidade tradicionais junto à sociedade.

Ainda na parte inicial do dossiê, também se percebe uma intenção nítida de deixar clara a relação de poder dos que, segundo o dossiê, adquiriram as terras dos herdeiros de forma não-lícita. Valorizam o fato de que quem julgou e instruiu grande parte da ação foi Amoriti Trinco Ribeiro, que aparece como um dos envolvidos no processo de espoliação das terras.

Na página cinco, o autor do documento fala sobre a reorganização do movimento, que praticamente passou em silêncio, com referência à Justiça praticada entre o início dos anos 1980 até final da década de 1990, quando a história do movimento só poderia ser conhecida através dos processos. O documento deixa claro que foi com auxílio de entidades da sociedade civil que foi possível a mobilização e, segundo o que consta do dossiê, o motivo pelo qual a sociedade civil se mobilizou foi por acreditar que a área em questão é importante:

Com auxílio de entidades da sociedade civil toda a documentação está sendo regatada, sendo que a área em questão se caracteriza como de relevante importância para a memória da raça e cultura negra do Estado do Paraná, bem como importante contribuição da Comunidade Negra de Paiol de Telha como patrimônio cultural brasileiro. (Dossiê, 1997, p. 5).

Observa-se, portanto, a estratégia de discurso das entidades, o argumento da luta pelo reconhecimento da identidade e do espaço dos negros herdeiros. Todavia, como citado no documento, as entidades que se envolveram na organização do movimento foram: APP/Sindicato¹⁶; Comissão Pastoral da Terra (CPT/PR)¹⁷; Sindicato dos Bancários; SISMAC¹⁸; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (SISMUC)¹⁹; agentes da Pastoral dos Negros; deputado Rosinha, do Partido dos Trabalhadores (PT); Coletivo de Mulheres Negras da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Setorial de Negros e Negras do PT; AQUINAP; e Instituto Afro-brasileiro do Paraná.

Como se pode observar, esses movimentos passaram a coordenar as ações dos herdeiros, envolvendo principalmente entidades e partidos políticos de esquerda. Para afinar o discurso, essas entidades passaram a adotar uma estratégia de unidade, afirmando que os negros se sentem unidos pelos laços territoriais criados pelos seus antepassados e não lutam somente pela terra, mas também por sua ancestralidade, que, de certa maneira, foi perdida.

¹⁶ A APP/Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná é entidade resultante do processo de unificação da APP/Sindicato dos Professores das redes públicas estadual e municipais do Paraná com o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Paraná (SINTE).

¹⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Inicialmente, a CPT desenvolveu, junto aos trabalhadores, um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". Sua missão, conforme se auto descreve, é: "Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus".

¹⁸ Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba.

¹⁹ Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba.

O que não podemos deixar de analisar é o resultado das ações da retirada dos herdeiros de suas terras. Socialmente temos uma grande perda e a geração de miséria, pois os herdeiros quando expulsos de suas terras, passam a engrossar as favelas e a fila de desempregados, sujeitos que estavam diretamente ligados a terra e a produção agrícola, passam a ter que se deparar com profissões e atividades estranhas à sua história de vida.

A situação de deslocamento, quando da retirada de suas terras, propiciou o espalhamento desta comunidade. Logo, cai por terra qualquer argumento de que houve uma desintegração natural do grupo e da cultura afro-descendente. Pois, como já foi apresentado neste trabalho, os herdeiros tinham suas plantações e suas atividades comunitárias, religiosas, culturais, sociais e familiares. Com a nova situação passam a morar na cidade e não têm mais a proteção uns dos outros, provendo assim por necessidade de sobrevivência a desarticulação do grupo, o que de fato comprometeu sua identidade coletiva.

Mesmo desarticulados, muitos herdeiros, como que por necessidade e segurança, passavam a morar perto uns dos outros:

Em um mesmo terreno ou bairro encontram-se várias unidades familiares, todas aparentadas entre si. Ao visitar dona Rosa, 65 anos, o seu João, 84 anos, ambos descendentes diretos dos escravos e libertos herdeiros, vê-se chegar filhos, netos, cunhados, irmãos, irmãos(sic), sobrinhos afilhados, primos e primas, todos residentes no mesmo terreno ou nas redondezas. (HARTUNG, 2004, p. 76)

O documento inicial do dossiê é uma chamada de consciência, para levar a conhecer as características não só históricas dos fatos, mas também legais, uma vez que o autor do texto, como advogado, faz indagações e cita leis que podem garantir a posse da terra não somente pela Vara Cível, com a anulação do processo de usucapião conquistado pela Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios. A estratégia é usar a

identidade dos negros como argumento legal para a posse da terra e demonstrar que eles têm direito a terra duplamente: pela forma ilegal pela qual, segundo consta do dossiê, lhes foram tiradas as terras e pela sua identidade racial ou étnica, condição que lhes estava sendo tolhida nesse processo, fazendo com que estivessem se distanciando de sua cultura e de seus costumes. De acordo com os argumento utilizado pelo dossiê, o negro continua a lutar pela sua liberdade e pelo direito de (re)conhecer sua cultura e de se aproximar de suas raízes.

O documento também tenta responder a perguntas que, com certeza, foram feitas no decorrer do processo: por qual razão ou circunstância houve o engajamento das entidades no caso Paiol de Telha? Seria um movimento político? Seria um movimento ideológico? As respostas encontradas nos documentos do dossiê são embasadas numa então ausência do poder público que, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, acabou por garantir leis de segurança para as comunidades afro-descendentes quilombolas, para que seu patrimônio cultural fosse preservado e que as terras utilizadas como quilombos fossem garantidas por lei, numa tentativa de não romper com os laços culturais dos negros. Além disso, o discurso do documento usa o princípio do direito à cidadania do negro com base no fato dele necessitar se integrar na sociedade com dignidade, sem a pecha de “miserável” ou “desfavorecido”. Pelo contrário: tendo seus direitos reconhecidos pelo Estado:

Artigo 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos. (apud Dossiê, 1997).

Como o Estado não cumpriu a sua parte ao não garantir aos negros seus direitos assegurados pela Constituição Federal, coube às entidades representativas fazê-lo, para que as terras herdadas pelos ex-escravizados de dona Balbina Francisca de Siqueira se

tratassem de patrimônio histórico cultural dos negros. Para tanto, foi citado o artigo 216 da Constituição, que preconiza que o poder público deve cuidar do patrimônio cultural brasileiro com a ajuda da sociedade, sendo que as atitudes que podem ser tomadas para defender esse patrimônio vão da confecção de inventários até “(...) desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Dossiê, 1997).

Com esses argumentos, a entrada das entidades representativas na luta foi também por uma questão de cidadania.

Na parte final do documento, pede-se que não se cumpra a ordem de despejo contra os herdeiros, que estão acampados nas terras, e que a área seja desocupada e lhes seja entregue, agora de forma definitiva. Em junho de 1997, os negros haviam ocupado as terras como forma de pressão, mas acabaram sendo expulsos e a cooperativa Entre Rios retomou a posse das terras.

Na continuidade do processo, percebe-se o empenho das entidades em tornar a causa conhecida, organizando vários abaixo-assinados com nome, assinatura e a localidade de cada pessoa. E chama a atenção que o cabeçalho do abaixo-assinado é, na verdade, um compromisso dos integrantes do movimento para endossar os fatos narrados na parte inicial. Outro fator importante é o reconhecimento dos locais de residência das pessoas que assinaram o documento: grande parte é de Curitiba. A pergunta que se levanta é: por que não foram coletadas assinaturas na cidade de Guarapuava, tendo em vista a proximidade com a fazenda Fundão? Como se conseguiram essas assinaturas em Curitiba? Teria sido através de movimentos organizados? Além de Curitiba, também há assinaturas de outros municípios do Paraná, o que denota uma participação e divulgação bastante amplas em todo o Estado.

Na tentativa de dar uma amplitude nacional ao fato, o movimento encaminhou duas cartas, uma ao presidente da República e outra à Fundação Cultural Palmares²⁰, explicando os fatos e pedindo ajuda no sentido de que sejam devolvidas as terras aos herdeiros.

As cartas mencionadas acima se prendem quase que exclusivamente às questões ilegais que ocorreram no processo, dando ênfase a participação de cartórios e juízes no processo. O que nos chama a atenção é que mesmo mencionando no início do dossiê a intenção de assumir a identidade quilombola, percebe-se que esta intenção é deixada de lado nas cartas enviadas ao presidente da República e a Fundação Cultural Palmares. O que demonstra que davam mais credibilidade para as arbitrariedades que, segundo o dossiê, eles foram vítimas no processo do que uma ligação com a identidade quilombola.

No dossiê, as entidades de representação buscam demonstrar com documentos as alegações sustentadas na parte inicial de que os negros herdaram suas terras de dona Francisca Balbina de Siqueira. Para tanto, anexaram uma certidão do cartório onde consta o testamento de dona Balbina deixando claro qual era o seu desejo, denotando, dessa forma, que os negros, na verdade, estão sofrendo uma exploração, corroborando a idéia de que os herdeiros legítimos das terras as perderam pelo fato de serem negros.

Na tentativa de oficializar uma verdadeira história dos herdeiros, as entidades passaram a registrar em cartório seus depoimentos, como forma de registrar e validar suas histórias, que até então só estavam na memória individual ou coletiva dos negros, como é o caso de Domingos Gonçalves Guimarães, que também registrou seu

²⁰ A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela lei federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, tendo o seu estatuto aprovado pelo decreto nº 418, de 10 de janeiro de 1992, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.

depoimento no Ministério Público. A articulação e a mobilização do movimento também se tornaram maiores e mais fortes após a constituição da Associação Heleodoro Paiol de Telha. Além disso, em todos os depoimentos feitos em cartório se vê a necessidade de deixar transparecer com clareza o uso da máquina do Estado e a conseqüente violência contra os negros. Usar os depoimentos orais como registro histórico é uma prática admitida pela história, mas, para garantir que a história dos negros do Fundão não se perdesse, ou mesmo para lhe dar uma credibilidade oficial, assumiu-se o risco de essas narrativas perderem a sua característica original como fonte oral, agora transformada em fonte escrita pelo processo judicial, o que a torna, assim, mais digna de credibilidade para regras vigentes na sociedade atual. Nos depoimentos ao cartório, os herdeiros, sabendo do motivo do registro de sua história, passaram a dar maior ênfase à perda de suas terras, com a preocupação em demonstrar o quão brutal foi esse processo. Deixam de lado nos depoimentos a conexão com suas raízes, demonstrando um distanciamento com sua ancestralidade.

Em seu depoimento, Maria Luiza Abide tenta validar ainda mais a sua história, principalmente quando Domingos Gonçalves Guimarães afirma que houve a mudança dos marcos das terras. Em sua declaração, Maria Luiza confirma o fato de ser filha de negros escravizados. Já nos últimos dias de vida, seu pai lhe contou que, a mando do coronel Pedro Lustosa, foi obrigado a mudar os marcos das terras, e pediu-lhe que intercedesse junto a Joaquim Lustosa Dangui para que entregasse as terras com as medidas originais aos negros.

Para um enriquecimento maior dos fatos relacionados ao Paiol de Telha, resolveu-se por bem também colher a história dos remanescentes através do testemunho. A narrativa de Domingos Gonçalves Guimarães, por exemplo, pode surpreender aqueles que não estão habituados a valorizar os sujeitos históricos comuns e a sabedoria popular

advinda de um humilde descendente de escravizados semi-alfabetizado, por este demonstrar em seu relato um grande nível de conhecimento. Ele inicia o depoimento com informações que colheu durante a sua vida e foram incorporadas à sua história. Domingos busca desmistificar Pedro Lustosa, um dos herdeiros de dona Balbina, que cultivava uma imagem de “bom homem” diante dos fazendeiros da região. Domingos afirma no documento que o maior defeito de Lustosa era a ganância, mas que não tinha outros defeitos, principalmente no que se refere ao trato com seus negros escravizados. Seu depoimento corrobora o fato de que até mesmo o suicídio de dona Balbina aconteceu por desgosto de seu afilhado, Pedro Lustosa, que lhe teria agredido a sua confiança não doando as terras aos escravizados. Essa afirmação leva à interpretação de que dona Balbina havia feito seu inventário ainda em vida.

Nos depoimentos, também se pode observar a inclusão de algumas lendas, que ainda hoje estão vivas entre as pessoas que moram em cidades do interior. Por exemplo, a “lenda do negro gritador”, sobre escravizados mortos que andam pela mata gritando suas dores e lamentos. De acordo com o relato de Domingos, a lenda teve a sua origem no seguinte fato que ele afirma ainda lembrar:

O Arroio que vai do morro da olaria e então tinha que passar um córrego, o rio pra daí chegar no Paiol de Telha, que eu ainda lembro que quando tavam fazendo a derrubada, que era uma lugar de plantio, escapou um machado saiu do cabo e deu num pescoço de um escravo, ele morreu e diz que aquele escravo tinha a fama de gritador, então, ele era gritador, ele chegava lá, ele tinha mania, porque lá o terreno e assim...então ele subia pela estrada que era o divisor, ele passava gritando ali em vida e continuou depois de morto, a alma continuou...(Dossiê, 1997).

O escravizado que confessava, no leito de morte, a mudança dos marcos era João Maria, que o fazia a mando de Pedro Lustosa. Essa lenda do “negro gritador” ainda é usada para assustar e afugentar desavisados nas rodas de chimarrão, e é um exemplo

de um dos elos da cultura negra, cujas histórias e lendas permanecem não só entre os negros, como também na própria cultura dos brancos.

O conhecimento demonstrado por Domingos sobre a história da cidade de Guarapuava, que foi contada pelos seus antepassados, mostra que, de fato, era comum os negros se reunirem em círculo para ouvir histórias, numa época em que a oralidade predominava como forma de transmissão e compartilhamento de experiências e saberes. Aliás, o relato de Domingos é repleto de histórias sobre o Paraná e Guarapuava, e chega a ter um tom de denúncia quando ele se refere ao caso específico das terras herdadas pelos negros. Percebe-se, então, um rompimento na linha de raciocínio, uma abrupta mudança de assunto, provavelmente provocada pelo seu entrevistador. A análise do depoimento de Domingos pode sugerir alguns questionamentos acerca da sua autenticidade e isenção, nos marcos do que está estabelecido pela cultura escrita. A certa altura do depoimento, ele está falando das histórias de Guarapuava, da formação da cidade, e, de forma abrupta, passa a falar de suas terras, como se em determinado momento alguém lhe chamasse a atenção para o objetivo do documento, que era narrar a história das terras herdadas. A articulação do texto e o emprego de certos tempos verbais constantes do documento sugerem, até com uma certa clareza, que o relato foi alterado, quando da passagem da oralidade para o registro escrito. Atualmente, os estudiosos da oralidade afirmam ser evidente que há alterações e mediações de uma fonte oral para a escrita, pois deve ser considerado tanto o objetivo do relato quanto o interlocutor do mesmo. No dossiê, seu relato oral transforma-se em documento escrito e adquire a forma de texto narrativo, e não mais de um bate-papo ou depoimento oral. E, nessa linha de análise, não cabe suspeitar do teor supostamente real ou não das palavras usadas por Domingos, visto que o que está em pauta é a representação por ele construída para forjar uma identidade e um processo de resistência.

Dessa forma, contemplando a análise das contradições apresentadas pelas fontes orais e escritas investigadas nesta pesquisa, buscamos construir uma história dos negros da fazenda Fundão conforme o que foi apresentado no capítulo dois deste trabalho, com os negros perdendo suas terras. Outras representações construídas em torno dessa história e do resultado dessa luta se transformaram em três processos na Vara Cível da comarca de Pinhão, no Paraná.

Em 1974, iniciou-se o processo de transferência de posse de João Trinco Ribeiro para o então delegado Oscar Pacheco dos Santos. Porém, quem estava vendendo o direito de posse sobre as terras não eram os herdeiros dos negros, o que significava que já existia uma outra transferência de terras assinada pelos herdeiros a João Trinco Ribeiro. O que chama a atenção é que, no documento de transferência de posse, não era somente João Trinco Ribeiro que era o detentor da posse da terra, mas também Alsy Batista Vitorassi, juntamente com sua esposa Ademir Ribeiro Vitorrassi. O dossiê traz, em seguida, a documentação de cessão de posse dos herdeiros para João Trinco Ribeiro e Alsy Batista Vitorassi. Esse documento tem sua importância no dossiê para comprovar que os herdeiros passaram a transferência de posse das terras, mesmo constando do testamento de dona Balbina que os negros escravizados não podiam dispor das terras que estavam recebendo. O que não foi ressaltado pelo dossiê foi o fato de Iracema Trinco Ribeiro estar representando os herdeiros na transferência das terras para seu esposo, João Trinco, conforme consta do documento (vide Anexo), o que leva à interpretação de que, de fato, houve a intenção de afastar os herdeiros legítimos do processo de transferência. Depois de conseguir passar a posse das terras dos herdeiros para João Trinco Ribeiro, este a repassou a Oscar Pacheco dos Santos que, por fim, transferiu para a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios.

Ainda conforme o depoimento de Domingos, a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios entrou com pedido de usucapião. Tal pedido, no entanto, quando protocolado na Vara Cível de Guarapuava, teve como julgador Amoriti Trinco Ribeiro, que era filho de João Trinco Ribeiro, o mesmo que teve a posse das terras transferida pelos herdeiros. A Justiça deu ganho de causa à cooperativa. O Estado do Paraná recorreu da sentença por considerar as terras como devolutas da União, uma vez que elas não poderiam ser alvo de um processo de usucapião. Em 1991, na ação do reexame necessário e apelação civil número 40.121-6, da comarca de Pinhão, os juizes confirmaram a sentença dando de forma definitiva a posse da terra dos herdeiros para a cooperativa. Depois disso, só restou aos negros se organizarem para tentar conquistar suas terras de uma forma mais eficaz, unindo-se à Comissão Pastoral da Terra e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), quando, então, iniciaram as ocupações. São nessas ações, comprovadas por documentações constantes do dossiê, que se percebe o poder e a influência do capital sobre questões sociais.

A primeira ocupação, por parte dos negros da fazenda Fundão, para tentar reaver suas terras, e que ocorreu de forma pacífica, foi em 15 de dezembro de 1996, exatamente às 10h. O envolvimento da Igreja nessa ocupação ficou claro no relatório policial, elaborado na mesma data, quando alguns policiais foram até o local para fazer um levantamento das famílias. O relatório afirma que as famílias tinham “invadido” as terras da cooperativa a mando do padre Dionizio da Pastoral da Terra e de advogados que não citaram os nomes (autos, 192/96, fls. 03), e que os “invasores” aguardavam a chegada de mais cinqüenta famílias para engrossar o movimento²¹.

Na tentativa de garantir a posse de suas terras, a cooperativa entrou na Justiça com um pedido de reintegração de posse em 17 de dezembro de 1996, na Vara Cível de

²¹ Informações retirada dos autos 192/96 da Vara Civil da Comarca de Pinhão, Paraná.

Pinhão. O pedido principal era que os “invasores” fossem retirados de suas terras, alegando que se tratavam de pessoas “desocupadas” que, lideradas por movimentos políticos, exigiam direitos dos ex-negros escravizados, mas sem relação alguma de parentesco com os herdeiros. A Justiça agiu rápido no julgamento do mérito da questão e, já em 18 de dezembro, houve a sentença, com resultado favorável à ação de reintegração de posse, com autorização do uso de força policial para execução da liminar de desocupação. Após a citação dos integrantes do movimento pelo oficial de Justiça, eles, de forma pacífica, resolveram deixar as terras. A “invasão”, no entanto, serviu como um aviso de que a causa dos negros do Fundão não estava esquecida, e que, agora, o movimento havia se fortificado.

Em todos os episódios do caso, o que impressiona é a agilidade das autoridades judiciais, que possuem a má fama histórica de serem lentas e burocráticas. Ironicamente, essa fama não é aplicada à Justiça da comarca de Pinhão, pois, em apenas três dias, houve o julgamento da ação, a sentença e a solução total do caso.

Mais um fato que chamou a atenção foi a medida de interdito proibitório solicitada pela Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios. Trata-se de uma ação de cunho preventivo, com a alegação de que existia a intenção de trezentas famílias de “invadirem” as terras, e que os “invasores” eram os mesmos que haviam participado da primeira ocupação. Só que, agora, eles contariam com reforço. A alegação da cooperativa era de que as “invasões”, além de causarem desconforto, ocupariam a área de mata prejudicando o equilíbrio ambiental e, principalmente, causando danos que eles não teriam como sanar. Tal afirmação denota a intenção da cooperativa de fazer com que a Justiça trabalhasse somente a seu favor. Além do que, pedir ao poder público que prevenisse até mesmo a intenção de “invadir” demonstra o caráter intervencionista da cooperativa. Ficou exposto que os problemas sociais criados pelo processo de divisão de

terras no Brasil nem um pouco sensibilizaram a direção da cooperativa, que trata os herdeiros como se fossem pessoas “desqualificas”, “vândalos” e “invasores” em uma tentativa de desqualificar o movimento, fazendo com que qualquer relação entre o local e os herdeiros das terras inexistisse.

Na verdade, eram apenas os herdeiros através da estratégia de ocupação aprendida com movimentos sociais organizados como o MST – que apoiava sua causa – tentando reconquistar o direito a suas terras. O argumento usado no pedido de interdito era de que a cooperativa tomou conhecimento da ocupação através de um ofício elaborado pela polícia, que “ouviu dizer” que aconteceria uma “invasão” nas terras da cooperativa. Interessante é que a data do ofício coincide com a data da entrada do processo de interdito: 28 de fevereiro de 2007. E o que chama mais ainda a atenção é que, no mesmo dia, o juiz da Vara Cível de Pinhão deferiu a liminar sem a necessidade de audiência, baseando-se somente nas informações passadas pelo relatório policial. Porém, nesse mesmo dia, o juiz solicitou o uso de força policial, caso houvesse necessidade, e solicitou para que fossem citados os interessados ao oficial de Justiça. E no mesmo dia, ainda, esse oficial pediu o reforço policial. Em 4 de março, aconteceu a confirmação da citação por parte do oficial de Justiça, que esperou a contestação da ação durante quinze dias. Os “pseudo-invasores” não contestaram e a ação foi arquivada.

Mais uma vez, os herdeiros ocuparam as terras para tentar dar visibilidade à sua história diante da sociedade. Mas, dessa vez, a “invasão” foi bem mais consistente. Em 15 de junho de 1997, cem famílias ocuparam as terras. O número de pessoas chama a atenção, pois é certo que essas cem famílias não eram todas herdeiras das terras. Isso revela o entrosamento dos remanescentes dos herdeiros com os trabalhadores rurais do MST, numa tentativa de demonstrar poder e também de dificultar a deflagração de

ações ofensivas por parte da cooperativa para evitar a “invasão”. Novamente, a cooperativa solicitou judicialmente a reintegração de posse, que foi julgada procedente. Os “invasores” tentaram a anulação da liminar, alegando serem os herdeiros da terra e que uma desocupação com força policial poderia causar vítimas, uma vez que entre eles havia um número considerável de mulheres e crianças. O tribunal de alçada indeferiu o pedido. No decorrer do processo, houve a saída pacífica das terras, com os acampados permanecendo à beira da estrada. Mas, ao mesmo tempo em que estavam próximos de suas terras, na verdade, judicialmente, ainda estavam longe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem sempre um trabalho depois de elaborado pode responder todas nossos questionamentos. Depois de finalizado, nos revela alguns segredos, ou melhor, levanta a necessidade de buscar possíveis respostas a alguns questionamentos que foram levantados durante a pesquisa e não foram respondidos, lacunas que permaneceram abertas no trabalho de pesquisa e que pode ser preenchido por futuros pesquisadores.

Algumas reflexões podem ser feitas a partir da análise dos documentos do dossiê criado pela Associação Heleodoro Paiol de Telha, organizado pela Comissão Pastoral da Terra. A associação buscou cumprir com seu papel de promover uma discussão com o poder instituído, divulgando sua causa e sua luta, dando notoriedade a um fato pouco discutido, denunciando claramente um possível processo de articulação elaborado pela elite local com o intuito de tomar as terras dos negros. A sociedade de Guarapuava, quando do início da história da herança das terras doadas aos negros da fazenda Fundão, com o falecimento de dona Balbina Francisca de Siqueira, e posterior retirada dos negros de suas terras, ao que parece pouco se interessou pelo episódio, mesmo que as circunstâncias e os acontecimentos demonstrassem provas do ponto de vista legal a legitimidade da doação. Assim como em outros episódios similares, essa sociedade manteve a mesma “neutralidade parasitária”. Silenciosa e negligente, ela não deu a importância merecida ao movimento por se tratar de pessoas humildes. Pessoas que para o poder instituído, podiam não representar grandes forças políticas e sociais, pois na verdade tratava-se de negros que eram escravos de dona Balbina Francisca de Siqueira. Além disto, quando da saída dos escravos de suas terras os mesmos não mais retornaram sendo as terras agora reivindicadas pelos seus herdeiros, pessoas humildes

que agora passam a sofrer discriminação por sua classe social, pois são humildes e negros, fatores que podem influenciar no julgamento em uma sociedade aristocrática.

Buscamos neste Trabalho analisar o comportamento dúbio dos negros quando da organização da Associação Heleodoro Paiol de Telha, os quais negociavam constantemente sua identidade, algumas vezes entre o dilema de continuar a abraçar a figura de herdeiros, os quais eram legalmente constituídos por força de testamento como proprietários das terras, ou transitar no argumento da identidade Afro-descendentes, usando a questão racial para demonstrar não só uma ligação material, mas também cultural com a terra.

Durante o desenvolvimento do trabalho pode-se observar que os negros escravizados desenvolviam estratégias de resistência contra a escravidão, estratégias essas estas que não necessariamente passavam pelo conflito, mas se valiam da negociação, com as quais conseguiam melhorar sua convivência dentro da sociedade. Essas técnicas podem ser observadas, por exemplo, quando os negros passam a convidar os senhores de escravos como padrinhos no batismo de seus filhos e ou casamentos. Isso promovia uma inserção do negro sociedade branca, onde esses laços reforçavam a vida familiar e comunitária e favorecia a continuidade e a não desagregação do grupo bem como a permanência deste naquele território.

Em vários momentos pude perceber, que as interpretações advindas da historiografia tradicional por vezes permearam o meu trabalho, o que trouxe contradições e conflitos nas interpretações dos desdobramentos dos fatos. Para mim foi difícil compreender como o negro escravizado podia perder a visão que lhe foi dada pelos historiadores do século XIX, mas quando consegui romper com estar corrente, percebi que ele não desenvolvia apenas o papel de oprimido, unicamente visto pela sociedade branca como uma “coisa”. Do contrario, como entender o porque Dona

Balbina Francisca de Siqueira chegou a lembrar de seus escravos em seu testamento, libertando e doando terras. Seria esse um possível sinal claro de funcionamento da estratégia de sobrevivência dos negros escravizados na sociedade branca, o que levou-me aos novos rumos da historiografia e das ciências sociais para a revisão do papel do negro em nossa história.

Porém abraçar esses novos rumos não foi um processo fácil e nem concluído e nesse ponto me identifico com o dilema dos negros do Paiol de Telha quando se vêm na contingência de questionar sua identidade historicamente construída para transitar por outra que está em debate. Identifico-me com os herdeiros, pois também tive que mudar de identidade, ou de análise, sair de um lugar confortável, onde o debate fluía para uma crítica ferrenha, para uma nova formulação, onde a vítima passa também a ser analisada, questionada e principalmente considerada. Não diverge em grande escala do sentimento dos descendentes, que perceberam que tinham que criar mais uma identidade a de comunidade quilombola.

Uma rápida análise nos documentos do dossiê pode-se perceber a dificuldade de acontecer esta transição, os descendentes demonstram um apego maior à condição de herdeiros, mesmo sabendo que essa linha não os favorece.

Romper com a corrente que coloca o negro como vítima para mim foi bastante complicado, pois essa é uma identidade fácil de ser comprada pelo pesquisador, tendo em vista ser uma das mais difundidas no Brasil. Analisar os herdeiros sobre o viés das ciências sócias faz com que seja quebrado essa visão de vítima. Nos mostra que os negros escravizados eram uma sociedade quando do advento da perda de suas terras, e quando se vêm sem as terras passam a buscar um lugar dentro desta mesma sociedade.

Os descendentes dos negros da Fazenda Fundão, com a formação da Associação Heleodoro Paiol de Telha, passam a buscar sua identidade, identidade essa que foi negociada para sua sobrevivência dentro de uma sociedade aristocrática e conservadora como a sociedade de Guarapuava. É interessante observar que os negros passam a defender arduamente seu processo de resgate de identidade a partir do momento que vislumbram que este pode ser o caminho para uma possível reconquista de suas terras herdadas pelos seus antecessores. Mesmo assim observa-se uma relutância em largar a figura de herdeiros legais das terras, era como se assumir a identidade quilombola viesse em diminuir a importância de herdeiros legítimos. Houve nesse caso duas expropriações na comunidade quilombola uma foi a das terras e outra foi a da identidade.

A criação do dossiê analisado neste trabalho, é também uma forma de se criar documentos de uma nova representação social, uma tentativa de consolidar a imagem de comunidade quilombola, identidade esta, que no dossiê é previamente reconhecida pelos movimentos sócias ali envolvidos, é como se com o movimento, a sociedade pudesse dar uma resposta para as oligarquias, os documentos constantes no dossiê pretendem fazer a ligação dos herdeiros com os escravos, criando assim a identidade quilombola. Observa-se no dossiê, uma resistência do próprio grupo em aceitar essa identidade. Assim sendo percebemos que os herdeiros estavam na verdade buscando a identidade que mais os aproximasse de suas terras.

Por fim a identidade quilombola não consegue dar conta dos pontos analisados nesse trabalho, percebemos que o grupo dos herdeiros são possuidores de identidades complexas, que não podem ser definidas ou incluídas em determinados grupos sociais como os quilombolas, mas trata-se de uma identidade multifacetada que com o passar da história, negócios, somou, agregou e se transformou em uma identidade complexa.

A rede de poder que se criou na sequência dos acontecimentos após o testamento de Dona Balbina, era corrente em várias cidades do interior do Paraná, sobretudo aquelas localizadas no chamado terceiro planalto e nos Campos Gerais. O poder que teoricamente foi criado para dar proteção aos cidadãos foi o mesmo que passou a subjugar. A rede de influência infiltrada nos poderes constituídos envolveu, nesse episódio, delegados, cartorários e cidadãos que tinham uma reputação considerada intocável. As famílias conservadoras, marcadas por um *ethos* mantenedor da ordem, foram cúmplices e possíveis facilitadoras do processo de dominação, contribuindo para uma oficialidade suspeita. Os registros oficiais e “canônicos” da narrativa positivista descrevem as passagens dessa história com uma espécie de “linearidade opaca”. Exemplo disso é o relato de que Pedro Lustosa é apresentado como tão-somente um dos herdeiros que recebeu parte das terras e lutou por seus direitos. Essa rede de poder e suas extensões, com o passar do tempo, adquiriu linguagens diferentes, seja documentalmente, seja simbolicamente, mas sempre cerceando direitos e qualquer tipo de emancipação. E mesmo assim notamos que os negros escravizados também desenvolveram suas redes de resistência para poder lutar contra o poder instituído da sociedade branca, não se pode menosprezar a inteligência não tampouco o próprio instinto de sobrevivência dos negros, que não eram coisas ou simples objetos, mas sim eram grupos organizados e com objetivos traçados para conquistar seu espaço na sociedade.

O fato é que com o conservadorismo da sociedade Guarapuavana, se não fosse a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, a ocupar as terras, outros membros da sociedade branca estariam ocupando. Em todo caso, não estariam na mão dos negros.

O elemento gerador de toda disputa também reside no fato de que as terras herdadas pelos negros escravizados sempre foram de excelente qualidade, com terrenos

planos, perfeitos para o plantio de diferentes culturas. De alguma maneira, a atitude de dona Balbina feriu certo código de domínio mantido pelos fazendeiros da época. Além do que, podemos considerar que as técnicas dos negros passaram a funcionar, uma delas a de se aproximar de seus senhores, esse posicionamento poderia gerar uma situação de antagonismos entre negros livres e não-livres; entre negros herdeiros e não-herdeiros. Os negros envolvidos no episódio nunca deixaram de ser perseguidos.

A expropriação de alguma maneira possibilitou um sentimento contrário por parte dos negros: a eterna resistência contra a engenharia de redes sociais, estruturadas, organizadas e complexas da elite campeira. A construção da rede social é caracterizada por fortes mecanismos de controle. Isso foi evidenciado, por exemplo, quando os herdeiros recorreram à Justiça e encontraram julgadores, atrelados ao discurso dos beneficiados pela expropriação das terras. Os conceitos tradicionais da instituição familiar, bastante recorrentes na região, ganharam, no episódio, ares de formalidade. O poder repassado de geração em geração, associado a uma forte tendência nepotista na alternância de poder, traduziu a materialização de uma sucessão familiar bem sucedida. Mas a importância do elemento institucional e formal da Associação Heleodoro Paiol de Telha colocou a disputa em uma dimensão especial.

A criação da associação teve *status* de mudança de paradigma no embate, até porque, a partir desse instante, um encadeamento de adesões de outras entidades representativas configurou luzes diferentes para o acontecimento.

A organização e a articulação de uma forma de agir estratégica e comunicativa fizeram a diferença nesse tipo de resistência social. O que se observa é que os negros, de forma não organizada, haviam tentado por vias judiciais resolver o problema sem contudo clamar suas raízes afro-descendentes. Dessa luta judicial, resultaram três processos, que podem ser analisados em trabalhos futuros. Tais processos, já conclusos,

asseguraram à Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios a manutenção do domínio, em um primeiro momento, através do usucapião e, em um segundo momento, da reintegração de posse. Em outra oportunidade, se poderá analisar sutilezas e sugestões de facilitações nos processos mencionados.

De forma clara e contundente, a organização da Associação Heleodoro Paiol de Telha teve mentores fundamentais. Não se pode qualificar esse movimento como autônomo e espontâneo de remanescentes de comunidades quilombolas ou mesmo herdeiros que, sentindo-se lesados, passaram a reivindicar suas terras de forma institucional, preconizando a construção de uma identidade afro-descendente, até porque se trata de um movimento organizado por sindicatos e pela Comissão Pastoral da Terra. A causa dos herdeiros estava passando despercebida pela sociedade, mas, a partir da criação da associação e do ingresso e apoio de entidades expressivas de representação, ganhou cores diferentes e novos alicerces. Um deles, seguramente, foi a tentativa da construção, sob forma de “restauração”, de uma identidade num contexto em que os movimentos sociais do século XXI estão cada vez mais desgastados por falta de uma identidade coesa. Todavia, na tentativa de fortalecer esses movimentos e de recuperar, na medida do possível, o seu sentido original, será imprescindível um maior número de estudos e pesquisas sobre os sentidos históricos em disputa e a significação de ações na busca de uma emancipação mais efetiva. Os remanescentes dos escravizados de Balbina Francisca de Siqueira, a partir da Fundação da Associação Heleodoro Paiol de Telha, passaram a assumir uma identidade que antes da Associação não fora assumida pelo movimento, ou seja, sua identidade afro-descendente identificada por força de reparação legal como quilombola.

Essa reconstrução histórica do movimento Paiol de Telha trouxe a visão, de um lado, de uma oligarquia defendendo seu legado e, do outro, de um grupo defendendo

seus direitos, buscando uma identidade que não consegue deixar clara. Esse embate, com certeza, terá mais capítulos. Por isso, a ligação entre a construção de uma identidade afro-descendente e a recuperação de terras expropriadas tornou-se, de fato, um horizonte possível para os herdeiros do Paiol de Telha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; RAMALHO, Lucia Carpi. **História da sociedade brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia. das Letras, 2000.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de; MARCONDES, Gracita Gruber. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava: Fundação Unicentro, 1991.

ANDRADE, Cláudio César de. **O teórico político: uma contribuição da hermenêutica**. Disponível em: <<http://mestreclaudio.pro.br/artigos.php?id=29>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

ANDRADE, Cláudio César de. **Estratégias políticas de instâncias locais: emergência estruturação e ações efetivas do movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa – PR**. Guarapuava:Unicentro, 2007.

ASSIS, Marta Diniz Paulo de; CANEN, Ana. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, set./dez. 2004.

ASSOCIAÇÃO HELEODORO PAIOL DE TELHA, *Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha*, Guarapuava, 1997.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**; Tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANCOS ocupam 4 vezes mais cargos executivos do que negros, diz Seade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u346752.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2007.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1982.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar. 2000.

ELIAS, Roger. **Elementos para uma abordagem em sala de aula sobre a história do negro no Brasil.** *Texto apresentado no painel sobre Educação Anti-Racista promovido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 26 de outubro de 2004 no auditório do Planetário.* Disponível no endereço:
<http://www.grubas.com.br/datafiles/publicacoes/bolandoAulaHistória/47/6.%20Elementos%20para%20uma%20abordagem%20em%20sala%20de%20aula%20sobre%20a%20história%20do%20negro%20no%20Brasil.doc>

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. **A Paz das Senzalas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx:** theatrum filosoficum. São Paulo: Principio, 1997.

_____, Michel. **Arqueologia do saber.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1991.

GUTIÉRREZ, Horacio. Lands owners and slaves in Paraná: patterns and hierarchies in the early nineteenth century. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-121, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro:** estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HARTUNG, Miriam Furtado. **O sangue e o espírito dos antepassados:** escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha. Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um programa histórico. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v.10 (2), p. 47-70, 2005. Disponível em: <[http://www.uepg.br/rhr/v10n1/03KarvatRHR10\(2\).pdf](http://www.uepg.br/rhr/v10n1/03KarvatRHR10(2).pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed.. Campinas: Unicamp, 1992.

LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África. Uma História de suas Transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. **A conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. São Paulo: Brasiliense, 1997.

MARCONDES, Gracita Gruber, **1924 – Guarapuava:** história de luta e trabalho. Guarapuava: Unicentro, 1998.

MARTINS, Sebastião Meira. **Pioneiros do Vale de Entre Rios**, Guarapuava: Esquema, 1992.

MAURO, Frederic. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Gerson. **A trajetória da integração**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio:** o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava, Unicentro, 2007.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Poder político e herança familiar. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR, v 4 e 5, 1995.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cidadania e identidade social: uma aproximação teórica para o entendimento das representações e práticas políticas. **Revista Humanidades**, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/ed3/012.php?atual=012&edicao=3>.

REIS, João José Reis. **Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 2. ed.. São Paulo: Ática, 1999.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SANTOS, Andrea Paula dos. O NEHO e os movimentos sociais: a visão do outro. **Oralidades**, São Paulo, n. 1, jan./jul. 2007, p. 65-76.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: consequências sociais da segunda revolução industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHIMANSKI, Elizabete Fernanda. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local**. 2007, 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica do Brasil: 500 anos de história mal contada**. São Paulo: Nova Geração, 1997.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. Comunicação de resultados de pesquisa. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, jan./jun. 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, negros escravizados e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Silenciamento dos sentidos: relatos de observação de aulas de leitura. **Revista Querubim**, v. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaquerubim.com/Silenciamento%20dos%20sentidos%20nas%20aulas%20de%20leitura.doc>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: UEL, 2002.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do Aldeamento Atalaia**, 2005,. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIOTTI, Emilia da Costa. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969.

Sites:

<<http://www.palmares.gov.br/>>.

<http://www.app.com.br/portalapp/conheca_app.php?id=7&submenu=8>.

<<http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26>>.

<<http://www.mosap.org.br/entidades/entidades-pr.htm>>.

<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/cronologia.html>.

ANEXOS:

Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha, Guarapuava, 1997.